



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LITERÁRIOS**



**PAULO BIBIANO DA SILVA GOMES**

**ANTÔNIO CONSELHEIRO E AS PRÉDICAS DO BELO MONTE:  
PALAVRA E FÉ NO SERTÃO**

**Feira de Santana - BA  
2019**

PAULO BIBIANO DA SILVA GOMES

**ANTÔNIO CONSELHEIRO E AS PRÉDICAS DO BELO MONTE:  
PALAVRA E FÉ NO SERTÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Literários da Universidade Estadual de Feira de Santana (PROGEL/UEFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Literários.

Orientador: Prof. Dr. Aleilton Santana da Fonseca

**Feira de Santana - BA  
2019**

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

G616

Gomes, Paulo Bibiano da Silva

Antonio Conselheiro e as prédicas do Belo Monte : palavra e fé no sertão / Paulo Bibiano da Silva Gomes. – 2019.

137 f.: il.

Orientador: Aleilton Santana da Fonseca.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-graduação em Estudos Literários, Feira de Santana, 2019.

1. Antonio Conselheiro – Discursos. 2. Antonio Conselheiro e Canudos (1997) – crítica literária. 3. Maciel, Antonio Vicente Mendes, 1830-1897. 4. Sermões. 5. Belo Monte, Canudos, Bahia. I. Fonseca, Aleilton Santana da, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 869.0(81)-05.09

Luis Ricardo Andrade da Silva - Bibliotecário - CRB-5/1790

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

PAULO BIBIANO DA SILVA GOMES

### **ANTÔNIO CONSELHEIRO E AS PRÉDICAS DO BELO MONTE: PALAVRA E FÉ NO SERTÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Literários da Universidade Estadual de Feira de Santana (PROGEL/UEFS) como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Literários.

Aprovada em 25 de Setembro de 2019

Banca examinadora

---

Prof. Dr. Aleilton Santana da Fonseca  
Orientador (UEFS)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Pinheiro Araujo  
(IFBA)

---

Prof. Dr. Adeítalo Manoel Pinho  
(UEFS)

Aos sertanejos nordestinos, povo que sempre se reinventa face às adversidades!

## AGRADECIMENTOS

Ao Autor da minha existência, pelo favor imerecido: obrigado, Deus!

Ao professor Dr. Aleilton Santana da Fonseca, por orientar-me, compartilhando, assim, dos seus muitos conhecimentos sobre Antônio Conselheiro, o Belo Monte e a vida: tens o meu respeito e admiração, Aleilton. Muito obrigado!

Aos professores Dr. Adeítalo Manoel Pinho e Dr. Claudio Cledson Novaes pelas imprescindíveis colaborações à época da qualificação desse trabalho, e n'outras tantas vezes: obrigado, mestres!

À minha esposa Daiane Machado, pela sensibilidade, compreensão e carinho ímpares, sem os quais esse texto jamais se tornaria realidade: amo-te!

Aos meus filhos Rafael e Leonardo, inenarráveis amores da minha vida: amo-os, sem limites!

À minha mãe Estelita Angélica (*in memoriam*), cujo amor incondicional corroborou inexoravelmente para que eu alcançasse lugares onde ela jamais pôde estar: a eternidade só amplia o pleno amor que sinto por ti, mãe.

Ao meu pai, Ildefonso Ventura, pelo cuidado, incentivo e amor dispensados: obrigado, Téo.

Aos demais familiares e amigos que convergiram esforços na perspectiva de que esse projeto pudesse se concretizar: muitíssimo obrigado!

Gratidão, gratidão, gratidão, a todos e a todas, hoje e sempre!

“Se não podemos compreender os atos de outras pessoas até que conheçamos o que elas pensam, então para fazer justiça temos que apreciar não somente a informação que tem estado a sua disposição, mas as mentes através da quais as informações foram filtradas.”

Walter Lippmann

## RESUMO

Esta dissertação se propõe a evidenciar o discurso de Antônio Vicente Mendes Maciel (1830-1897), o Antônio Conselheiro, através da leitura crítica de suas prédicas, conforme constam na obra **Antônio Conselheiro e Canudos** (1997), aí editadas e publicadas por José Carlos de Ataliba Nogueira (1901-1983). Antônio Conselheiro foi o líder de um numeroso grupo de sertanejos nordestinos no maior movimento social da História do Brasil: a comunidade de Belo Monte, ou Canudos (1893-1897). Ao fundar seu arraial ousou reinventar o sertão, ao adotar formas alternativas de governar, de produzir e distribuir a riqueza, integrando a dimensão social e espiritual ao viver comunitário, na tentativa de minimizar as diferenças socioeconômicas resultantes de mais de três séculos de colonização e agravadas pelas adversidades climáticas típicas dos sertões da Bahia e do nordeste brasileiro. Na obra em questão, os manuscritos de Antonio Conselheiro depõem perante a história, acerca do seu pensamento religioso, filosófico e político. Escrito com notória habilidade discursiva, sua escrita constitui um contraponto aos diversos discursos propalados pelas representações histórico-literárias hegemônicas, as quais o pontuaram como fanático religioso, louco, gnóstico bronco, retrógrado, grande homem pelo avesso, detentor de uma oratória bárbara, assombrosa, truanesca e pavorosa, dentre outras adjetivações pejorativas que, comumente, lhe foram atribuídas. Esta pesquisa é de cunho bibliográfico e abordagem qualitativa, e as argumentações desenvolvidas estão respaldadas em fontes teóricas de autores como Lippman (2010), Chartier (1990), Moniz (1997), Pesavento (2004), White (1995), Sevcenko (2003), Santos (2007), Costa Lima (2006), Arruda (2006), Calasans (1987; 1997; 2000), Hutcheon (1991), dentre outros que se apresentarão, ao longo do texto.

**Palavras-chave:** Antônio Conselheiro; Prédicas; Sertão; Canudos.

## ABSTRACT

This dissertation aims to emphasize the Antônio Vicente Mendes Maciel's speech (1830-1897), Antônio Conselheiro, through the critical reading of his sermons, as stated in the work **Antônio Conselheiro and Canudos** (1997), published by José Carlos de Ataliba Nogueira (1901-1983). Antônio Conselheiro was the leader of a large group of northeastern people, who lived in Sertão, in the largest social movement in the history of Brazil: the community of Belo Monte, or Canudos (1893-1897). By founding his camp he dared to reinvent the backcountry, by adopting alternative ways of governing, producing and distributing wealth, integrating the social and spiritual dimension into community life, in an attempt to minimize the socioeconomic differences resulting from more than three centuries of colonization and aggravated by the climatic adversities typical of the Bahia's northeastern and the northeast of Brazil. In this work, Antonio Conselheiro's manuscripts testify before history about his religious, philosophical and political thought. Written with remarkable discursive ability, his writing constitutes a counterpoint to the various discourses propagated by the hegemonic historical-literary representations, which punctuated him as a religious fanatic, madman, rude Gnostic, retrograde, great man inside out, holder of a barbaric oratory, astonishing, strange and dreadful, among other pejorative adjectives that were commonly attributed to him. This research is bibliographic and qualitative, and the arguments developed are supported by theoretical sources of authors such as Lippman (2010), Chartier (1990), Moniz (1997), Pesavento (2004), White (1995), Sevckenko (2003), Santos (2007), Costa Lima (2006), Arruda (2006), Calasans (1987; 1997; 2000), Hutcheon (1991), among others that will appear throughout the text.

**Keywords:** Antônio Conselheiro; Preaching; Sertão; Canudos.

## LISTA DE FIGURAS

Imagem 1 – Manuscrito de Antônio Conselheiro .....	90
--	----

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>VOZES E CONTRASTES</b>	<b>13</b>
2.1	HISTÓRIA CULTURAL: UMA PERSPECTIVA NÃO HEGEMÔNICA	17
<b>3</b>	<b>ANTÔNIO VICENTE MENDES MACIEL, O ANTÔNIO CONSELHEIRO</b>	<b>26</b>
3.1	ANTÔNIO CONSELHEIRO E A IMPRENSA	33
<b>4</b>	<b>CANUDOS: BREVE CONTEXTO HISTÓRICO</b>	<b>42</b>
4.1	O SERTÃO SOB O IMPACTO DA REPÚBLICA	44
<b>5</b>	<b>A AÇÃO DO COMITÊ PATRIÓTICO DA BAHIA</b>	<b>84</b>
<b>6</b>	<b>ANTÔNIO CONSELHEIRO E AS PRÉDICAS DO BELO MONTE</b>	<b>87</b>
6.1	PALAVRA E FÉ NO SERTÃO	92
6.1.1	Primeira parte: meditações sobre as dores de Maria	93
6.1.2	Segunda parte: os dez mandamentos da lei de Deus.	105
6.1.3	Terceira parte: textos extraídos da sagrada escritura	116
6.1.4	Quarta parte: prédicas de circunstâncias e discursos	118
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>131</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>134</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O escritor paraibano Ariano Suassuna (1927- 2014), palestrando na cidade de Brasília, em uma das suas “aulas-espetáculo”, proferiu uma assertiva que corrobora bastante, para justificar a importância em abordarmos o tema que motiva esse texto: “Quem não entender Canudos não entende o Brasil” (ACERVO ARIANO SUASSUNA, 2013) <sup>1</sup>.

De fato, conhecer os eventos que compõem a história do nosso país é de fundamental importância, tanto para compreendermos os desdobramentos sociais que nos envolvem, enquanto cidadãos, quanto para nortear os nossos posicionamentos em meio a estes. Entretanto, pontuamos, aqui, não se tratar de um conhecimento raso, fruto de um debruçar superficial sobre registros elaborados sob óticas unilaterais e hegemônicas acerca de fatos e/ou personagens históricos, mas sim, de um conhecimento que se constrói sob um alicerce crítico, revisitando e discutindo, continuamente, os textos e contextos, acerca dos fatos e personagens que compõem a nossa história.

No Nordeste do Brasil, mas especificamente no sertão da Bahia, no final do século XIX, acontecia um dos conflitos mais controversos da história do nosso país: a Guerra de Canudos (1896-1897). Trata-se de um conflito deflagrado pelo governo republicano contra um numeroso grupo de sertanejos nordestinos, liderados por Antônio Vicente Mendes Maciel (1830-1897), ou, simplesmente, Antônio Conselheiro, sob o principal argumento de insubordinação destes aos ditames da República, recém instaurada no país, àquela época.

Desde então, as mais variadas representações histórico-literárias acerca do líder Antônio Conselheiro, caracterizando-o, principalmente, de forma insultuosa, associando-lhe adjetivos como louco, fanático religioso, grande homem pelo avesso, líder de uma turba de degenerados e outras, foram difundidas.

Tais representações nos conduzem, portanto, a uma inevitável questão: ao passo que muito se tem dito sobre Antônio Conselheiro, o que Antônio Conselheiro poderia nos dizer sobre si mesmo? É sob o intento de discutir tal questão que esse texto dissertativo, intitulado **Antônio Conselheiro e as Prédicas do Belo Monte: Palavra e Fé no Sertão**, se debruça.

Da análise crítica das prédicas de Antônio Conselheiro, constantes em **Antônio Conselheiro e Canudos** (1997), depreendem-se leituras que apresentam contrapontos às representações oficiais que cuidaram em depreciá-lo, ao passo que nos revela elementos

---

<sup>1</sup> ACERVO ARIANO SUASSUNA, 01 de Agosto de 2013. Aula Espetáculo com Ariano Suassuna na TV SENADO. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QahBKz9Jz5Y>. Acesso em: 31/07/2017

imprescindíveis a uma compreensão mais aguçada acerca de quais eram as suas motivações em liderar os sertanejos, num projeto de organização social alternativo, experimentado no Arraial do Belo Monte, e que foi, veementemente, repreendido pela República, através do seu Exército.

Conjecturo, portanto, ao evidenciar a voz de Antônio Conselheiro, corroborar na evidenciação da nossa própria voz, enquanto sertanejos nordestinos, tão ignorados, oprimidos, marginalizados e sem vez, ante aos discursos e práticas hegemônicas que insistem em ignorar as tão evidentes peculiaridades da nossa terra, do nosso povo e da nossa luta.

Para esse estudo, que desenvolvemos sob os conceitos de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, selecionamos algumas representações histórico-literárias, sobre Antônio Conselheiro, no período compreendido entre os anos de 1874 (surgimento da primeira notícia sobre o Conselheiro na imprensa) até 1902 (lançamento da obra literária **Os Sertões**, de Euclides da Cunha), e as confrontamos com o discurso presente na obra **Antônio Conselheiro e Canudos**, para que produzisse contrastes, onde a palavra não-hegemônica recebe direito à voz, o que, por fim, tende a gerar pressupostos para que olhares alternativos aos propalados pelas versões oficiais sobre esse importante personagem da história e da ficção, sobremodo registrado pela história e pela literatura, e que muito nos comunica acerca da nossa formação histórico-social, possam surgir.

## 2 VOZES E CONTRASTES

Encontramos na história e na literatura, diversos relatos que cuidam em descrever o movimento de Canudos (1893-1897). Entretanto, conforme afirma o escritor e jornalista norte-americano Walter Lippman (2010, p.83), em sua obra **Opinião Pública**: “O que freqüentemente se imagina ser o relato de um evento é, na realidade, a sua transfiguração”, ou seja, um relato nada mais é do que o entendimento resultante da ótica aplicada pelo relator àquele evento, sob as influências dos fragmentos das suas formações e informações, a partir do seu local de fala e representação, sendo, portanto, totalmente passível de ser questionado, uma vez que narrativa alguma surge inocente e/ou despreziosa, mas sempre alicerçada em uma ideologia que se objetiva chegar ou se fazer chegar a algum lugar. E isso, por sua vez, pode comprometer, significativamente, o processo de assimilação dos fatos e seus possíveis desdobramentos, pois tende condicionar, unilateralmente, o nosso olhar, impedindo-nos de enxergar toda abrangência contextual que, certamente, envolve o evento relatado.

Walter Lippmann (2010, p.85), afirma que:

Na maior parte dos casos nós não vemos em primeiro lugar, para então definir, nós definimos primeiro e então vemos. Na confusão brilhante, ruidosa do mundo exterior, pegamos o que a nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber aquilo que captamos na forma estereotipada para nós por nossa cultura.

Diante de tal afirmação, podemos pontuar que a importância em criticar as representações histórico-literárias oficiais, que versam sobre Antônio Conselheiro e Canudos, não se justifica, somente, na possibilidade de questionarmos tais representações, no sentido de descaracterizá-las enquanto verdades absolutas. Trata-se, acima de tudo, da perspectiva de assimilar os eventos históricos a partir de uma auto-reflexão, que somente é possível quando se reconhece como imprescindível a necessidade de revisitar e rediscutir o contexto que permeou o evento, e não somente se limitar às versões difundidas sob o rótulo de oficiais, pois estas, representando o pensamento hegemônico, costumam descaracterizar os relatos pontuados a partir da visão dos ditos “dominados”, uma vez que, “quando o sistema de estereótipo é bem fixado, nossa atenção é chamada para os fatos que o apoiam, nos afastando daqueles que o contradizem” (LIPPMANN, 2010, p.115), o que, por fim, dificulta o caminho para que certas versões, não divulgadas devido às relações de interesse e poder de certos grupos conservadores, possam se tornar conhecidas, discutidas e difundidas.

Asseverando a importância em criticarmos as narrativas que são, por vezes, apresentadas como versões oficiais, acerca de eventos e personagens que compõem a nossa história, inserimos aqui uma argumentação que exemplifica o quão perigoso pode ser, no processo de assimilação destas, quando vozes que não se originam do sistema hegemônico, desejam comunicar seus olhares, suas versões dos fatos, e não recebem a devida atenção e/ou espaço para serem discutidas. Trata-se de uma argumentação apresentada pela escritora nigeriana, Chimamanda Ngozi Adichie<sup>2</sup>, acessível a partir do vídeo de uma palestra proferida no TED<sup>3</sup> (*Technology, Entertainment, Design*), onde a mesma discorre acerca do que ela denomina ser “o perigo da história única”. Neste evento a escritora relata sua experiência de leitura, desde a sua infância, onde começa o seu contato com a leitura, a partir de livros infantis britânicos e americanos.

Precocemente, por volta dos sete anos de idade, Adichie passa a escrever histórias com ilustrações em giz de cera que reproduzem exatamente, a influência dos livros que lia. A escritora relata que todos os seus personagens eram brancos, possuíam olhos azuis, brincavam na neve, tomavam cerveja de gengibre, comiam maçãs e falavam muito sobre o tempo, do quão bom era o fato do dia estar ensolarado.

O contraste entre o que Adichie lia e escrevia e o que vivenciava, em seu dia a dia, era bastante acentuado. Ela vivia na Nigéria, país africano com diversas condições avessas às descritas nos livros que lia e, conseqüentemente, nos textos que escrevia: “lá não havia neve, comíamos mangas em vez de maçãs e nunca falávamos sobre o tempo porque não era necessário” (1min27s)<sup>4</sup>.

Somente após entrar em contato com uma literatura produzida por escritores africanos, com temas que versavam sobre as peculiaridades do seu continente, é que Adichie passa a perceber e descrever acerca de tais coisas. É após o acesso a uma “outra voz literária”, a africana, que Adichie entende que pessoas com características próximas às suas, poderiam, de fato, estar presentes na literatura. Esse entendimento produz nela a sensação de ter sido salva de ter uma história única para que os livros se destinam.

---

<sup>2</sup> Chimamanda Ngozi Adichie nasceu em 1977, na cidade de Enugu, na Nigéria. Atualmente é reconhecida com uma das mais importantes autoras anglófonas, ao atrair um grande número de leitores de literatura africana.

<sup>3</sup> Trata-se de uma série de conferências realizadas na Europa, na Ásia e nas Américas pela fundação Sapling, dos Estados Unidos. Sem fins lucrativos, ela é dedicada ao lema “ideias que merecem ser compartilhadas”. O grupo foi fundado em 1984 e a primeira conferência foi realizada em 1990, na Califórnia, e, desde então, o TED tem apoiado a disseminação de ideias que rediscutem temas importantes.

<sup>4</sup> ADICHE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. TEDGlobal, 2009. Disponível em: <[https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story?language=pt](https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt)> Acesso em 23 de agosto de 2017

Nesse mesmo evento, Adichie narra outra história, dessa vez sobre um menino que trabalhava para sua família, o seu nome era Fide. Tudo o que ela sabia sobre Fide era que ele pertencia a uma família muito pobre. Assim, diante de qualquer desperdício, a mãe de Adichie sempre chamava sua atenção, dizendo: “Termine sua comida! Você não sabe que pessoas como a família de Fide não tem nada?” (3min34s)<sup>5</sup>. Então, ela somente conseguia sentir pena dele.

Certo dia, Adichie e sua família foram visitar a aldeia de Fide. Chegando lá, tamanha foi a surpresa da garota, ao ver um cesto que o irmão de Fide havia confeccionado:

Nunca havia pensado que alguém em sua família pudesse realmente criar alguma coisa. Tudo o que eu tinha ouvido sobre eles era como eram pobres. Assim, havia se tornado impossível para mim vê-los como alguma coisa além de pobres. Sua pobreza era minha história única sobre eles (3min50s)<sup>6</sup>.

A disseminação de uma única versão acerca de uma história, denunciada aqui por Adichie, costuma se apresentar como uma ferramenta ideológica, onde os anseios de grupos hegemônicos são apresentados como representativos de um interesse comum a todas as classes sociais, e, todo um conjunto de valores, conhecimentos e visões, peculiares aos indivíduos que pertencem à classe não-hegemônica são disseminados através do uso de estereótipos, que, por sua vez, nem sempre trazem inverdades, mas são incompletos em si, concorrendo, assim, para que uma história torne-se a “única história”, ou seja, que a versão contida nesta se imponha como verdade absoluta.

Entre as narrativas que versam acerca do conflito canudense há indubitável consenso, principalmente entre os pesquisadores do tema, em apontar a obra **Os Sertões**, de Euclides da Cunha<sup>7</sup>, lançada pela primeira vez em 1902, como registro de inegável importância aos que pretendem se familiarizar com a temática. Trata-se de uma obra que goza de intenso prestígio na canônica cultura brasileira. Ela retrata a visão de um jornalista, enviado pelo jornal **A**

---

<sup>5</sup> ADICHE, Chimamanda. O perigo da história única. Disponível em: <[https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story?language=pt](https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt)> Acesso em 23 de agosto de 2017

<sup>6</sup> ADICHE, Chimamanda. O perigo da história única. Disponível em: <[https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story?language=pt](https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt)> Acesso em 23 de agosto de 2017

<sup>7</sup> Euclides da Cunha (Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha) foi um engenheiro militar, jornalista e ensaísta. Nasceu em Cantagalo, RJ, em 20 de janeiro de 1866, e faleceu no Rio de Janeiro em 15 de agosto de 1909. Foi enviado como correspondente ao Sertão da Bahia, pelo jornal O Estado de São Paulo, para cobrir a guerra no município de Canudos. Suas observações e anotações, acerca da guerra, culminaram em sua obra maior, o livro **Os Sertões** (1902), o qual narra e analisa os acontecimentos do referido conflito.

**Província de S. Paulo**<sup>8</sup>, para cumprir a função de correspondente na Guerra de Canudos, em pleno sertão baiano, em fins do século XIX. Porém, meses antes de se efetivar como correspondente do referido jornal e sem ainda, portanto, ter estado no palco do conflito, Euclides registra as suas primeiras impressões sobre a temática através de dois artigos intitulados **A Nossa Vendéia**<sup>9</sup>, onde, além de similarizar<sup>10</sup> o conflito canudense à rebelião monarquista contra a derrubada do antigo regime francês, ocorrida entre 1793 e 1795, na região da Vendéia, ele tece comentários que exaltam o Exército republicano, qualificando-o como admirável, heróico, bravo e abnegado agente civilizador, disposto a enfrentar qualquer impedimento à consolidação da República. O sertanejo, por sua vez, é caracterizado, nestes artigos, como monarquista, fanático, rudimentar, um influenciável, “habilmente aproveitado pelos propagandistas do Império” (CUNHA, 2000, p. 51).

Entretanto, n’**Os Sertões**, obra que publicaria cinco anos após ter pisado no palco da guerra e contemplado o conflito, *in loco*, alguns posicionamentos de Euclides sobre os personagens envolvidos no conflito passam a se apresentar sob uma ótica divergente à que foi utilizada em seus artigos iniciais sobre o tema. Enquanto em **A nossa Vendéia** há exacerbada exaltação aos soldados e suas ações, n’**Os Sertões** estes chegam a ser caracterizados como “mercenários inconscientes<sup>11</sup>”, e suas ações, antes qualificadas de superiores, agora chegam a ser qualificadas como desorientadas<sup>12</sup>, desastrosas<sup>13</sup>, desordenadas<sup>14</sup> e, em alguns casos, até covardes, tendo em vista o grande número de soldados que praticaram a deserção<sup>15</sup>. O sertanejo, n’**Os Sertões**, apesar de continuar a ser descrito com inúmeras adjetivações pejorativas, não mais é caracterizado enquanto revolucionário monarquista, deixando, assim, de ser visto como terrível inimigo da República<sup>16</sup>, o qual deveria ser eliminado para que a tão almejada consolidação republicana se efetivasse. Ele também deixa de ser classificado como um ser facilmente influenciável e passa a ser classificado como, “[...] antes de tudo, um forte” (CUNHA, 2009, p. 114).

---

<sup>8</sup> Hoje o jornal se intitula **O Estado de S. Paulo**.

<sup>9</sup> Os dois artigos intitulados **A Nossa Vendéia** foram publicados no jornal **A Província de S. Paulo** (atual **O Estado de S. Paulo**), respectivamente em 14 de março de 1897 e 17 de julho de 1897.

<sup>10</sup> Nogueira (1997, p. 43) comenta que essa prática de “Para qualquer fato da história do Brasil ia-se buscar antecedente europeu e o símile para o pretendido cotejo” é bastante evidente n’**Os Sertões**, ou seja, a descrição do movimento de Canudos e seus personagens, realizada por Euclides, se alicerça muito mais na busca por moldar o movimento sertanejo aos europeus, descritos pelos livros, que na observação genuína das peculiaridades que permeavam o movimento brasileiro.

<sup>11</sup> Cunha (2009, p. 18)

<sup>12</sup> Cunha (2009, p. 356)

<sup>13</sup> Cunha (2009, p. 413)

<sup>14</sup> Cunha (2009, p. 511)

<sup>15</sup> Cunha (2009, p. 395, 396, 450)

<sup>16</sup> Cunha (2009, p. 413)

Depreende-se, das pontuações, acima, que a presença de Euclides no palco do conflito ocasionou certas discontinuidades em sua linha interpretativa inicial sobre o tema, ou seja, a oportunidade que o jornalista fluminense teve ao pisar no palco da guerra e conhecer o outro lado da história – o do sertanejo nordestino - o impulsionou a rever alguns dos seus paradigmas, adotados inicialmente na análise do conflito, o que resultou em visíveis alterações na sua interpretação do mesmo.

A busca por alcançar um conhecimento mais amplo acerca dos personagens e fatos que compõem a nossa história encontra argumento, ainda, na necessidade que, ora, temos, de nos posicionar diante dela, como seres sociais que somos. Entretanto, para alcançarmos tal conhecimento é imprescindível escutarmos as vozes que, não se originando nos sistemas hegemônicos, reclamam contar as suas versões dos fatos. Essas vozes, postas em confrontação com o discurso dominante produzirão contrastes suficientes pra nos nortear acerca de quem somos e quem queremos ser.

## 2.1 HISTÓRIA CULTURAL: UMA PERSPECTIVA NÃO HEGEMÔNICA

Para que haja uma compreensão mais abrangente acerca dos acontecimentos históricos é preciso, decerto, revisitá-los, rediscutindo-os sob uma perspectiva que se sobreponha a uma simples sucessão de causa e efeito, pois,

[...] na verdade, são, em geral, múltiplas, as causas determinantes, agindo em conjunto e ao mesmo tempo umas sobre as outras. Por um lado, não somente o passado determina o presente. Há na realidade, um permanente fluxo entre as várias causas simultâneas, entre os efeitos e as causas, entre o passado e o presente (BASBAUM, 1957, p.3)

Na segunda metade do século XIX, os estudos históricos se submeteram a consideráveis transformações paradigmáticas na perspectiva da realidade social e investigação acerca do passado. Os moldes positivistas norteavam a organização social, pautados na neutralidade do conhecimento científico, onde as fontes, delimitadas aos documentos oficiais, especialmente os escritos, possuíam o principal papel de “assegurar a autenticidade documental para reconstruir objetivamente o passado” (FERREIRA, 2009, p. 63), fazendo com que os historiadores que não balizassem suas pesquisas em acordo com esse formato, demasiadamente objetivo, tivessem suas propostas indeferidas, no âmbito dos discursos compreendidos como oficiais.

Entretanto, no início do século XX, alguns estudiosos começaram a refletir sobre a necessidade dos estudos acadêmicos adotarem novos rumos teóricos e metodológicos, ampliando suas perspectivas temáticas e buscando novas fontes, no intento de produzir uma discussão mais ampla sobre os fatos sociais, com evidência, aqueles associados à vida cotidiana do homem e suas práticas culturais.

É nesse contexto que,

[...] erguendo-se contra a dominação da Escola Positivista, uma nova tendência da historiografia francesa exprime-se bastante discreta em ‘A Revista de Síntese’, durante os anos 1920, mais francamente na ‘Revista Les Annales’, durante os anos 1930. (BOURDÉ e MARTIN, 2000, p. 119).

Trata-se de um movimento de renovação historiográfica, que emergiu na França, no final da década de 1920, o qual registra, enquanto principais idealizadores, os historiadores Lucien Febvre<sup>17</sup> e Marc Bloch.

Originalmente chamada *Annales d’histoire économique et sociale*, tendo por modelo os *Annales de Géographie de Vidal de La Blache*, a revista foi planejada, desde o seu início, para ser algo mais do que uma outra revista histórica. Pretendia exercer uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica. Seria o porta-voz, melhor dizendo, o alto falante de difusão dos apelos dos editores em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da história. (BURKE, 1997, p.33)

Fundamentada em fatores inovadores que contestava, drasticamente, a escola metódica de preceitos positivistas, esse movimento trouxe uma “[...] ampliação no repertório das fontes históricas e a metamorfose do próprio conceito de fonte” (FERREIRA, 2009, p. 63), o que fez com que a pesquisa historiográfica adquirisse um caráter interdisciplinar, gerado pelo intercâmbio de informações entre pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, a exemplo da psicologia, geografia, antropologia, sociologia, dentre outras. Pesavento (2004, p.69) assevera que

---

<sup>17</sup> De acordo com Rocha (2010, p. 11), “Lucien Paul Victor Febvre (1878-1956) e Marc Leopold Benjamin Bloch (1886-1944) são conhecidos como dois dos mais importantes historiadores da historiografia francesa e também da historiografia do século XX. Esses autores produziram no campo da história moderna e da história medieval, respectivamente, escrevendo obras que ainda se constituem em referências importantes para as duas disciplinas. Febvre é autor de obras que encontraram e ainda encontram ampla repercussão na historiografia brasileira, como a recém lançada **O problema da incredulidade no séc. XVI: a religião de Rabelais**. As obras de Bloch, por sua vez, não gozam de menor prestígio. No Brasil, Bloch é mais amplamente conhecido por três de suas obras. **Os reis taumaturgos, A Sociedade Feudal e a Apologia da História ou o Ofício de Historiador**”.

Este, talvez, seja um dos aspectos que, contemporaneamente, mais dão visibilidade à História Cultural: a renovação das correntes da história e dos campos de pesquisa, multiplicando o universo temático e os objetos, bem como a utilização de uma multiplicidade de novas fontes. Figurando como recortes inusitados do real, produzidos por questões renovadoras, a descoberta de documentação até então não-visualizada como aproveitável pela História, ou então a revisita de velhas fontes iluminadas por novas perguntas.

Nessa nova tendência historiográfica, a história, que antes se ocupava, basicamente, em relatar os fatos a partir da visão das elites, agora volta sua atenção, também, para as pessoas comuns, ou seja, antes da possibilidade de que novas fontes fossem associadas às pesquisas historiográficas, e da inexistência de uma interação entre as ciências sociais, a história se dedicava exclusivamente, em registrar, de forma objetiva, os grandes feitos, idealizados e/ou realizados por aqueles que detinham o poder: “os vencedores”, enquanto esse novo fazer histórico traz consigo a possibilidade de que a história seja observada e discutida por diversos ângulos, inclusive, sob a perspectiva dos “excluídos”, dos “menos favorecidos”, dos “vencidos”.

No final da década de 1950 e nos primeiros anos da de 1960, um grupo de jovens historiadores marxistas começou a publicar livros e artigos sobre “a história vinda de baixo”, inclusive os atualmente clássicos estudos de George Rudé sobre as classes populares parisienses, de Albert Soboul sobre os *sans-culottes* parisienses, e os de E. P. Thompson sobre a classe operária inglesa. Com essa inspiração, os historiadores das décadas de 1960 e 1970 abandonaram os mais tradicionais relatos históricos de líderes políticos e instituições políticas e direcionaram seus interesses para as investigações da composição social e da vida cotidiana de operários, criados, mulheres, grupos étnicos e congêneres. (HUNT, 1992, p. 2)

As discussões em torno das propostas dessa nova tendência historiográfica influenciaram diversos autores e pensadores em todo o mundo, ao conclamá-los a uma renovação do pensamento histórico e social acerca da nossa realidade, onde fosse possível discutir a sociedade a partir dos seus aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos, possibilitando, assim, que a história fosse construída com mais liberdade, de forma mais ampla, contando com a presença imprescindível do historiador, agora atuando de forma crítica, na construção do saber histórico, conforme afirma Lucien Febvre (1989, p.19), em sua obra **Combates pela História**:

Mas toda história é escolha. É-o, até devido ao acaso que aqui destruiu e ali salvou os vestígios do passado. É-o, devido ao homem: quando os documentos abundam, ele resume, simplifica, põe em destaque isto, apaga aquilo. É-o, sobretudo, porque o historiador cria os seus materiais, ou, se quiser, recria-os: o historiador que não vagueia ao acaso pelo passado, como um trapeiro à procura de achados, mas parte com uma intenção precisa, um problema a resolver, uma hipótese de trabalho a verificar.

Nessa perspectiva, a relação entre a história e a literatura, a qual se desenvolve no âmbito da História Cultural, se amplia bastante, passando a receber enfoque de vários historiadores, os quais se debruçavam em visitar a história por outros ângulos. Sandra Pesavento (2004, p. 80), pontuando acerca da conexão entre essas áreas do conhecimento, afirma que:

[...] a relação entre a História e a Literatura se resolve no plano epistemológico, mediante aproximações e distanciamentos, entendendo-as como diferentes formas de dizer o mundo, que guardam distintas aproximações com o real. (PESAVENTO, 2004, p. 80).

Sobre as possíveis relações e conexões entre a História e a Literatura, Jacques Leenhardt e Sandra Jatahy Pesavento emitem a seguinte reflexão:

Ler a história, ver na literatura a história se escrevendo, isto é possível? Interpretar processos sociais e processos simbólicos implica um entrecruzamento de olhares que, por sua vez, parte de alguns pressupostos que norteiam uma questão aberta já há algum tempo, desde Michel de Certeau e Paul Ricoeur a Hayden White. Entretanto, o trabalho acadêmico contemporâneo tem implicações teóricas bem precisas, abertas pela incerteza geral que preside o campo das ciências humanas em face da derrocada dos modelos explicativos da realidade. Desta incerteza, reabre-se o debate em torno da verdade, do simbólico, da finalidade das narrativas histórica e literária, da gerência do tempo e da recepção do texto, questões estas que colocam a história e a literatura como leituras possíveis de uma recriação imaginada do real. (LEENHARDT; PESAVENTO, 1998, p.9-10)

Ao se apresentar como uma possibilidade de representação da realidade, evidenciada a partir do registro das percepções e sentimentos do autor, a literatura se aproxima da história, por se constituírem em formas de discurso. O historiador, ao analisá-la sob o viés da subjetividade do autor, busca encontrar na literatura, determinadas informações, a partir das situações experimentadas/vividas por este.

Ora, esta História Cultural, debruce-se ela sobre a escrita do texto, sobre a edição do livro ou sobre a leitura, permite reconstruir o passado como objeto de pesquisa, tentar atingir a percepção dos indivíduos no tempo, quais são seus valores, aspirações, modelos, ambições e temores. Permite, inclusive, pensar a descontinuidade da História e a diferença, pondo tanto o historiador como o leitor diante de uma alteridade de sentidos diante do mundo. (PESAVENTO, 2004, p.71)

Entretanto, é importante ressaltar que, acerca da relação entre história e literatura: “[...] estabelece-se entre os dois campos uma relação tensa de intercâmbio, mas também de confrontação” (SEVCENKO, 2003, p. 299), onde o intercâmbio seria a possibilidade de trocar informações, no sentido de ampliar os limites do conhecimento entre tais áreas, de forma recíproca, enquanto a confrontação residiria na faculdade de uma não somente ser capaz de auxiliar a outra, mas também de contestá-la, quando necessário, colocando seus pressupostos em discussão.

Para Sevcenko, “A partir dessa perspectiva, a criação literária revela todo o seu potencial como documento” (SEVCENKO, 2003, p. 299), pois ela é complexa em sua forma, e constituída por inúmeras significações que englobam a história nos seus mais variados aspectos, se apresentando enquanto expressão da sociedade, descortinando-a, nos seus mais amplos preceitos de ação e de linguagem: “Instituição viva e flexível, já que é também um processo, ela possui na história o seu elo comum com a sociedade” (SEVCENKO, 2003, p. 299).

Sevcenko afirma, ainda, que “O ponto de interseção mais sensível entre a história, a literatura e a sociedade, está concentrado na figura do escritor” (SEVCENKO, 2003, p. 299). Através da figura do escritor a literatura se comunica com a história. É a partir das suas obras que as narrativas históricas e literárias dialogam entre si, e se inspiram.

Eis por que uma análise que pretenda abranger esses três níveis deve se voltar com maior atenção para a situação particular do literato no interior do meio social e para as características que se incorporam no exercício do seu papel em cada período (SEVCENKO, 2003, p. 299).

O historiador estadunidense Hayden White (1995, p. 20), famoso por suas reflexões acerca das relações entre história, ficção e narrativa, apresenta um conceito de história enquanto um modelo de ficção, uma prosa que registra vários acontecimentos possíveis de terem acontecido no passado, e também ressalta a importância do conhecimento histórico ser, cada vez mais, rediscutido, pois:

[...] enquanto um historiador pode entender que é sua tarefa reevocar, de maneira lírica ou poética, o “espírito” de uma época passada, outro pode presumir que lhe cabe sondar o que há por trás dos acontecimentos a fim de revelar as “leis” ou os “princípios” de que o “espírito” de uma determinada época é apenas uma manifestação ou forma fenomênica. Ou, para registrar uma outra diferença fundamental, alguns historiadores concebem sua obra primordialmente como uma contribuição para a iluminação de problemas e conflitos sociais existentes, enquanto outros se inclinam para suprimir tais preocupações presentistas e tentam determinar em que medida um dado período do passado difere do seu, no que parece ser um estado de espírito bem próximo daquele do “antiquário” (WHITE, 1995, p. 20).

Luis Costa Lima (2006, p.118), em sua obra **História. Ficção. Literatura**, afirma que “o historiador lida com um corpo histórico, a partir de arquivos e documentos para construir as versões do passado”. Segundo o referido autor, o historiador refaz a sua versão da história a partir de documentos, textos e imagens deixadas por gerações passadas, sem, contudo, deixar de imprimir a sua interpretação, que é exclusiva, pois labora selecionando, filtrando, adicionando, maximizando ou minimizando elementos e seus contextos, o que diverge do labor ficcionista, apresentado por White. Entretanto, tanto White quanto Lima defendem que os relatos históricos, mesmo aqueles alicerçados em registros, não traduzem, com plena fidelidade, os acontecimentos, mas, sim, buscam tornar válidas certas versões destes.

O historiador, por ser um sujeito que está atrelado a um contexto social, econômico e temporal, será incapaz de produzir relatos imparciais. Ele produzirá seus relatos, certamente, em acordo com sua própria verdade, a qual, ainda que se apresente, aparentemente, desprovida de intenções, comunicará, direta ou indiretamente, as ideias deste, que a produziu, ou seja, ao passo que elegem um eixo narrativo, os historiadores atribuem à História, elementos e circunstâncias que lhes pareçam coerentes às suas interpretações e/ou ideologias, em harmonia com seu local de fala, os quais serão comunicados ao leitor, à medida que as necessidades e expectativas deste dialoguem com os mesmos.

Nesse sentido, se faz plausível atentarmos para o que afirma o historiador Roger Chartier (1990, p. 17), ao declarar que todo texto, sendo histórico, literário ou outro, é sempre uma representação do real, o qual não pode se desvencilhar da sua realidade enquanto texto elaborado sob princípios específicos de produção, peculiar a cada gênero de escrita. De acordo com essa perspectiva, toda produção textual é, assim, composta por uma linguagem específica de produção, inerente ao segmento intelectual de onde emerge, ao veículo onde será comunicado e ao público alvo, ao qual se destina:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Dai, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

Roger Chartier destaca, ainda, a dimensão simbólica que entremeia e interfere, de forma significativa, na construção de diferentes realidades. Nesse âmbito, ele mostra como o conceito de representação implica, justamente, um olhar acerca das práticas que constituem e direcionam tais realidades sociais, onde o poder, elemento importantíssimo, se posiciona no centro daquilo que ele define enquanto “lutas de representação”:

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe [...] a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1990, p.17).

Assim, inferimos que desvelar acontecimentos históricos jamais se constituirá numa tarefa simples, justamente por conta de nem todas as versões virem à tona, senão aquelas que foram cuidadosamente selecionadas para serem transmitidas à sociedade, no intuito de se constituírem memória histórica desta, mesmo não representando a memória da coletividade, a qual se traduz, inclusive, em manifestações orais, reproduzidas ao longo do tempo, entre as gerações. Essa questão é discutida pelo historiador Antônio Manuel Hespanha (1998), o qual salienta acerca da necessidade das representações do senso comum ser, na construção da historiografia, o alicerce para o relato histórico, ainda que o objetivo seja o de negá-las.

Para Hespanha, a história, ao alcançar a condição de validade científica por meio do saber sistematizado, acaba por dissolver o senso comum, ao passo que promove a aculturação de todo um povo, induzindo-o, até mesmo, a desacreditar que possua um próprio saber, o qual é remetido ao campo da ficção, folclore, restringindo-se à memória da coletividade.

Nessa perspectiva propomos a observação do conceito de metaficção historiográfica, discutido por Linda Hutcheon (1991), o qual propõe um olhar inusual acerca do passado. Trata-se de uma alternativa crítica às histórias, aquelas apresentadas como “oficiais”, na qual é possível perceber, inclusive, certo caráter contraditório, pois tende a negar justamente, a veracidade do seu objeto ao se apropriar de personagens e/ou acontecimentos históricos, no

intuito de problematizar os relatos difundidos como verdadeiros acerca destes, promovendo, assim, um contraste da visão dominante com a visão dos subjugados. Hutcheon ressalta, ainda, a questão da natureza narrativa que a história possui, pois, para ela, tanto a escrita literária como a escrita histórica possuem alicerce na verossimilhança mais do que em qualquer verdade objetiva, e mais,

[...] as duas são identificadas como construtos lingüísticos, altamente convencionalizadas em suas formas narrativas e nada transparentes em termos de linguagem ou de estrutura; e parecem ser igualmente intertextuais, desenvolvendo os textos do passado com sua própria textualidade complexa (HUTCHEON, 1991, p. 141).

Portanto, entendendo os relatos históricos e literários enquanto um: “[...] produto conjunto do conhecedor e do conhecido, no qual o papel do observador é sempre seletivo [...]” (LIPPMANN, 2010, p.84), e pontuando, ainda, que todo processo seletivo pressupõe outro, o de exclusão, é possível constatar que, inevitavelmente, certos vácuos serão gerados na transcrição de um evento, e somente serão preenchidos na medida em que versões, dotadas de teor argumentativo capaz de produzir contrastes com os relatos existentes, sejam postas em evidência.

Nesse âmbito, corroborando a ideia de que os relatos históricos da civilização são marcados por lacunas, mencionamos, aqui, uma citação do escritor Aleilton Fonseca<sup>18</sup>, registrada em Albuquerque, Fleck (2015, p.128) o qual afirma existir “[...] certos vazios que a história não registra e que só a ficção pode dar conta”. Nesse ensejo citamos, também, sua obra, intitulada **O Pêndulo de Euclides (2009)**, pelo fato da mesma descrever o conflito da Guerra de Canudos sob uma ótica não-hegemônica, onde, por meio de revisitações à história, o autor concede “voz e vez” ao sertanejo canudense, para contar a sua versão do conflito, gerando assim, novas possibilidades de assimilação, acerca do referido evento.

Na obra **O Pêndulo de Euclides**, Fonseca se aproveita de todo um cenário já documentado pelo discurso histórico-literário oficial, assim como dos personagens elencados neste, associando-lhe, ficcionalmente, outros personagens e espaços, construindo diálogos e posicionamentos que apontam acerca das diversas possibilidades para as quais o conflito canudense poderia ter rumado. São, fundamentalmente, essas características que colocam essa obra em diálogo direto com o conceito de metaficção historiográfica, discutido por Hutcheon, uma vez que a mesma se apresenta como uma clara tentativa de nos informar que para

---

<sup>18</sup> ALEILTON (Santana da) FONSECA é poeta, ficcionista, ensaísta e professor universitário.

assimilarmos os desdobramentos sociais de um evento histórico, assim como todas as implicações advindas deste, não podemos, em hipótese alguma, aceitar que uma versão-oficial seja adotada como parâmetro único, norteando todo um entendimento, gerando, assim, uma versão única sobre o evento, no caso em questão, a Guerra de Canudos:

– Não adianta nada só se ouvir a voz dos que vem de fora, ou só se ler os livros que eles escrevem. Nem precisa a pessoa se arvorar em advogado do sertão, se não conhecer a poeira e os espinhos da caatinga nem as dores das nossas almas. Carece de haver também a nossa prosa, nosso jeito de saber, contar, entender, julgar e confirmar os acontecidos. Cada qual sabe dar o nó, atar e desatar o tom da sua cantiga e o ritmo da sua conversa. A verdade depende do olho de quem vê e de quem vive e revive os fatos. (FONSECA, 2009, p. 203)

Ao abordarem os temas históricos, os discursos literários têm a oportunidade de atuar na perspectiva de proporcionar um novo olhar sobre os acontecimentos, onde o excluído ganha voz e vez, gerando, assim, novas possibilidades de interpretação acerca dos fatos. Assim, “a memória social criada a partir do discurso literário se constitui numa representação que se socializa e que tem um conteúdo pragmático e socializador” (PESAVENTO, 1998, p.13). Nesse domínio, as narrativas históricas e literárias coadjuvam na construção de uma identidade social e individual, pois “[...] as duas narrativas têm igualmente por efeito socializar os indivíduos, criando as condições simbólicas de coesão social” (PESAVENTO, 1998, p.13).

Desse modo, compreendendo que tanto o discurso histórico, quanto o literário, ou, ainda, qualquer outro, é lacunar, e que as versões, contidas nestes, devem, sempre, serem tratadas como incompletas, abre-se um caminho para que os personagens e eventos, que compõem a nossa história, sejam revisitados e rediscutidos, continuamente, permitindo, assim, que olhares mais aguçados sejam lançados sobre os temas/problemas que os colocam em constante evidência, na perspectiva de que sejam oportunizadas vezes e vozes para quem nunca as tiveram.

### 3 ANTÔNIO VICENTE MENDES MACIEL, O ANTÔNIO CONSELHEIRO

Na Vila do Campo Maior, em Quixeramobim, província do Ceará, em treze de março de 1830<sup>19</sup>, nasce Antônio Vicente Mendes Maciel, mais conhecido, na história e na literatura como Antônio Conselheiro, líder dos sertanejos na Guerra de Canudos.

Filho de Vicente Mendes Maciel e de Maria Joaquina de Jesus, Antônio ficou órfão de mãe aos seis anos de idade, com duas irmãs mais jovens, Francisca e Maria. Ele foi batizado na Igreja Matriz de Santo Antônio, Quixeramobim – Ceará, no dia 22 de maio do mesmo ano, conforme certifica o seu batistério:

Aos dias 22 de maio de 1830 batizei e pus os Santos óleos nesta Matriz de Quixeramobim do párvulo Antônio, pardo, nascido aos 13 de março do mesmo ano supra, filho natural de Maria Joaquina; foram padrinhos Gonçalo Nunes Leitão e Maria Francisca de Paula. Do que, para constar, fiz esse termo, em que me assinei. Vigário, Domingos Álvares Vieira. (MACEDO, 1969, p. 37 apud ARRUDA, 2006, p. 77)

Em 1833, estando Antônio Vicente com apenas três anos de idade, a sua família, os Maciéis, se envolveu em uma longa e intensa luta contra a poderosa família dos Araújo, motivada por disputa de terra e poder político, onde os Maciéis massacraram e foram massacrados. Euclides da Cunha, em **Os Sertões**, escreve, citando João Brígido dos Santos<sup>20</sup>, que tal embate foi “[...] uma das lutas mais sangrentas dos sertões do Ceará, a que se travou entre estes dois grupos de homens, desiguais na fortuna e posição oficial, ambos embravecidos na prática das violências, e numerosos” (CUNHA, 2009, p.148). Os embates entre famílias rivais motivados pela ampliação de suas terras e de suas áreas de influência eram comuns na região nordestina àquela época, e, conforme dispõe Edmundo Moniz (1987, p.17), em sua obra **Canudos: A Guerra Social**, a polícia e a justiça não atuavam pela manutenção da ordem, senão de forma parcial, limitando-se a acatar os posicionamentos

<sup>19</sup> Calasans (1997, p. 25) comenta que houve vaga discussão acerca da data de nascimento de Antônio Vicente Mendes Maciel. Contudo, tal questão foi resolvida por um pesquisador cearense, chamado Ismael Pordeus, ao apresentar um documento idôneo sobre o caso – sua certidão de batismo.

<sup>20</sup> João Brígido dos Santos, filho de Inácio Brígido dos Santos e Vicência Rolim dos Santos, nasceu em São João da Barra (ES), no dia 3 de dezembro de 1829. Com apenas um ano de idade, a sua família veio para o Ceará, residindo sucessivamente em Icó, Jucás, Quixeramobim, Barbalha e Crato, antes de radicar-se em Fortaleza, em 1861. João Brígido foi um dos referenciais de escrita sobre o passado durante a segunda metade do século XIX na Província do Ceará. Jornalista, cronista, político, esse intelectual escreveu dezenas de artigos em jornais, lançou livros com narrativas históricas, publicou crônicas políticas contendo críticas a seus rivais, além de ter uma participação ativa na vida política dessa Província. O historiador José Calazans comenta, em **Antônio Vicente no Ceará** (artigo publicado na “Revista da Academia de Letras da Bahia”, n. 37, em março de 1991) que João Brígido foi colega de estudos e companheiro de brincadeiras de Antônio Conselheiro.

estabelecidos pelos mais fortes, os que detinham maior poder econômico e político. Em suas palavras assim se manifesta o autor:

A polícia e a justiça subordinavam-se aos mais fortes, aos que dispunham de maior influência econômica e política, fazendo-se de cegas e de mudas quando as famílias em disputa desfrutavam de igual prestígio e dinheiro. [...] numa sociedade semifeudal em que os fazendeiros poderosos se mantinham acima do direito e das leis. Juízes, promotores e delegados não passavam de instrumentos dos chefes políticos que os nomeavam e demitiam como bem desejassem.

É nesse contexto, observando, desde tenra idade, a parcialidade da justiça, a imunidade dos poderosos perante seus crimes e a intransigência feudal que atuava nos sertões, que cresce Antônio Vicente.

Acerca da participação de Vicente Maciel nesse sangrento embate, muito pouco se sabe. Moniz (2001) comenta que, talvez a participação dele tenha sido irrelevante ou quase nenhuma, pelo fato do mesmo não pertencer ao ramo legítimo dos Maciéis, sendo irmão de Francisca e Helena pelo lado paterno. Homem calmo e trabalhador, Vicente Maciel cuidou em matricular Antônio Vicente, logo cedo, na escola particular do professor Manuel Antônio Ferreira Nobre, demonstrando assim, um cuidado todo especial com a educação do filho. De acordo com Montenegro (1973, p. 12 apud ARRUDA, 2006, p. 82), havia uma intenção explícita nesse objetivo do pai: “[...] desejando destinar o filho ao sacerdócio, que oferecia vantagens numa área de secas, pois constituía uma carreira segura, Vicente matriculava o filho no curso do professor Manuel Antônio Ferreira Nobre”.

Intenções paternas à parte, fato é que desde cedo houve uma preocupação com a educação de Antônio Vicente, o qual, em contrapartida, logo se destacou em seus estudos, conforme salienta Arruda (2006, p. 83): “Antônio Vicente logo aprendeu a ler e escrever. Na escola estudou português, francês, aritmética e latim”. E, ao passo que se dedicava aos estudos, Antônio Vicente desenvolvia, também, seu interesse pelas questões de ordem religiosa:

Antônio Vicente lia com avidez tudo que chegava às suas mãos e tinha uma dedicação toda especial aos textos que tratavam da origem do cristianismo e da história de vida dos santos. Entre os livros da sua predileção na adolescência destacavam-se: *Lunário Perpétuo*, *Princesa Magnólia*, *As Guerras do Imperador Carlos Magno e os Doze Pares da França e Horas Marianas*. (ARRUDA, 2006, p. 83)

Em se tratando das obras que influenciariam a formação religiosa de Antônio Vicente, uma há, de destaque maior: *Missão Abreviada*, do Padre Manoel José Gonçalves Couto:

*Missão Abreviada* era uma coletânea de meditações extraídas dos evangelhos, principalmente da paixão de Cristo, seguidas de resumos das vidas exemplares de vários santos. *Missão Abreviada* iria ter influência em toda a sua vida e parte de seus sermões seriam elaborados, a partir dos seus ensinamentos. (ARRUDA, 2006, p. 83)

Arruda (2006) comenta que Antônio Vicente desempenhou diversas profissões, que, mesmo à sua época, necessitavam de certo nível de conhecimento, para que fossem realizadas: escrivão de Juiz de Paz, solicitador ou requerente do foro<sup>21</sup>, advogado provisionado<sup>22</sup>, professor de português, aritmética, geografia, dentre outras. Essas profissões eram desempenhadas à medida que surgia a oportunidade, e, não, necessariamente, seguindo uma ordem, da mais trabalhosa para a menos trabalhosa, conforme assevera Cunha (2009):

“Nota-se já em tudo isto um crescendo para profissões menos trabalhosas, exigindo cada vez menos a constância do esforço; o contínuo despear-se da disciplina primitiva, a tendência acentuada para a atividade mais irrequieta e mais estéril, o descambar para a vadiagem franca. (CUNHA, 2009, p. 154)

Ao desempenhar uma dessas profissões, a de advogado provisionado, Antônio Vicente passa a desenvolver uma característica particular que o acompanhará ao longo da sua vida: defender os mais humildes, os perseguidos, inclusive, quase sempre não sendo remunerado pelo trabalho que realizava. Tais experiências, as quais lhe permitiam lidar constantemente com os prepostos da justiça e da polícia, o conduziam, certamente, ao entendimento acerca das “sinuosidades” do poder, ou seja, ao fato de que tanto a justiça quanto a polícia estavam ao dispor dos poderosos e seus anseios.

Acerca do casamento de Antônio Vicente, Moniz (2001) assinala que há mais de uma versão. A de João Brígido, baseada nas informações de Oliveira de Castro, de Quixeramobim, e a de Abelardo Montenegro, fruto da consulta de livros de batizados, casamentos e óbitos da referida comarca, nos arquivos da Diocese de Fortaleza. A versão de João Brígido revela que

<sup>21</sup> Procurador, legalmente habilitado e provisionado, a quem, na qualidade de auxiliar do advogado, compete assistir o andamento dos feitos, receber intimações de despachos ordinários, assinar os termos de recursos, assistir e praticar atos de cartório.

<sup>22</sup> Advogado provisionado ou Rábula era o advogado que, não possuindo formação acadêmica em Direito (bacharelado), obtinha a autorização do órgão competente do Poder Judiciário (no período imperial), ou da entidade de classe (primeiro do Instituto dos Advogados; a partir da década de 30 da OAB), para exercer, em primeira instância, a postulação em júzo.

Antônio Conselheiro teria casado com uma das suas primas, a filha de Francisca Maciel e sobrinha de Helena, a qual, juntamente com seu irmão Miguel Carlos, comandava a guerra dos Maciéis contra os Araújo. Contudo, por conta das freqüentes indisposições com a sua sogra, fato que interferia na convivência do casal, Antônio Vicente teria liquidado os seus negócios em Quixeramobim e mudado para Sobral, transferindo-se, mais tarde, para Campo Grande e, por fim, Ipu, onde teve o seu drama familiar agravado, após ter sido traído e abandonado pela sua mulher.

A versão de Abelardo Montenegro dá conta de que Antônio Vicente teria casado em 1º de Janeiro de 1857, com Brasilina Laurentina de Lima, filha natural de Francisca Pereira de Lima, em cerimônia realizada pelo padre Jacinto Borges, tendo como testemunhas José Raimundo Façanha e Pedro José de Matos. Segundo Moniz (2001, p. 25), da união com Brasilina teriam nascidos dois filhos, todavia, após a separação do casal, “[...] esta ficou com os dois filhos cujo destino até hoje se ignora”. Moniz (2001) comenta que não há, na versão registrada por Abelardo Montenegro, desavença alguma entre Antônio Vicente e sua sogra, e nem poderia, uma vez que a mesma, à época do seu casamento já era falecida. Esse fato produz evidente desencontro com a versão de Oliveira Castro, acerca dos motivos que teriam impulsionado Antônio Vicente a deixar Quixeramobim.

Brasilina, de fato, não teria sido a única mulher na vida amorosa de Antônio Vicente, pois ele “[...] foi pai de um terceiro menino, que tomou o nome de Joaquim Aprígio, fruto da união com uma escultora de imagens de santos, conhecida por Joana Imaginária” (MONTENEGRO, 1954, p.114 apud ISER, 2008, p. 40). Joana Imaginária morava em Santa Quitéria, no Ceará, onde Antônio Vicente residiu por dois anos. Ela esculpia imagens de santos em madeira e barro. Antônio Vicente e Joana Imaginária compartilhavam de semelhante religiosidade, questão que, certamente, deve ter concorrido para que ele a convidasse para segui-lo, em suas andanças, no “cumprimento da missão a que se julgava destinado (MONIZ, 2001, p. 27)”. Contudo ela recusou o convite, alegando não querer “[...] abandonar a sua arte bem como a sua freguesia que já se estendia às cidades vizinhas. Preferia o sossego de Santa Quitéria onde poderia educar e criar o filho tranquilamente<sup>23</sup> [...]” (MONIZ, 2001, p. 27)

Assim, desempenhando a missão que acreditava ter, Antônio Vicente peregrinou por muitos “sertões”... Ele necessitou mergulhar profundamente na vida sertaneja, com seus percalços e estreitezas, levando consigo uma mensagem religiosa, entremeada por conselhos

---

<sup>23</sup> Ibid., p. 27

sociais, com evidência para as populações mais carentes, o que lhe rendeu o nome de Antônio Conselheiro: “Era o começo de uma vida de dedicação aos pobres e oprimidos tal como aprendera nos Evangelhos” (ARRUDA, 2006, p. 85).

Essa afirmação nos remete a pontuar uma questão importantíssima, pautada de forma tendenciosa pelo discurso hegemônico, que é acerca da motivação de Antônio Conselheiro em realizar a sua missão, e que necessita, num estudo mais específico, ser amplamente discutida: a sua missão em ajudar os desvalidos surge a partir da leitura e meditação nos Evangelhos. Nesse sentido, as afirmações que sugerem que a manutenção da liderança do Conselheiro se assentava, unicamente, no fato dele ser um líder espiritual que se dedicava a propalar o messianismo cristão, restringindo-o a anunciar, exclusivamente, uma mensagem de recompensa eterna àqueles que se mantivessem fiéis a tais ritos, necessita, certamente, ser questionada: a missão do peregrino se assentava, ampla e evidentemente, no campo social, a partir do discurso religioso.

Antônio Conselheiro, muito além de trazer uma mensagem espiritual aos desvalidos, baseada na concepção cristã acerca da salvação eterna, acolhia-os e os orientava, acerca da possibilidade de se combater as causas que geravam as suas muitas carências sociais, a partir da criação de uma sociedade justa, igualitária, onde todos pudessem desfrutar, igualmente, dos serviços e bens que a comunidade pudesse oferecer.

Há vários anos que numerosas pessoas, pertencentes a diversas camadas sociais vinham de longe para pedir conselhos a Antônio Maciel. Quem examinar-lhe o comportamento pessoal verá certamente que não se tratava de um lunático, de um alucinado, de um irresponsável, e sim de um homem sereno, compreensivo e experiente, disposto a resolver desinteressada e sensatamente os problemas alheios. Assim, tornou-se o confidente dos perseguidos, dos sacrificados, dos infelizes, das vítimas de qualquer injustiça ou que se encontrassem numa difícil situação. (MONIZ, 1987, p.29).

Impulsionado pelo entendimento de que “a humanidade não tinha saída fora dos marcos e ensinamentos deixados pelo Bom Jesus” (ARRUDA, 2006, p. 87), Antônio Conselheiro deixa o estado do Ceará e segue pelo sertões, com o objetivo de ampliar o seu campo missionário. Para Antônio Conselheiro, a vida de pecado, caracterizada pela falta de atenção do homem para com os conselhos divinos era o principal agente motivador de todas as opressões que alcançam as pessoas. Em suas pregações ele salientava que a única alternativa que restava à humanidade era praticar os ensinamentos do Evangelho, abandonando sua vida pecaminosa e “[...] irmamente, dedicar-se a orações e a uma vida social

onde predominasse a fraternidade e a solidariedade, longe de qualquer preocupação com as coisas mundanas” (ARRUDA, 2006, p. 88), seguindo, assim, os passos do cristianismo primitivo, o qual se alicerça na premissa maior da comunhão e do amor ao próximo.

Em 1876, já possuindo, a essa altura, vários seguidores, Antônio Conselheiro foi preso em Itapicuru de Cima, interior da Bahia, sob a acusação de ter assassinado<sup>24</sup> a sua própria mãe e a esposa, sendo considerado, assim, um foragido da justiça do seu estado. Ele foi conduzido até Salvador, de onde foi enviado para o Ceará, para ser julgado em sua terra natal. A sua chegada em Fortaleza moveu os seus amigos de grande indignação, pois “[...] veio em estado lastimoso, a cabeça raspada, seviciado, maltrapilho e cadavérico” (MONIZ, 2001, p.31). Chegando a Quixeramobim ele foi absolvido das acusações ilógicas que recebeu, pois jamais poderia ter cometido tais crimes, pelo simples fato dele ter ficado órfão de mãe aos seis anos de idade e a sua esposa ainda se encontrar viva, morando em Sobral, no Ceará.

Apesar das recomendações oficiais das autoridades policiais baianas para que Antônio Conselheiro, mesmo tendo a sua inocência comprovada em sua terra natal, não retornasse à Bahia, por este ter entrado em conflito com o vigário de Itapicuru de Cima, e a sua volta poder desencadear certo “clima desagradável”, posto que os seus seguidores ficaram com os espíritos exaltados, quando da sua prisão, Antônio Vicente volta aos sertões baianos, e com muito maior prestígio que antes, pois agora é, claramente visto como vítima inocente do ódio dos daqueles que detinham o poder (MONIZ, 2001).

A despeito de toda a evidente religiosidade de Antônio Conselheiro, alguns dos seus primeiros conflitos se deram, justamente, contra a igreja. Ele pregava de forma independente, interpretando a Bíblia à sua maneira, tendo como base da sua pregação o retorno ao cristianismo primitivo e isso era entendido, pela igreja, como heresia:

Para a igreja, a volta ao cristianismo primitivo, ao seu igualitarismo ingênuo, representou, sempre, uma heresia, e muitos pagaram na fogueira pela temeridade de defendê-la. Essa volta significava a renúncia de tudo que a tornou forte e respeitada: a pomposidade dos cerimoniais, a organização

---

<sup>24</sup> Trata-se de uma falsa acusação que sofreu Antônio Conselheiro de ter assassinado a sua mãe e a sua esposa, em um plano cuja autoria é atribuída à própria mãe de Antônio Conselheiro, a qual o teria persuadido acerca da traição da sua mulher e colocado em prática um plano onde Antônio Conselheiro inventaria uma viagem, contudo permaneceria nos arredores da sua casa, aguardando a chegada do possível amante da sua mulher. Assim, pela noite, ao perceber que um vulto se aproximava da janela para tentar entrar na casa, entendendo se tratar do amante da esposa, lhe desferiu um tiro certeiro, entrando, logo em seguida na casa e assassinando, também, a sua esposa, a qual julgava infiel. Ao voltar para ver quem havia baleado, verificou horrorizado, que assassinara a própria mãe, vestida de homem, para convencê-lo da infidelidade da mulher. Antônio Conselheiro foi inocentado desse crime, uma vez que ele ficou órfão de mãe aos seis anos de idade, e sua esposa ainda não se encontrava viva, à época da referida acusação.

eclesiástica, o poder econômico e político. Seria o sacrifício por uma perigosa fantasia de todos os bens adquiridos através dos séculos. (MONIZ, 1987, p.32)

A igreja avaliou, então, como mais prudente utilizar do seu prestígio e força para definir Antônio Conselheiro enquanto um herege, um doente mental, do que admitir que ele, mais do que qualquer membro eclesiástico da referida instituição, estava a disseminar e cumprir, fielmente, os preceitos do cristianismo que deveria ser os praticados por aquela instituição, mas não eram. Assim, a igreja segue, empunhando incansável luta para estigmatizar Antônio Conselheiro e seus seguidores, sem jamais empunhar luta contra os motivos que geravam as mais graves necessidades daqueles desvalidos, como “[...] as terras tomadas, [...] os salários que não davam para matar a fome, [...] os abusos das autoridades” (MONIZ, 1987, p. 49), do contrário, comprometeria, indiscutivelmente, o seu “relacionamento com o Estado e seus mandatários”.

Entretanto, apesar das perseguições que sofria por parte da igreja, Antônio Conselheiro se manteve fiel ao cristianismo, conforme o entendia, e não saiu da igreja. Nesse sentido, ressaltamos, aqui, a importante influência que o padre Ibiapina<sup>25</sup> exerceu na trajetória de vida de Antônio Conselheiro. Homem de vida simples, o qual conheceu ainda menino, Ibiapina se dedicava em fazer o bem, provendo ajuda e consolo aos necessitados. O exemplo do padre Ibiapina foi tão importante para Antônio Conselheiro, que Moniz (1997, p. 24) conclui que este foi, por assim dizer, o preceptor do líder canudense. Contudo, quando “Antônio Conselheiro compreendeu que era preciso apelar para o sentimento religioso independentemente da igreja” (MONIZ, 1997, p. 26), evidenciaremos aí, certo ponto de distanciamento do comportamento adotado pelo padre Ibiapina, o qual utilizava a batina para atrair seguidores e efetivar a sua obra social, considerando o discurso reproduzido pela igreja, enquanto Antônio Conselheiro, conhecedor das necessidades dos pobres, dos seus anseios por condições básicas e dignas de sobrevivência, entendendo falar em nome de Deus e seus

---

<sup>25</sup> O célebre padre Dr. José Antônio Pereira Ibiapina, filho de Francisco Miguel Pereira e Teresa Maria de Jesus, nasceu em 5 de agosto de 1806, no Morro da Jaibara, fazenda situada no entorno de Sobral – Ceará. Ibiapina foi um professor, político, Juiz de Direito e Chefe de Polícia que, em 1850 abandona seus trabalhos forenses e inicia um período dedicado à meditação e exercícios de piedade. Após três anos de meditação e reflexão, Ibiapina decide-se pelo sacerdócio. Assim, em 12 de julho de 1853, aos 47 anos de idade, ele se torna o Padre Ibiapina. Em 8 de dezembro de 1855 Ibiapina altera o seu nome para José Antônio de Maria Ibiapina, em homenagem à Imaculada Conceição de Maria. Contrariando seus superiores, Ibiapina opta pela vida missionária, iniciando, assim, o seu trabalho missionário pelo interior do Nordeste. Alguns pesquisadores o incluem na categoria dos iluminados - pessoas que lutaram por um ideal de trabalho e fé. Foi ponte entre a Igreja e o povo pobre do Nordeste brasileiro, construindo uma obra missionária significativa e respeitada, partilhando água, alimento e abrigo com doentes, mendigos e retirantes, levando sempre uma palavra de conforto para aqueles que precisavam. O Padre Ibiapina faleceu no dia 19 de fevereiro de 1883, na Casa de Caridade Santa Sé, na Paraíba.

desígnios, discordava, quando necessário, acerca do que diziam e faziam os representantes oficiais da igreja, uma vez que estes jamais proferiam discursos que destoassem dos interesses dos ricos e poderosos em favor dos menos favorecidos.

Antônio Conselheiro se tornou líder dos sertanejos porque conhecia, a fundo, as mazelas que entremeavam as vidas destes. As suas longas peregrinações pelo sertão nordestino produziram experiências e vivências que o fizeram conhecedor da situação que, ora, defendia em seus discursos sócio-religiosos, ou seja, “[...] o ideal comunitário que abalou o sertão” (MONIZ, 2001, p.26) não teve motivação maior, senão a consciência do amor ao próximo, premissa cerne da postura cristã, defendida por ele.

### 3.1 ANTÔNIO CONSELHEIRO E A IMPRENSA

Antônio Conselheiro foi, sem dúvida alguma, um dos personagens mais caluniados da história do Brasil. Expressões depreciativas, das mais variadas possíveis, sempre lhe foram comumente associadas, nos diversos registros histórico-literários que se possa ter acesso. Além de tais insultos, o líder de Canudos, o qual iniciou suas peregrinações em 1874, difundindo suas ideias igualitárias pelo sertão nordestino, foi duramente “[...] atacado pelo clero, perseguido pelos latifundiários, preso e espancado pelas autoridades...” (MONIZ, 2001, p.13). Contudo, mesmo compreendendo que a sua decisão de lutar contra as injustiças sociais, posicionando-se ao lado dos mais fracos contra os “senhores do poder”, não seria, de modo algum, tarefa simples e fácil, jamais desistiu.

A imprensa que, por abarcar interesses políticos e econômicos, alcançava visibilidade em níveis infinitamente maiores se comparado às produções orais e escritas daqueles que compreendiam e simpatizavam com Antônio Conselheiro e os seus ideais, cuidou em veicular, àquela época, notícias impregnadas de significativa carga de intolerância, agressividade e incompreensão, as quais influenciavam, negativamente, a opinião pública quanto aos propósitos do líder sertanejo.

Em meio às inúmeras publicações dessa natureza, destacaremos algumas delas, no intento de evidenciar nestas, o seu modo de operação. A primeira delas, considerada, inclusive, a primeira notícia sobre Antônio Conselheiro na imprensa, é um artigo publicado em 22 de novembro de 1874, num periódico dominical, editado em Estância, província do Sergipe, chamado *O Rabudo*. Assim está escrito:

O nome dos bemfeitores da humanidade é esquecido e conservado fatalmente a memoria d'aqueles que aflagellarão, se não ignorarmos o nome d'aqueles que descobrirão e popularisarão os venenos mais subtis, nem a vida dos que inventarão as armas mais mortíferas em compensação não sabemos o d'aqueles que creando um instrumento ou esboçando uma idéa abrirão à intelligencia humana o campo incommensuravel do trabalho, ou que encaminharão por suas maneiras prejudiciaes à um profundo abysmo, o pobre povo inexperiente. Aquele que por suas acções apparentemente de verdadeira philantropia procura fazer-se saliente por meio de um regime qualquer, não lhe importando ser ou não contrario aos nossos principios religiosos; que, com a infamo capa da hypocrisia abusando do espirito pacifico dos encarregados do poder; ainda mais da simplicidade ou para melhor diser da tacanhosa de espirito da plebe toma-se inacessivel, cêdo ou tarde será aferrolhado pelo dedo da justiça, e d'então cahirá em completa degradação.

Abons seis meses que por todo o centro desta e da Provincia da Bahia, chegado, (diz elle,) da do Ceará infesta um aventureiro santarrão que se apellida por Antônio dos Mares: o que, avista dos apparentes e mentirosos milagres que disem ter elle feito, tem dado lugar a que o povo o trate por S. Antônio dos Mares. Esse mysterioso personagem, trajando uma enorme camisa azul que lhe serve de habito a forma do de sacerdote, pessimamente suja, cabellos mui espessos e sebózos entre os quaes se vê claramente uma espantosa multidão de bixos (piólhos). Distingue-se elle pelo ar mysterioso, olhos baços, téz desbotada e de pés nus; o que tudo concorre para o tornar a figura mais degradante do mundo. Anda no caracter de missionario, pregoando e ensinando a doutrina de Jesus Christo, diz. Suas predicas consistem na prohibição dos chales de merinó, botinas, pentes; e não comer se carne e cousas dôces nas sextas e sabados. Tem levantado latadas em diversos lugares e por onze dias arrastado o povo a seos concelhos sendo tudo bem semelhante a uma missão de cujas ordens se acha revestido. O fanatismo do povo tem subido a ponto tal que affirmão muitos ser o próprio Jesus Christo e disem mais, que fora dos conselhos de tal santo não haverá sertamente salvação; beijão-lhe a veste sebosa com a mais fervente adoração! Algumas pessoas de juiso são accordes que esse homem commeteo um grande crime, o procura espial-o ou encobril-o por esta forma: não aceita esmolos, e a sua allimentação é a mais resumida e simples possivel. É incalculavel os prejuisos que teem soffrido os pobres pais de familia; pois vêem todo o fructo de suas fadigas tornando em cinzas logo apoz ás predicas do misterioso saltimbanco. Pessoas há que não deixarão se quer um uniforme complecto; e se conservarão ainda algumas pessoas he por não quererem ou não poderem ficarem totalmente nus. Pedimos providencias a respeito: seja esse homem capturado e levado a presença do Governo Imperial, a fim de prevenir os males que ainda não forão postos em prática pela auctoridade da palavra do Fr. S. Antônio dos Mares moderno. Dizem que elle não teme a nada, e que estará a frente de suas ovelhas. Que audácia! O povo fanático sustenta que n'elle não tocarão; Já tendo se dado casos de pegarem em armas para defendel-o. Para qualquer lugar que elle se encaminha segue-o o povo em tropel, e em número fabuloso: Acha-se agora em Rainha dos Anjos, da Provincia da Bahia, erigindo um Templo. (O **Rabudo**, Estância, 22 nov. 1874<sup>26</sup>)

<sup>26</sup> O Rabudo, Estância/Sergipe, n° 7, 22 nov. 1874, p. 1 [Aracaju, Biblioteca Pública Epiphaneo Dorea. Pacotilha n°42] – Transcrição da notícia original realizada pelo historiador Jadilson Pimentel dos Santos. In: SANTOS, Jadilson Pimentel dos. O legado artístico-visual concebido em torno de Antônio Conselheiro e publicado em

Sobre o artigo em discussão, nota-se evidente emissão de um juízo de valor, com a indiscutível intenção de estigmatizar a imagem de Antônio Conselheiro ante a opinião pública sergipana, e a todos quantos, porventura, tivessem acesso à referida publicação, uma vez que a notícia não foi dada de forma imparcial, mas, sim, com o objetivo de classificá-lo como um indivíduo muito perigoso. Nele foi utilizada uma série de argumentos que demonstram claro alinhamento com os interesses das classes dominantes, as quais jamais viram em Antônio Conselheiro um aliado, mas, sim, uma ameaça à sempre citada “ordem estabelecida”.

A tônica, adotada nessa publicação, é a que passa a prevalecer em tantas outras que viriam a tratar do tema, dali por diante, principalmente nos jornais baianos, uma vez que a maioria desses pertencia a grupos políticos, funcionando, assim, como uma espécie de porta-voz de grupos oligárquicos. Isso explica, inclusive, o fato de sempre se referirem a Antônio Conselheiro, em seus discursos, como louco, fanático, criminoso, subversivo, uma vez que muitos dos que resolviam segui-lo trabalhavam em latifúndios, os quais pertenciam aos coronéis da região, e isso, evidentemente, trazia prejuízos e preocupações aos senhores da terra.

Em 27 de junho de 1876, ou seja, dois anos após a primeira notícia veiculada no periódico sergipano, uma crônica sobre Antônio Conselheiro foi publicada no jornal baiano **Diário da Bahia**<sup>27</sup>:

#### Antônio Conselheiro

Conhecido com este nome, apareceu em nosso sertão do norte, há cerca de dois anos, um indivíduo que se diz chamar-se Antônio Maciel e que nos lugares onde se tem apresentado há exercido grande influência no espírito das classes populares, servindo-se para isto do seu exterior misterioso costumes ascéticos com que impõe à ignorância e simplicidade de nossos camponeses. Deixou crescer a barba e os cabelos, veste túnica de azulão pouco aceiada e alimenta-se muito tenuamente, sendo quase uma múmia. Acompanhado de duas mulheres, que diz serem professoras, vive a rezar terços e ladainhas e a pregar e dar conselhos às multidões que reúne onde lhe permitem os párocos e movendo sentimentos religiosos vai arrebanhando o povo e guiando a seu gosto. Revela-se homem inteligente mas sem cultura. Com estas armas, se tem conduzido o auditório a atos de selvageria, obrigando as mulheres a cortarem seus cabelos, queimando os chales e até as

---

jornais da última metade do século XIX. 19&20, Rio de Janeiro, v. VII, n. 3, jul./set. 2012. Disponível em: <[http://www.dezenovevinte.net/obras/Antônio\\_conselheiro.htm](http://www.dezenovevinte.net/obras/Antônio_conselheiro.htm)>. Acesso em 21 de Junho de 2019

<sup>27</sup> O jornal Diário da Bahia era um jornal diário vespertino, fundado em Salvador no dia 1º de janeiro de 1856 por Demétrio Ciríaco Tourinho e Manuel Jesuino Ferreira. Surgiu como um órgão do Partido Liberal para fazer frente ao Jornal da Bahia (1853-1878), porta-voz dos conservadores. O Diário da Bahia circulou pela última vez no dia 30 de maio de 1957, depois de mais de 80 anos de atividades.

botinas, como objetos de luxo condenados pela religião, também há reedificado templos como aconteceu com a capela da Rainha dos Anjos no Itapicuru e construção de cemitérios. Esse misterioso, que dizem viera do Ceará e tem percorrido nosso centro, acaba de ser preso pelo delegado de polícia de Itapicuru e é aqui esperado nestes dias, pois foi uma escolta para conduzi-lo. Teve do delegado de polícia ordem de prisão em nome do chefe de polícia e donde se achava veio por si acompanhado do povo, que o ouve e atende, recolher-se à prisão e se achará na cadeia de Itapicuru, onde pelo delegado foi posto incomunicável. Se Antônio Conselheiro não é um grande hipócrita, que sob suas humildes aparências, oculta algum tártufo de nova espécie, não passa de um fanático. Será um criminoso? Dir-nos-á a polícia que ordenou sua captura. (Diário da Bahia, 27 jun. 1876. Apud CALASANS, 1969)

Essa notícia, publicada pelo jornal **Diário da Bahia**, a qual também se encontra registrada no livro **Os Sertões**, de Euclides da Cunha, como sendo uma publicação da **Folhinha Laemmert**<sup>28</sup> de 1877, já apresenta Antônio Maciel como Antônio Conselheiro, descreve-o, chama à atenção para a sua crescente popularidade e influência, dá informações acerca da sua prisão e, também, acerca dos seus seguidores, aos quais atribui “ignorância e simplicidade”.

O referido jornal parece querer demonstrar certa imparcialidade na postagem, fato que fica configurado no uso de termos como “se diz”, “diz serem” “que dizem”, numa clara tentativa de isentar-se da responsabilidade acerca do conteúdo que é publicado. Contudo, ao longo da publicação fica evidente o juízo de valor que ele estabelece sobre o tema, ao conferir caráter de falsidade, dissimulação e impostura à conduta de Antônio Conselheiro, inclusive ao tentar limitar as possibilidades de descrevê-lo à: “grande hipócrita”, “tártufo de nova espécie” ou “fanático”.

Dez dias após, em 7 de julho de 1876, a mesma gazeta publica nova notícia, comunicando acerca da chegada de Antônio Conselheiro a Salvador, informando que este, após ser interrogado pelo chefe de polícia, nessa capital, seria conduzido ao Ceará.

Antônio Conselheiro

Este indivíduo, de que já damos notícia, chegou ontem do Itapicuru. Desta cidade, depois de interrogado pelo chefe de polícia que nos consta fizera despir a túnica, somos informados que deve seguir para o Ceará, no vapor Pernambuco. É de crer que para fazê-lo tenha a polícia tido alguma requisição da autoridade daquela província; do contrário seria uma violência, que afinal

---

<sup>28</sup> As Folhinhas Laemmert eram impressões anuais de grande tiragem, lançadas logo no segundo ano das atividades da Tipografia Universal, dos irmãos Eduard e Heinrich Laemmert, em 1839, com o objetivo de “instruir, moralizar e educar” os seus leitores.

equivalaria a uma deportação, para a qual não julgamos autorizado o sr. dr. Chefe de Polícia (Diário da Bahia, 7 jul. 1876. Apud CALASANS, 1969).

Essa nova postagem, além de informar acerca da chegada de Antônio Conselheiro preso, à Salvador, traz outra informação que não atende a nenhuma outra função senão a de ridicularizar a figura do líder sertanejo, ao tornar pública a atitude do chefe de polícia em “despi-lo da sua túnica”.

Calasans (1969, p. 15) registra, em nota de rodapé, um comentário acerca da notícia transcrita, acima, que nos chama a atenção, pois evidencia o fato dos jornais, à época, servirem aos interesses políticos dos seus proprietários. Diz ela que “Sendo o Diário da Bahia um jornal opositor, porque defendia a política liberal contra os conservadores no poder, aproveitou o ensejo para criticar a medida do Dr. João Bernardo de Magalhães”. Dois outros jornais da capital baiana publicaram, em 7 de julho de 1876, notícias sobre a prisão de Antônio Conselheiro e o seu envio para Fortaleza, no Ceará: o **Jornal da Bahia** e o **Correio da Bahia**. Calasans (1969) transcreve como foram publicadas, respectivamente, as notícias, às quais indicam a mesma procedência de informações:

#### Antônio Conselheiro

(...) seguiu ontem para a Província do Ceará, a fim de ser ali presente ao sr. Chefe de Polícia o indivíduo Antônio Vicente Mendes Maciel, vulgo Antônio Conselheiro, que apareceu em diversos lugares do interior desta província e ultimamente na Missão da Saúde, termo de Itapicuru, dizendo-se enviado de Cristo e afetando grandes virtudes, com os pés descalços, os cabelos da cabeça e da barba extremamente crescidos e vestido com uma túnica azul.

Esse indivíduo conseguiu insinuar-se no ânimo da população e adquiriu fanáticos adeptos pelas doutrinas supersticiosas que pregava.

S. Exa. Revdma, o sr. vigário capitular, requisitou ao sr. dr. Chefe da Polícia a prisão deste hipócrita, por haver as mais fundadas suspeitas de ser ele um dos célebres foragidos do terrível morticínio que deu-se no Ceará em novembro de 1872 e cuja prisão foi recomendada pelo dr. Chefe de Polícia daquela província.

Antônio Conselheiro recusou obstinadamente responder ao interrogatório que lhe foi feito na Secretaria de Polícia, sendo por isso enviado para o Ceará a fim de ser ali processado.

O sr. dr. Chefe de Polícia é digno de louvor pela importante prisão que acaba de realizar”. (Jornal da Bahia, 7 jul. 1876 apud CALASANS, 1969)

A publicação, acima, registra visível depreciação dos discursos religiosos de Antônio Conselheiro ao classificá-los como “doutrinas supersticiosas”, pelas quais este “adquiriu fanáticos adeptos”. Antônio Conselheiro é classificado, nesta, também como hipócrita, com

base, segundo o autor, nas “mais fundadas suspeitas” dele ter cometido um crime em sua terra natal, enquanto o chefe de polícia, por sua vez, é classificado como “digno de louvor pela importante prisão que acaba de realizar”.

O jornal **Correio da Bahia**, por sua vez, comunica acerca da ameaça representada por Antônio Conselheiro, fazendo alusão ao movimento messiânico dos mukers<sup>29</sup>, o qual acabou sendo aniquilado pelas forças governamentais no Sul do país. Leiamos, pois, a notícia:

#### Antônio Conselheiro

Seguiu ontem no vapor nacional Pernambuco, a fim de ser apresentado ao sr. Chefe de Polícia do Ceará, o indivíduo Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido por Antônio Conselheiro, e de quem já se ocupou a imprensa desta terra.

Este indivíduo apareceu em diversos lugares desta província e ultimamente na Missão da Saúde, no termo do Itapicuru, dizendo-se um enviado de Cristo e afetando, com a maior hipocrisia, grandes virtudes, com os cabelos crescidos sobre os ombros e as barbas longas, metido em uma túnica azul, de pés descalços; insinuando-se no ânimo da população daquela localidade, pregando doutrinas errôneas e supersticiosas com o que adquiria fanáticos adeptos e desmoralizando em suas prédicas as autoridades e até os vigários.

Contra esse escândalo reclamou providências o exmo. sr. vigário capitular ao sr. dr. Chefe de Polícia, que tendo as mais fundadas suspeitas de ser o indivíduo em questão um dos célebres criminosos do terrível morticínio que deu-se no Ceará em novembro de 1872, cujos autores em grande parte andam foragidos, tendo sido a captura deles recomendada pelo dr. Chefe de Polícia daquela província, mandou buscar a esta capital e fez seguir com o destino acima dito.

Antônio Conselheiro chegado à secretaria de polícia, negou-se obstinadamente a responder o interrogatório que lhe foi feito.

Quem não se tiver esquecido do célebre Maurer, que como Antônio Conselheiro apareceu dizendo-se Messias, quem lembrar-se de que está quente o sangue das vítimas de que foi causa este perturbador da ordem pública na província do Rio Grande do Sul, certamente não poderá deixar de reconhecer o acerto da providência tomada pelo digno chefe de polícia desta Província. (Correio da Bahia, 7 jul. 1876 apud: CALASANS, 1969)

Como nas demais publicações jornalísticas, até aqui relacionadas, Antônio Conselheiro é apresentado como hipócrita, tumultuador, supersticioso, desrespeitador das

---

<sup>29</sup> Movimento sócio-religioso, que ocorreu na antiga colônia de São Leopoldo, mais precisamente no Ferrabraz, hoje município de Sapiranga, entre 1868 e 1874. Durante seis anos, um grupo de colonos alemães imigrantes e descendentes, moradores da região, se organizou pelas interpretações da Bíblia e pelas práticas curativas de Jacobina Maurer e de seu marido, João Jorge Maurer, dois agricultores. Neste período em que exerceu suas atividades, o casal Maurer granjeou um número expressivo de simpatizantes e, com isso, legitimou a sua existência e suas práticas religioso-curativas. No entanto, o grupo ganhou a antipatia de parte significativa da população de São Leopoldo, em especial das elites políticas e econômicas. As acusações de parte a parte foram aumentando e se convertendo em xingamentos, abaixo-assinados às autoridades, agressões, assassinatos e, por fim, resultaram no massacre dos seguidores. Houve dezenas de mortes, prisões e fuga.

autoridades, inclusive as eclesiásticas, e por isso é constantemente denunciado à justiça. Seus seguidores são, comumente, classificados de “fanáticos adeptos”, expressão que, notadamente tende a descaracterizar a capacidade de um povo em assimilar os fatos e se posicionar perante eles, menosprezando, assim, a sua inteligência cognitiva.

Vários jornais baianos, à época, noticiaram acerca de Antônio Conselheiro, entretanto, segundo Calasans (1987), o jornal baiano **Diário de Notícias**, possui maior destaque em meio aos demais, pois, “É nas suas colunas que deparamos, a partir de 1892, a maior soma de informes sobre a evolução do fenômeno” (CALASANS, 1987, p. 5). Esse jornal possuía um correspondente em Monte Santo, cidade localizada próxima a Canudos, o qual enviava, regularmente, correspondências para essa gazeta, na capital da Bahia. Calasans comenta que, provavelmente tenha sido em agosto de 1892, antes, portanto da chegada de Antônio Conselheiro a Canudos, que o referido correspondente teria enviado sua primeira comunicação acerca da presença deste na região:

Acha-se aqui de passagem, o conhecido Antônio Conselheiro, o qual como verdadeiro penitente, tem feito, com o auxílio do povo, obras de grande utilidade nos lugares onde faz passagem. Ouvi uma das suas prédicas as quais são por ele enxertadas com referências políticas, manifestando-se contra o casamento civil e outros atos do governo republicano. Isto, porém, nada influi no ânimo público, que só aproveita delas o que é útil. (CALASANS, 1987, p. 5)

Há, na comunicação acima, uma apresentação que destoa das demais, publicadas à época, sobre Antônio Conselheiro. Aqui ele é apresentado como verdadeiro penitente e elogiado por suas benfeitorias. Nessa postagem, também, é possível perceber o que Calasans (1987, p. 5-6) afirma ser

[...] a primeira referência ao procedimento político do Conselheiro, até então somente considerado perigoso pela sua atividade religiosa, por desviar a mão-de-obra das fazendas de plantar e de criar, abrigar e proteger gente ociosa e malfeitora e nunca por contestar o regime vigente.

O correspondente conclui, afirmando que o conteúdo das suas prédicas, apesar de em alguns momentos se mostrar insurgente ao governo republicano, não merece preocupação por parte das autoridades, uma vez que nesses assuntos os seus ouvintes não lhe dão crédito. Contudo, essa não seria a tônica que regeria a grande maioria das publicações que essa gazeta registraria acerca de Antônio Conselheiro e seus seguidores. Muito pelo contrário. A

preocupação em empreender esforços para formar, na opinião pública, uma imagem negativa de Antônio Conselheiro é a que norteia, também, o jornal em questão. Nesse sentido, uma das suas publicações que se destaca é a que foi registrada em 31 de maio de 1893. Ela trata do evento da “queima das tábuas”, as quais, por afixar altos impostos, cobrados pelas autoridades, para a desassistida população sertaneja, foram contestadas por Antônio Conselheiro e os sertanejos que o seguiam. Leiamos, pois, a notícia:

O célebre fanático, conhecido, entre as turbas que o acompanham, por *Conselheiro*, tem levantado uma cruzada contra o pagamento de impostos, incutindo no ânimo dos seus ouvintes as mais subversivas teorias.

Rodeado de grande massa popular, vai aquele individuo se constituindo o terror das autoridades, que não dispõem de meios para o cumprimento da lei. Dizem-nos que há poucos dias deu-se nas imediações do Bom Conselho um encontro entre cerca de 50 soldados de policia e mil e tantos adeptos do *Conselheiro*, sendo os soldados completamente derrotados.

Para que se avalie a gravidade desse acontecimento, basta-nos observar que seguem brevemente para o lugar do conflito 100 praças de linha.

[...] Se as informações que temos são efetivamente exatas, urge que o governo empregue toda a energia, a fim de evitarem-se cenas de maior gravidade.

O *Conselheiro* é um indivíduo perigoso, é um elemento de desordem, desde o tempo do império; dispõe de grande prestígio entre as populações, às quais ilude com práticas religiosas. [...] (Diário de Notícias, 31 maio 1893, apud NOVAES FILHO, p. 35).

Trata-se, aqui, da notícia referente ao episódio que se deu num dia de feira livre, na cidade de Bom Conselho<sup>30</sup>, onde, indignados contra a injusta inserção de novos impostos, estabelecidos pelo governo republicano, os conselheiristas decidiram arrancar os editais de cobrança que se encontravam afixados em tábuas, às portas da Câmara, e queimá-los, em praça pública<sup>31</sup>. Essa ação foi observada pelas autoridades locais, dentre as quais estava o juiz Arlindo Leone. Contudo, como tais autoridades não dispunham da força necessária para impedir tal protesto, Antônio Conselheiro e os seus seguidores puderam sair de Bom Conselho sem constrangimento algum. Por conta desse episódio, um destacamento da polícia baiana foi enviado para prender Antônio Conselheiro e dispersar os seus seguidores. Esse destacamento os encontrou no povoado de Masseté, município de Tucano (Galvão, 2001).

<sup>30</sup> Atual Cícero Dantas. É um município baiano, localizado na região semi-árida, próximo a Canudos e Paulo Afonso.

<sup>31</sup> Galvão (2001) comenta que a “queima das tábuas”, contendo os editais com os novos impostos republicanos não foi um fato isolado que aconteceu somente em Bom Conselho. Ele repetiu-se, também, em outros lugares como Itapicuru, Soure, Amparo e Bom Jesus, tudo num curto prazo de oito dias.

Nesse conflito, os conselheiristas, liderados por João Abade, derrotaram o destacamento policial, o qual fugiu em debandada.

O uso de expressões como “terror das autoridades”, “indivíduo perigoso”, “elemento de desordem”, aliados à informação de que as autoridades não dispunham de meios para detê-lo, ao passo que provocava pânico aos que liam ou escutavam essas notícias, reforçava o objetivo da imprensa em classificar Antônio Conselheiro como principal inimigo da tão citada ordem estabelecida.

Conforme pudemos observar, os jornais, à época, não se propunham a noticiar os acontecimentos com imparcialidade, uma vez que não colocavam em evidência também as versões que divergiam dos interesses dos seus proprietários, o que dificultava uma ampla compreensão dos fatos, inclusive por aqueles que não tendo acesso à mídia impressa, escutavam, “às esquinas” acerca das notícias, por ela, veiculadas.

Assim, “[...] com essa mobilização geral da opinião feita pelos jornais” (GALVÃO, 1977, p.75), e por não existir, à época, um discurso com força suficiente para contestá-la, se efetivava o importantíssimo papel desta mídia como instrumento decisivo na construção e manutenção de uma imagem negativa acerca de Antônio Conselheiro e os seus seguidores, junto à sociedade, no intento, inclusive, de justificar o lamentável massacre que se daria, logo mais, àqueles sertanejos.

#### 4 CANUDOS: BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

O Nordeste do Brasil, na segunda metade do século XIX, havia perdido sua importância econômica, pois o café, produto cultivado no Sudeste do país, passava a figurar como principal produto de exploração e sustentáculo das exportações, excedendo a lavoura de cana de açúcar e algodão, que era cultivada aqui, na região nordestina. O deslocamento do pólo econômico do Nordeste para o Sudeste gerou imensurável decadência local, pois, as grandes fazendas e seus engenhos foram abandonados, fato que contribuiu para que as populações das cidades e povoados diminuíssem, inclusive pelo agravamento das adversidades climáticas e do solo que se acentuavam terrivelmente naquele momento, na região nordestina. Com a abolição da escravatura a situação no Nordeste que àquela época já se apresentava caótica, acabou se tornando mais complexa, tendo em vista que abolição se deu sem que houvesse ação política alguma que promovesse a integração dos negros recém-libertados às novas regras de uma sociedade baseada no trabalho assalariado, o que fez com que estes fossem abandonados à própria sorte, conforme salienta o sociólogo Florestan Fernandes, em sua obra: **A integração do negro na sociedade de classes (2008)**:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. [...] Essas facetas da situação [...] imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel (FERNANDES, 2008, p. 28).

Os latifundiários foram isentados de quaisquer responsabilidades legais com os negros recém-libertados, entretanto não oportunizavam a sua mão de obra, privilegiando a mão de obra dos imigrantes europeus que eram incentivados a virem para o Brasil, restando, para os negros recém libertos, viver às margens da sociedade, sem perspectiva alguma de trabalho, muito menos de um lugar para morar, que oferecessem o mínimo de dignidade possível.

O domínio sobre a terra pertencia às poucas famílias ricas e poderosas da época. Estas, sob concessão do governo, disputavam, entre si, o domínio político da região, com o objetivo de expandir as suas posses e riquezas. Do outro lado havia toda uma população mestiça de caboclos sertanejos e negros recém-libertados, que padeciam de uma grave rotina de miséria.

Esse atraso sociopolítico e econômico acentuava a opressão aos pobres sertanejos que viviam em sua maioria, praticamente, isolados dos grandes centros, sem transporte nem comunicação.

Nesse tenebroso contexto, marcado pela miséria e opressão, o discurso religioso se estabelece como alento às tensões que atingiam aqueles desvalidos, inclusive pelo fato do mesmo aproximar as suas vivências daquelas registradas nas escrituras sagradas, de povos que, de igual modo foram oprimidos e injustiçados, mas que, contudo, conseguiram estabelecer um vínculo especial de fé em Deus, que os ajudava a suportar as adversidades que lhes sobrevinham. Essas circunstâncias acabaram evidenciando lideranças religiosas que, possuindo conhecimentos bíblicos, os utilizava para embasar certas ações de enfrentamento às bases das classes sociais, na defesa dos desvalidos, pois os representantes religiosos oficiais normalmente não se dedicavam em desempenhar esse papel, mas cuidavam em velar a ordem estabelecida pela restrita população dos “senhores da terra e do poder”. Um desses líderes religiosos que se destacou na luta contra as desigualdades sociais, no Nordeste, àquela época, foi Antônio Conselheiro, que após longa peregrinação pelos sertões nordestinos, se estabeleceu em Canudos (antiga Fazenda Velha de Canudos, a qual mais tarde seria batizada por ele como Arraial do Belo Monte), no semi-árido baiano, em fins do século XIX, com todos aqueles que o seguiam e outros tantos, que, tendo notícia daquela comunidade, iam ter com Antônio Conselheiro, conforme descreve Calazans (1973):

“... os grupos de adeptos que surgiam todos os dias, procedentes de diversos lugares por onde peregrinara durante mais de 20 anos, o Santo Conselheiro... Pessoas de recursos, que vendiam sua terra e seu gado. Homens e mulheres paupérrimos. Índios do aldeamento de Miranda e Rodelas..., pretos libertos pela lei áurea... Doentes mentais, aleijados, incapacitados que viviam de esmolas do Bom Jesus e esperavam seus milagres...” (CALASANS, 1973, p. 465-466).

Em Canudos, Antônio Conselheiro e seus seguidores protagonizam uma das maiores experiências sociais já registradas na história do Brasil. A adesão ao projeto da comunidade liderada por ele foi tão grande que, em cerca de três anos de fundada, tornou-se, depois de Salvador, a localidade mais populosa da Bahia, chegando a ter mais de vinte e cinco mil habitantes. Canudos, segundo Renato Mocellin (2005, p. 16),

Era uma comunidade altamente organizada, com pessoas capacitadas a lidar com a terra e também com outros ofícios. Lá eram cultivados o milho, a mandioca, o feijão, a abóbora e a melancia. Também se criava gado, principalmente cabras, cujas peles eram curtidas e vendidas. O que sobrava sempre era armazenado ou vendido em localidades vizinhas, como Jeremoabo e Monte Santo.

Em forjas, eram fabricados os instrumentos necessários para a lavoura: foices, facões, etc.

[...] Dentro dessa organização, havia líderes que ajudavam o Conselheiro. João Abade, por exemplo, uma espécie de prefeito da cidade, que cuidava das necessidades básicas da população. Antônio beato, ou Beatinho, pessoa que gozava da maior estima e confiança do Conselheiro. Era uma espécie de secretário e porta-voz. Já Manuel Quadrado, profundo conhecedor de ervas e raízes, enfim da medicina natural, além de ter conhecimentos médicos básicos, era o “médico” de Canudos.

Entretanto, a historiografia oficial cuidou em minimizar a singular experiência social que se deu em Canudos, registrando-a, sobremaneira, como um movimento motivado pelo fanatismo religioso de Antônio Conselheiro e seus seguidores, o qual ameaçava a jovem República Brasileira e seus conceitos, e por isso necessitava ser aniquilada.

Ora, é fato que a experiência desenvolvida em Canudos era “Profundamente religiosa na sua concepção” (MOCELLIN, 2005, p.7), contudo, limitar a motivação do movimento a essa questão, é, certamente, desconhecer as diversas demandas que assolavam as vidas daqueles sertanejos pobres, vítimas do descaso dos governantes, e que, por jamais terem sido contemplados por qualquer espécie de política pública que os alcançasse em suas mais variadas carências, tinham a sua esperança renovada pelo discurso de Antônio Conselheiro, o qual, além de liderá-los religiosamente, organizava ações que possibilitavam que as suas necessidades materiais mais básicas fossem supridas.

Canudos foi, de fato, uma luta inevitável, travada num ambiente altamente hostil, onde os sertanejos nordestinos tentavam sobreviver a uma ordem política autoritária, exploradora, violenta e injusta. E, infelizmente, os motivos geradores daquele conflito perduram até hoje, uma vez que a luta pela terra, sua questão central, ainda é uma constatável realidade no país.

Muitos movimentos, espalhados por todo o território brasileiro, repetiram e repetem a saga de Canudos, fazendo-o permanecer atual, pois representa um grito de rebeldia daqueles que são explorados contra os seus exploradores, e essa luta somente terá um fim quando a justiça social for, de fato, uma prioridade nesse país.

#### 4.1 O SERTÃO SOB O IMPACTO DA REPÚBLICA

Canudos não terá sido apenas um dos movimentos sociais mais importantes da história do Brasil. Ele guarda, até hoje, um caráter de exemplaridade da estrutura social e da forma de convivência das classes e dos grupos sociais

do país; uma estrutura fundada na extrema concentração da riqueza, da renda e da terra, com uma classe dominante reduzida e poderosa e uma massa numerosa de carentes; uma convivência impiedosa e violenta

João Arruda

O movimento social de Canudos, liderado por Antônio Conselheiro, abalou as estruturas da recém proclamada República brasileira. Assim, no intento de alcançarmos um conhecimento mais aguçado, tanto acerca da importância desse evento, como do seu líder, torna-se imprescindível revisitarmos certos acontecimentos que fizeram com que esse movimento, de bases igualitárias e sem encadeamentos com a estrutura política e econômica vigentes à época, culminasse, após resistência inexorável e heróica, em um genocídio sem precedentes, que marcaria terminantemente a história do nosso país – a Guerra de Canudos. Portanto, sob essa perspectiva, e com base em um diálogo pontuado por saberes existentes sobre a temática, passaremos, nesse momento textual, a reproduzir certos relatos, comentários e documentos, no propósito de discutir certas verdades estabelecidas sobre o tema.

Após o conflito de Masseté, perseguido e pressionado pelo Estado, pela Igreja e pelos senhores da terra, por certo prevendo atitudes repreensivas mais enérgicas por parte destes contra si e os seus seguidores, Antônio Conselheiro decide não mais continuar as suas andanças. Profundo conhecedor do sertão nordestino que era, pois o havia percorrido por cerca de vinte anos, Conselheiro “[...] penetrou na caatinga em busca do lugar adequado para proteger-se” (MONIZ, 2001, p. 42), se estabelecendo, assim, em 1893, na Fazenda Velha, à margem do rio Vaza- Barris<sup>32</sup>, chamada Canudos, que, mais tarde seria rebatizada por ele como arraial do Belo Monte:

Ao chegar em Canudos, na Fazenda Velha, lançando a sua vista do levante ao poente que abrangia todo o horizonte cercado de serras, dissera tranquilamente: ‘É aqui’. E seus adeptos prorrromperam num canto triunfal, louvando a fundação do Belo Monte (MONIZ, 2001, p. 43).

Canudos situava-se entre as serras de Canabrava, Cocorobó, Calumbi, Cambaio e Caipã, e era cercada pelo rio Vaza-Barris, o qual nascia na serra da Borracha e desaguava no oceano, fazendo, assim, separação entre a Bahia e Sergipe. Ali era local calmo, tranqüilo e, por conta do difícil acesso, era, também, relativamente seguro, se mostrando, portanto, o local

---

<sup>32</sup> O rio Vaza-Barris também era conhecido como Rio Irapiranga, quando da chegada de Antônio Conselheiro, em 1893. (MONIZ, 2001, p. 43)

ideal para o desenvolvimento da comunidade igualitária, prometida e pensada por Antônio Conselheiro. Verifiquemos, pois, alguns trechos da descrição de Canudos, realizada por Moniz (2001, p. 45-47):

Canudos transformava-se rapidamente numa das cidades mais populosas da Bahia. Já não se podia chamá-lo de arraial; ali se construía até doze casas por dia. [...]. Na cidade em crescimento, reinava a ordem, a tranqüilidade e o afã do trabalho. Não existiam autoridades policiais nem coletores de impostos. Não havia lugar para tabernas, nem prostíbulos. O álcool era rigidamente proibido. [...] As mulheres não precisavam prostituir-se para ganhar a vida. Eram na maioria recatadas, boas esposas e boas mães, solidárias umas com as outras. Vestiam com decência e seus modos eram singelos e gentis. Na divisão do trabalho não havia mulheres ociosas. Fiavam, faziam objetos de cerâmica, bem como cestos, bolsas ou esteiras de palha. Antônio Conselheiro dava muita importância à educação das crianças. Fundara duas escolas e acompanhava o ensino, que se estendia aos adultos que quisessem aprender a ler e escrever. A gente rude e primitiva que seguia Antônio Conselheiro sentia a necessidade de civilizar-se e dar a seus filhos a instrução que não tivera.

Raramente verificava-se um crime. A autoridade pessoal de Antônio Conselheiro impunha o respeito e a ordem. Ele próprio resolvia as contendas internas. Embora temido, não pregava a violência como castigo. Fazia-se obedecer sem causar ressentimento nem revolta. Havia uma cadeia que o povo pitorescamente chamava de poeira, mas sempre vazia. No caso de crime de morte, o Conselheiro expulsava o assassino da cidade ou entregava-o às autoridades da comarca de Monte Santo para ser julgado de acordo com a lei. Não tolerava a impunidade, mas não se julgava com o direito de fazer justiça. [...] Toda a cidade via em seu chefe o homem justo e prudente que zelava pelo bem da comunidade. [...] Ali, em Belo Monte, havia deveres e obrigações a cumprir diferentes dos das outras cidades. Todos os moradores trabalhavam, homens e mulheres, cuidando das plantações, do gado, dos rebanhos de carneiros e de cabritos, da criação de porcos e de aves. [...] cultivava-se mandioca, milho, feijão, batata, abóbora, cereais, cana de açúcar, melancia, o indispensável para a manutenção do povoado, garantindo o seu auto-abastecimento. [...] Dispunha-se de carvão, de salitre e de enxofre. [...] havia forjas onde se fabricavam instrumentos de trabalho: foices, enxadas, facões, agulhadas e outros objetos de uso; [...] Tudo feito com aplicação e zelo. (MONIZ, 2001, p. 45,47)

Eis a grandeza do projeto que Antônio Conselheiro sonhou para os sertanejos pobres, camponeses explorados, sem acesso a terra, negros libertos, porém, dispensados à própria sorte, enfim, para todos os desvalidos que buscavam em Canudos certa amenização das suas carências materiais e de paz.

E Canudos cresceu. Não era mais aquela pequena comunidade de quando Antônio Conselheiro nela “[...] chegou com algumas centenas de fiéis seguidores e se estabeleceu” (TAVARES, 1993 apud PAES, 2010, p. 68), e isso fez aumentar a preocupação dos

fazendeiros, da Igreja e do Governo. Os fazendeiros foram “[...] os primeiros a se unirem e encaminharem um documento ao governador para que este acabasse de uma vez por todas com aquele núcleo de subversivos” (SOLA, 1989, p. 46-47). Estes fazendeiros viviam da exploração dos camponeses e jamais poderiam concordar com as ideias De Antônio Conselheiro em criar uma comunidade igualitária que acolhesse tais trabalhadores, permitindo-os participar da produção e distribuição dos bens que produziam.

A Igreja, por sua vez, via o seu prestígio diminuindo, cada vez mais, pois o povo que seguia o Conselheiro entendia que a referida instituição não se mobilizava para sequer amenizar as suas necessidades mais básicas, quiçá orientá-los acerca de como enfrentar as causas que perpetuavam tais necessidades - era o Conselheiro quem lutava junto ao povo por dias melhores.

O governo não via em Antônio Conselheiro um aliado ao regime recém-instaurado no país. Muito pelo contrário. Via um rebelde que empunhava luta contrária à ideologia republicana, a qual, por sua vez, jamais definira um lugar minimamente digno para o pobre, submetendo-o às mais diversas injustiças possíveis. Assim, o massacre foi julgado necessário por aqueles que compunham o poder, para que Antônio Conselheiro e seus adeptos fossem “contidos”.

O motivo que costuma ser apresentado como estopim para o início do massacre em Canudos está longe de traduzir, de fato, toda a complexidade que o motivou. Entretanto, aqueles que possuíam óbvio interesse na exterminação do arraial do Belo Monte necessitavam encontrar uma motivação que não transparecesse os seus reais interesses e que encontrasse apoio na opinião pública, e assim o foi. Relembremo-lo.

A velha igreja que havia em Canudos não mais se encontrava em possibilidade de abrigar o grande número de fiéis que aumentava a cada dia. Assim, Antônio Conselheiro decidiu dar início à construção de uma nova igreja. Quando as obras da igreja nova estavam próximas de serem concluídas, faltando apenas a construção do seu telhado e alguns retoques interiores, Antônio Conselheiro encomendou a madeira na cidade de Juazeiro, por intermédio do coronel João Evangelista Pereira e Melo<sup>33</sup>, pela qual fez pagamento antecipado. Acontece que o juiz Arlindo Leone, aquele que presenciara a “queima das tábuas” em Bom Conselho sem nada poder fazer, fora transferido dali, no mês de junho de 1896, para a comarca de Juazeiro, onde,

---

<sup>33</sup> O coronel João Evangelista Pereira e Melo era uma espécie de representante comercial conselherista em Juazeiro e já havia, em outros momentos, efetuado compras para o Conselheiro, sem que houvesse problema algum (VILLA, 1995, p.139).

[...] iniciou uma sistemática política de descrédito dos conselheiristas, tentando a todo custo impedir a continuidade regular dos contatos econômico-sociais com a comunidade do Belo Monte. A ocasião da compra da madeira foi o momento propício para Leoni iniciar a vingança contra o Conselheiro. Em decorrência das pressões do juiz, o negociante que estava encarregado da encomenda – e que já recebera o pagamento, cerca de um conto e duzentos mil réis – recusou-se a entregá-la, deixando os conselheiristas irados pelo atraso nas obras da igreja e furiosos por terem sido enganados. (VILLA, 1995, p.139)

Assim, na época combinada para a entrega da encomenda, os vendedores alegaram não possuir trabalhadores suficientes para transportar a madeira até Jacaré, local combinado para efetivar a entrega da encomenda. Entendendo que os vendedores estavam muito mais faltando com a palavra, do que sem condições reais de entregar a encomenda, Antônio Conselheiro enviou uma mensagem dizendo que “[...] se fosse por falta de mão de obra ele próprio e sua gente iriam buscá-la, pois precisava o mais rápido possível da mercadoria para concluir a obra” (SOLA, 1989, p. 50).

Em um clássico exemplo do que hoje denominamos *fake news*<sup>34</sup>, com extrema rapidez começou a correr pelos povoados o boato de que Antônio Conselheiro e seus seguidores estavam se dirigindo para Juazeiro com o objetivo de punir os vendedores da madeira, por não cumprirem com o combinado, e saquear tudo o que por lá encontrassem. Ao escutar o referido boato de que Antônio Conselheiro estava a caminho, Arlindo Leoni, movido, certamente, pelo desejo de vingança, por conta do episódio de Bom Conselho e outras prováveis situações<sup>35</sup>, aproveitou a inquietação pública com o caso e telegrafou, em 29 de outubro de 1896, para o governador da Bahia, solicitando providências. Tal telegrama foi concebido, segundo Milton (2010, p. 37), nos termos a seguir:

Juazeiro, 29 de outubro de 1896 – Conselheiro Governador – Notícias transmitidas por positivo confirmam boato da vinda do perverso Antônio Conselheiro, reunido a bandidos; partirão Canudos 2 vindouro. População receosa. Cidade sem garantias. Requisito enérgicas providências. – O juiz de direito, Arlindo Leone.

<sup>34</sup> Notícias falsas que consistem na distribuição deliberada de boatos por diversos meios de comunicação impressos, televisivos ou online, como nas mídias sociais. Este tipo de notícia, contendo informações sensacionalistas, exageradas ou evidentemente falsas, é escrito e publicado com a intenção de manipular a opinião pública sobre determinado assunto, a fim de se obter ganhos financeiros ou políticos.

<sup>35</sup> Villa (1995, p. 139, apud Montenegro 1954) apresenta, também, a versão de que a inimizade do juiz Arlindo Leoni por Antônio Conselheiro se daria, inclusive, por conta da interferência do Conselheiro na prisão de um homem acusado de açoitar a amante do juiz.

A argumentação utilizada pelo juiz Arlindo Leone nesse telegrama põe em evidência o seu juízo de valor, onde Antônio Conselheiro era o “perverso” e os sertanejos que o seguiam eram os “bandidos”, restando, tão somente, aplicar-lhes a pena de “repreendê-los de forma enérgica”, segundo suas convicções. O governador Luiz Viana, por sua vez, contra-argumentando que não lhe era conveniente mover forças, fundamentado em um boato, achou razoável, entretanto, que a força policial vigiasse as estradas, a certa distância, e, caso se confirmasse a invasão enviaria um contingente policial de trem para proteger a cidade. Milton (2010, p. 38) afirma que essa resposta do governador pode ter se dado “[...] pela circunstância de existir [...] na capital do Estado um número limitado de praças de polícia, por estar a maior parte delas em Jequié, Lençóis, e outros pontos, onde a ordem pública tinha sido alterada”, deixando o governo em dificuldades para socorrer Juazeiro se fosse confirmado o ataque de Antônio Conselheiro.

Percebendo que o posicionamento do governador não contemplava os seus anseios, Arlindo Leoni volta a telegrafá-lo em 4 de novembro de 1896, afirmando que Antônio Conselheiro e sua gente já haviam saído de Canudos e contavam com cerca de mil homens, os quais massacrariam Juazeiro, caso não fosse enviado, com urgência, um reforço policial àquela cidade. Vejamos, pois, os termos do comunicado, segundo Milton (2010, p. 38):

Conselheiro governador – Pedro Serafim, emissário Conselheiro, chegado fazenda Tenente Mota afirma – Ter vindo esperar bandidos saídos, ontem Canudos, passando estrada Maniçoba, distante daqui oito léguas. Trajeto todo 40 léguas. Receio que espias, postos na estrada, cheguem tempo impossível dar providências satisfazerem. Convém múltiplos motivos evitar combate dentro da cidade. Serafim afirma séquito Conselheiro ser superior a 1000 clavinoteiros. Nega intenções perversas, limitando 9 dias Conselheiro condução tabuado. O desânimo domina a população, apreensiva da possibilidade de invasão, antes da chegada de força.

Sem efetivo policial suficiente para atender tal solicitação, Luiz Viana, que já havia, por cautela, solicitado ajuda ao general Frederico Solon, comandante do Distrito Militar, no sentido de enviar um quantitativo do exército, para proteger a cidade de Juazeiro, caso o juiz Arlindo Leoni confirmasse a iminente invasão de Antônio Conselheiro àquela cidade, fez conhecer, àquele oficial, tal confirmação recebida do magistrado. Assim, foi enviada, no dia 6 de novembro de 1896, partindo da capital baiana, aquela que seria a primeira expedição militar contra Canudos, composta por pouco mais de cem praças, sob o comando do tenente Manuel da Silva Pires Ferreira, do 9º Batalhão de Infantaria. O jornal **Cidade do Joazeiro** publicou, nesse mesmo dia, uma matéria que, além de dar continuidade à saga da

estigmatização de Antônio Conselheiro, tecia severa crítica aos governos estaduais por não terem resolvido o que ele define como “a mais tremenda e audaz ameaça à ordem pública”:

Pavorosa impressão domina o espírito publico d’esta cidade, profundamente agitado com a confirmação da terrorífica notícias de sermos em breve visitado pelo perverso-maniaco Antônio Conselheiro, constituindo de longa data a mais tremenda e audaz ameaça à ordem publica, o elemento de rigoroso receio á fraqueza dos nossos governos anteriores, de cuja auctoridade impunemente zombou para eterna vergonha d’este próprio estado. [...] Entretanto á lastimosa quietude dos nossos governos impassíveis ante o descalabro que tantas ruínas, tantas desgraças tem causado a grande parte da família bahiana, reduzida a um bando desorientado e sem chefe, cabe a máxima responsabilidade de decadência de nossos créditos de povo civilizado. (**Cidade do Juazeiro**, 6 nov. 1896 apud BARTELT, 2009, p. 145)

A expedição militar, comandada por Pires Ferreira, chegou à cidade de Juazeiro no dia 7 de novembro de 1896, com a missão de impedir a suposta invasão conselherista àquela cidade, devendo, entretanto, “[...] se submeter diretamente às ordens do juiz de direito” (SOLA, 1989, p. 52). Alguns dias após a chegada da expedição, percebendo que combate algum dava sinais de que iria acontecer por ali, Arlindo Leoni e Pires Ferreira, em reunião, decidem pela partida da expedição militar em perseguição a Antônio Conselheiro, modificando, assim, o seu objetivo inicial, que era o de proteger aquela cidade. Essa mudança de planos se deu, inclusive, sob intensas manifestações de desacordo, ponderadas por algumas personalidades juazeirenses, dentre as quais, segundo destaca Milton (2010, p. 39), o coronel João Evangelista Pereira e Melo, o qual “[...] ao próprio comandante da força fez ver – que era verdadeira aventura arriscá-la numa luta inquestionavelmente temerária, à vista da desigualdade de condições em que as duas partes contendoras se encontrariam”. Sola (1989, p. 52,53) levanta uma hipótese para explicar tal mudança de objetivos:

Não resta a menor dúvida de que o juiz de direito, contando com a “sede” de combate do outro, levantara a seguinte hipótese: o inimigo, reconhecendo a fama do oficial e se considerando incapacitado para a luta da qual sairia inevitavelmente derrotado, optava pela fuga. Leone sugeriu que o tenente, com um grupo de cem praças, facilmente desbarataria um contingente de mil e tantos bandidos, prevendo sua aclamação por toda a população. Empolgado com as palavras de Arlindo Leone, o tenente acreditou que de fato ali havia uma grande oportunidade para sua promoção.

Moniz (1987, p. 106) apresenta, ainda, uma situação que pode ter concorrido para a mudança do objetivo daquela primeira expedição militar. Segundo esse historiador, havia uma

contradição entre as afirmações do governador Luiz Viana e do general Frederico Solon, acerca do objetivo da solicitação da força militar, pois, “[...] Luiz Viana comunicara ao juiz de direito que enviara incontinenti ‘num trem expresso’, diante do ataque iminente dos jagunços, a força necessária para rechaçá-los e garantir a cidade”. O general Solon, por sua vez, afirma que o seu entendimento, ao atender à solicitação de Luiz Viana, foi de que o governador “[...] pedira a sua ajuda para abater os fanáticos em seu reduto” (MONIZ, 1987, p. 106), ou seja, enquanto o objetivo de Luiz Viana era defender a cidade de Juazeiro de uma possível invasão de Antônio Conselheiro, o propósito do general Frederico Solon era avançar sobre Canudos, no intento de destruir Antônio Conselheiro e o arraial do Belo Monte. Se este foi, de fato, o entendimento do general Solon, certamente igual entendimento deve ter alcançado o tenente Pires Ferreira, seu comandado, o qual já teria, assim, seguido para a cidade de Juazeiro predisposto não a permanecer ali, no intento de proteger a cidade, mas, sim, avançar sobre Antônio Conselheiro e os seus seguidores em Canudos, anseio que, certamente, foi estimulado pelo juiz Arlindo Leoni.

Há, certamente, uma abismal diferença entre somar uma centena de militares a um contingente policial que por certo já existia na cidade de Juazeiro, para defendê-la, no caso de uma possível invasão à cidade, e atacar Canudos com somente cem militares sem as mais diversas provisões e condições para, sequer, conseguirem alcançá-la - uma comunidade instalada em um local de difícil acesso, em meio à caatinga e suas imposições, composta por milhares de homens e mulheres que já haviam dado provas suficientes de que estavam dispostos a empregar a maior das resistências possível na defesa de Antônio Conselheiro e dos ideais do Belo Monte, independente do preço que tal atitude lhes custasse. Entretanto, impulsionados por motivações diversas, as quais destoavam de quaisquer causas legais que justificassem a mudança de rumos daquela expedição militar, esta avança em direção a Canudos.

A primeira expedição chegou ao arraial de Uauá<sup>36</sup> no dia 19 de novembro de 1896. Moniz (1987, p. 112) comenta que os seus moradores, por serem, em sua maioria, partidários de Antônio Conselheiro, e, por certo prevendo o sangrento combate que haveria de se travar ali, “[...] fugiram do arraial e se refugiaram em Canudos, levando informações minuciosas do movimento das tropas”. No alvorecer do dia 21, os soldados foram surpreendidos por uma

---

<sup>36</sup> Uauá significa vaga-lume em tupi-guarani. A cidade, localizada no sertão da Bahia, a cerca de 420 Km de Salvador, ganhou este nome devido à grande quantidade de vaga-lumes existente no local, às margens do rio Vaza-Barris. Uauá foi povoado de Monte Santo, e, além de ter sido palco do primeiro embate entre os canudenses e o exército, na Guerra de Canudos, ela passou por vários outros momentos históricos com a passagem de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, que ficou hospedado na casa de Roque Ferreira, filho de Davi Ferreira, o primeiro morador do então arraial.

multidão, que, organizados como em uma procissão, avançava no arraial. Eram os conselheiristas<sup>37</sup>, adentrando a vila em paz, trazendo consigo uma bandeira do Divino e portando uma enorme cruz de madeira – entoando ladainhas, como quem desejava fazer “[...] um apelo de paz” (CHIAVENATO, 1988, p. 104). Porém, surpreendidos com toda aquela movimentação inesperada, os soldados não hesitaram em abrir fogo contra os conselheiristas, os quais, sob o comando de João Abade e seus homens, responderam ao ataque, conforme as suas forças, pois: “Provavelmente acompanhava-a uma guarda de segurança, armada de clavinotes, facões de folha-larga, chuços de vaqueiros, ferros ou *guiadas* de três metros de comprimento, foices, facas, varapaus e forquilhas [...]” (Moniz, 1987, p. 112-113, grifo do autor).

O conflito foi intenso, porém desigual. Havia uma diferença bélica extremamente acentuada entre os dois grupos. Cunha (2009, p. 219) afirma que era “[...] um disparo de clavinote a cem tiros de *Comblain*”. Ainda assim, mesmo com armamentos rústicos e inadequados a uma guerra, os conselheiristas, resistiram com bravura admirável, ante as modernas armas dos soldados, deixando do lado militar o saldo de 10 mortos<sup>38</sup>, enquanto, do lado conselheirista, segundo afirma Nogueira (1997, p. 32), as baixas seriam estimadas em mais de cento e cinquenta pessoas.

Apesar de contabilizar menos baixas que os conselheiristas, os sertanejos eram muito mais fortes e numerosos que eles, assim, a expedição de Pires Ferreira sentiu-se vencida - jamais suportaria outro confronto semelhante – seria aniquilada, caso decidisse seguir para Canudos, mesmo porque, certamente, no próximo encontro os conselheiristas não viriam “[...] em procissão com a bandeira do Divino e a cruz de madeira. Viriam devidamente armados, não para demonstrar os seus propósitos de paz e sim para lutar organizadamente” (MONIZ, 1987, p. 113). Sendo assim, não restava outra opção a Pires Ferreira, senão retornar a Juazeiro, “[...] amargando a humilhação da retirada” (MONIZ, 1987, p. 113). Entretanto, antes de retornar para Juazeiro, os soldados, à indiferença do seu comandante, decidiram saquear todas as casas de Uauá, apanhando assim todo o dinheiro que encontraram e, por fim, atearam fogo no arraial, numa evidente demonstração de vingança, por estes não terem “colaborado” com a expedição. Essa lamentável atitude corroborou, entretanto, evidenciar ao país, acerca de como se portavam aqueles que argumentavam desejar manter “a lei e a ordem” nos sertões nordestinos.

---

<sup>37</sup> De acordo com as informações constantes em Nogueira (1997, p. 32), esse grupo conselheirista, que pelejou contra o exército em Uauá, é, possivelmente, o grupo designado por Antônio Conselheiro para buscar a madeira comprada em Juazeiro.

<sup>38</sup> Moniz (1987, p. 113) fala em 14 mortos: “um alferes, um sargento, dez praças e dois guias”.

O resultado desse embate resultou no aumento do prestígio de Antônio Conselheiro em meio à população pobre e explorada do sertão, os quais tiveram as suas esperanças renovadas na ousadia e na coragem daqueles sertanejos que, mesmo não possuindo dispositivos bélicos avançados empreenderam luta tão célebre, doando suas próprias vidas na defesa do direito de tantos outros sertanejos sonharem com dias melhores.

Quando a constrangedora notícia da derrota da expedição militar, a qual repercutia intensamente no sertão nordestino e em todo o país, chegou ao governador Luiz Viana, este se deu conta do tamanho do seu erro em ter acionado o comandante do Distrito Militar, para auxiliar-lhe na demanda de Canudos, pois,

Depois de Uauá – explicava Aberlado Montenegro – a reação anticonselheirista revelava o antagonismo entre o otimismo de Luiz Viana e o pessimismo do comandante-em-chefe das forças federais. Enquanto o primeiro julgava solucionar o caso com as medidas policiais, o segundo recomendava a operação de guerra. (MONTENEGRO, 1954 apud MONIZ, 1987, p. 116)

A tarefa de desvencilhar-se da força federal, tão desventurada na primeira tentativa de intervenção em Canudos, se mostraria bastante complexa, uma vez que o general Solon estava ávido pela desforra, alegando que “[...] não ficaria bem para o exército ser vencido por um bando de jagunços” (MONIZ, 1987, p. 115). Segundo ele, se fazia necessário que o Exército desse uma resposta à altura a Antônio Conselheiro e Canudos.

A intensa pressão política fez com que Luiz Viana acabasse cedendo, e outra expedição militar contra Canudos foi organizada. Havia muitas divergências entre o governador e o comandante do Distrito Militar, principalmente acerca do comando das operações contra Canudos “[...] pois o Gal. Solon não aceitava a ideia de se submeter às injunções do poder civil” (ARRUDA, 2006, p. 173). Assim, sob o comando do major Febrônio de Brito, partia, em 25 de novembro de 1896, de Salvador para Queimadas, a segunda expedição militar contra Antônio Conselheiro e o arraial do Belo Monte, sob o comando do Capitão Virgílio Pereira de Almeida.

Simultaneamente aos processos de organização dessa segunda expedição, o general Solon havia enviado um comunicado ao governo federal solicitando a disponibilização dos soldados do Exército acantonados nos estados de Sergipe e Alagoas, além de solicitar deste, um gigantesco arsenal de guerra, composto por “[...] 500.000 cartuchos *Mannlicher*, 200.000 cartuchos *Comblain* para carabinas e 50.000 cartuchos para mosquetões. Solicitava, também,

a remessa de 4 metralhadoras e 2 canhões ligeiros com munições suficientes” (ARRUDA, 2006, p. 174).. Estas solicitações do general Solon evidenciavam, claramente, o nível da resposta que a República, através do seu exército, desejava dar os sertanejos nordestinos que ousaram questionar os seus ditames.

Uma semana após ter chegado a Queimadas e resolvido algumas questões de logística da tropa, Febrônio parte, no dia 4 de dezembro, para Monte Santo, onde pretendiam montar a base definitiva para o ataque a Canudos. Entretanto, o general Solon havia mudado de opinião quanto à estratégia de ataque a Canudos: “[...] em vez de uma coluna única ideara organizar duas a fim de atacar os fanáticos por dois pontos diferentes” (VIANA FILHO, 1960, p. 15), para isso solicita reforço ao Governo Federal, ao passo que ordena o regresso da expedição, a qual já encontrava em Cansanção, à cidade de Queimadas, para reorganizar o ataque.

Luis Viana, “[...] desejoso de apressar o termo do conflito, não viu com bons olhos o retardamento, o qual julgava perigoso, dispendioso e desnecessário” (VIANA FILHO, 1960, p. 15). Essa decisão do general Solon foi, ainda, bastante criticada por outras lideranças civis e também por seus colegas militares, a exemplo do próprio major Febrônio, comandante da expedição, o qual enviou comunicação ao comandante do Distrito Militar, manifestando seu descontentamento com a decisão de regressar a Queimadas, uma vez que já havia conseguido entusiasmar a tropa acerca da referida missão: “Regressar a Queimadas considero imprudência. Penso momento urge avançar Canudos. Demora tem prejudicado indizível entusiasmo que tive felicidade inculcar força” (VIANA FILHO, 1960, p. 15).

Entretanto, o general Solon apresentaria, ainda, outro argumento, intentando justificar a tal ordem de retorno. Segundo ele havia um “[...] ineficiente sistema de abastecimento para os expedicionários, fato que poderia comprometer o desempenho da tropa” (ARRUDA, 2006, p. 175). Luiz Viana, discordando, veementemente, de tais argumentos, ordenou que o capitão Virgílio Pereira se desligasse da operação e seguisse com os policiais militares baianos, sob seu comando, para Monte Santo.

Contudo, protagonizadas pelo governo baiano e o comando do Distrito Militar, essa guerra político-militar alcançaria capítulos ainda mais tensos, quando Luis Viana decide enviar um telegrama ao general Dionísio Cerqueira, Ministro interino da Guerra, manifestando a sua indignação, por entender que algumas das suas prerrogativas de governador do estado estavam sendo afrontadas pelo general Solon, na referida questão:

General Comandante Distrito comunicou-me organizada nova expedição Canudos cientificando-me verbalmente que o Ajudante-General, em

telegrama, responsabilizara a êle por qualquer mau êxito diligência. Sinto profundamente que tal ato afete autoridade Governo que represento. Parece exorbitante qualquer diligência sem iniciativa Governo do Estado para manutenção ordem. Só a êle compete pôr em ação meios necessários. Ato contrário importa intervenção que não pedi. Requisitei força federal por presteza diligência visto força estadual estar Interior sendo necessário demora para reuni-la. Não tive intenção provocar atitude que Governo Federal mostra tomar, e atenuada pelas boas relações do Comandante do Distrito com este Governo. Se requisição força federal importa fazer comandante do Distrito árbitro das operações podeis mandá-la retirar imediatamente. Governo do Estado tem força suficiente para manter a ordem, sob todos pontos de vista. Confio sabereis respeitar preceito constitucional.

Saúdo-vos. (VIANA FILHO, 1960, p. 23)

Luis Viana via sua autoridade ameaçada, por conta da arbitrariedade que o general Solon estava imprimindo nas operações contra Canudos, com o apoio do Governo Federal. Não obstante a insatisfação de Luis Viana com toda aquela situação, o general Dionísio Cerqueira, Ministro interino da Guerra, legitima as ações do general Solon, fato que fica evidenciado nas considerações presentes em sua resposta ao telegrama do governador:

Por telegrama de 6 do corrente agradeceste-me a solicitude com que providenciei sobre forças em diligência contra Antônio Conselheiro. Por telegrama onze corrente mostraste-vos ofendido, sobre pretexto pretensa intervenção minha, bem como governo por ter eu responsabilizado o comandante do distrito pelo êxito das operações, e o fizeste em termos que não se coadunam nem com a calma que deve presidir a linguagem dos altos depositários do poder, nem com a consideração a que me julgo com direito, nem ainda com as relações cordiais, que presumia existirem entre nós. Não podeis ignorar que a responsabilidade das operações militares de uma força cabe ao oficial que a comanda e foi neste sentido que fiz o Senhor Ajudante-General dirigir-se ao comandante do distrito levado pelo interesse natural de ver em paz minha terra natal, pelo desejo de ser útil ao vosso governo, e ainda para que nada pudessem sofrer os créditos do Exército. Não podeis também ignorar nenhuma ação de comando vos é lícito exercer sobre forças federais, ainda quando por vós requisitadas para manter ordem e concedidas Governo União na forma artigo 6.º da Constituição da República. Se julgais que podeis dispensar auxílio forças Exército dispensai-o. Eu ficarei com a convicção de ter concorrido quanto pude para a paz do Estado que governais. Asseguro-vos que sei respeitar a Constituição e também aos homens que como eu têm direito à consideração pública (VIANA FILHO, 1960, p. 24-25).

A resposta categórica do general Dionísio Cerqueira não permitiu outra opção a Luiz Viana senão reclamar a situação ao Presidente da República em exercício, Manuel Vitorino, solicitando deste a atenção que a questão requisitava. Assim, em 14 de dezembro, Luiz Viana enviou-lhe uma carta, pontuando seu descontentamento com a intervenção “não solicitada” do

Governo Federal na Bahia, a qual culminou no pedido de exoneração do general Frederico Solon do comando do Distrito Militar:

Nestas condições, o auxílio do governo federal importava numa intervenção e eu não podia aceder a isto - senti que em tal emergência S. Exa. o Sr. Ministro da Guerra mostrasse esposar a opinião do comandante do distrito, em vista de considerações que me fêz em telegrama. Estou convencido que a nova expedição projetada era inteiramente desnecessária e talvez mais perigosa à ordem pública e ao bem-estar da zona que acudia do que o próprio Antônio Conselheiro. Basta dizer a V. Exa. que a força que combateu em Uauá - ao partir daí, saqueou todo o povoado, havendo soldados que chegaram a Juazeiro com um e mais contos de réis e não contentes com isto incendiaram o povoado.

Sinto que nesta emergência me falte o apoio do governo federal, que não posso aceitar sob as condições que entende S. Exa. o Sr. Ministro da Guerra, isto é, fazendo o Sr. general árbitro do modo de manter a ordem naquela região.

Devo ainda dizer a V. Exa. que, nas condições atuais, não deixa de ser prejudicial à Bahia a continuação aqui do ilustre general comandante do distrito tal a prevenção do seu espírito nos negócios locais. Desculpe-me V. Exa. estas considerações. De V. Exa. patricio, amigo afetuoso. (VIANA FILHO, 1960, p. 25, 26)

Com a expedição dividida em dois grupos, e um terrível clima político-militar instalado na Bahia, com Luiz Viana sofrendo constantes ameaças veladas do general Solon, cujo “[...] plano político, como depois ficou provado, era o de derrubar, pelas armas, o Governador baiano” (ARRUDA, 2006, p. 177), o Governo Federal resolve atender ao pedido de Luiz Viana e exonera o general Solon do comando do Distrito Militar e o coronel Saturnino Ribeiro da Costa Júnior, o qual apoiava a estratégia do governador baiano, assume interinamente o posto. Após essa substituição o major Febrônio de Brito recebe a autorização para incorporar mais soldados do exército e da polícia, atingindo um efetivo de seiscentos homens, e parte de volta para Monte Santo, chegando lá em 29 de dezembro de 1896.

A notícia de que se aproximava de Canudos uma poderosa expedição militar gerou um efeito muito interessante entre os sertanejos, uma vez que, ao contrário do que provavelmente esperavam os estrategistas militares, os canudenses não se dispersaram. Ao invés de fugir do iminente embate, a população canudense se organizou para lutar contra o mal que estava por vir, inclusive recebendo, de várias localidades circunvizinhas e até mesmo de outros estados<sup>39</sup>, reforços de sertanejos que desejavam engrossar a linha de defesa dos ideais do Belo Monte,

<sup>39</sup> Arruda (2006, p. 196) afirma que “Famílias inteiras saíam diariamente de Pernambuco, Sergipe, Alagoas e dos diferentes recantos dos sertões baianos, quase todas armadas e eufóricas, para defender Antônio Conselheiro e a comunidade de Canudos”.

empunhando, assim, a maior das resistências que se podia imaginar. Sobre essa questão há relatos de que muitas autoridades sertanejas, apelando às autoridades estaduais no sentido de que estas adotassem medidas urgentes e enérgicas para conter Antônio Conselheiro e os seus adeptos, pois o número daqueles que o seguiam crescia vertiginosamente, enviaram-lhes muitas correspondências. Entre os pedidos dessa natureza, registrados àquela época, destaco o que foi enviado pelo chefe de polícia de Pombal, o Sr. Alcides do Amaral Borges, em 22 de Dezembro de 1896, o qual faz referência ao movimento de milhares de sertanejos que seguiam em direção a Canudos, lutar ao lado de Antônio Conselheiro:

Exmo. Sr. – Corre-me o dever de levar ao vosso conhecimento, além do estado de aflição em que se acha a população deste município, em consequência do terror que têm incutido as ameaças de devastação e aniquilamento, que todos os dias lhe fazem os fanáticos de Antônio Conselheiro, as ocorrências posteriores ao combate de Uauá, que se têm dado no território deste termo e nos circunvizinhos.

Parece que se decorrerem mais alguns dias, sem que se trave novo combate entre as forças legais e os sequazes de Antônio Conselheiro, a população deste município e a dos limítrofes ficarão reduzidas a menos da metade, tendo em vista os numerosos grupos que têm saído em direção a Canudos, no propósito de reforçar os fanáticos de Antônio Conselheiro.

Todos os dias chegam a esta vila notícias verdadeiras, trazidas por pessoas que moram à margem das estradas que conduzem a Canudos, da passagem de grandes grupos de homens armados, que se dirigem para ali, no empenho por eles confessado de se baterem e morrerem pelo seu Bom Jesus, pois tal é o modo por que eles tratam esse homem pernicioso, que tantos males já tem causado a esta zona sertaneja, seriamente ameaçada por ele, e pelos seus, de maiores danos.

Ainda hoje tive informação de terem sido encontrados, ontem, entre as fazendas Salgado e Junco, no extremo desta freguesia com a do Maçacará, cento e muitos homens armados, que diziam ir para Canudos “cortar soldados”. Estes e todos que lá estão asseveram – que não têm medo de morrer, porquanto a morte para eles, segundo a garantia que lhes dá Antônio Conselheiro, importa uma mudança para o Céu.

Infelizmente, não são somente os municípios desta zona que têm contribuído com reforços numerosos para a continuação da luta entre Antônio Conselheiro e o Governo, pois é público e notório nesta vila, por notícias vindas de diversos pontos do rio São Francisco, que de diversas localidades daquele sertão têm descido para Canudos grandes contingentes de homens armados e de munições bélicas.

Contam como certo – que somente da Várzea da Ema, município de Capim Grosso, que é um homizio de criminosos daquele termo e de outros, foram duzentos e muitos homens armados, e de Rodelos, termo de Curral dos Bois, trezentos e tantos.

As autoridades de vários municípios, além de muitos outros cidadãos, que têm de alguma sorte feito oposição à propaganda dos supostos milagres do célebre fanático, estão ameaçados de morte por ele e pelo seu séquito. A notícia da retirada da tropa de linha causou profundo e geral desânimo em todo este sertão, e inspirou grande vigor aos fanáticos, que vêm nisto um milagre do santo cuja vitória eles já garantem.

Saúde e fraternidade. – Exmo. Sr. Dr. chefe de Polícia e segurança da Bahia.  
– O comissário de polícia, Alcides do Amaral Borges. (MILTON, 2010, p. 46,47)

De fato, era notável o impacto do discurso conselheirista no sertão nordestino, principalmente o baiano, contudo, atribuir a Antônio Conselheiro a plena responsabilidade pelos sertanejos decidirem segui-lo, é ignorar, ao limite, a capacidade deste povo em reconhecer e desejar ver modificada a sua condição de miserável, consequência dos muitos séculos de exploração. O discurso de Antônio Conselheiro produzia tamanho efeito porque dialogava diretamente com as diversas carências daqueles sertanejos, e por isso estes, por vontade própria, decidiam segui-lo, revelando não uma condição de submissão, mas uma relação de “co-autoria” naquele movimento.

A expedição comandada por Febrônio de Brito teve, no dia 18 de dezembro de 1896, o seu primeiro choque com os conselheiristas, na Serra do Cambaio. Por conhecerem muito bem a região, os conselheiristas utilizavam-se dos seus acidentes, tanto para atacar quanto para se defender das investidas militares. Houve intensa luta e os defensores do Belo Monte puderam sentir, pela primeira vez, o poder destrutivo e impiedoso do canhão - arma jamais vista por eles. Contudo, mesmo diante de uma arma tão poderosa como aquela, os conselheiristas jamais se intimidaram. Cunha (2009) registra a ação de um guerreiro conselheirista, o qual, numa demonstração inigualável de destemor, avança sobre o artefato, com a complexa missão de detê-lo:

Tomara-lhe a frente um mamaluco possante — rosto de bronze afeado pela pátina das sardas —, de envergadura de gladiador sobressaindo no tumulto. Este campeão terrível ficou desconhecido à história. Perdeu-se-lhe o nome. Mas não a imprecação altiva que arrojou sobre a vozeria e sobre os estampidos, ao saltar sobre o canhão da direita, que abarcou nos braços musculosos, como se estrangulasse um monstro:

“Viram, canalhas, o que é ter coragem?!”

A guarnição da peça recuara espavorida, enquanto ela rodava, arrastada a braço, apresada. (CUNHA, 2009, p. 255)

Com muita dificuldade os soldados recuperaram o controle do canhão e o referido conselheirista foi abatido à baioneta.

Os conselheiristas, por possuírem poucas armas, se organizavam estrategicamente em grupos de três ou quatro, e, entrincheirados, revezavam o uso de uma única arma, conforme o ângulo que cada um possuía, no propósito de atingirem o maior número de soldados com o menor gasto possível de munição. Isso confundia, deveras, os militares, lhes causando a

impressão de verem em ação aquele que, possivelmente, acabara de ter ser abatido. Pelo baixo número das perdas<sup>40</sup> em sua tropa e por ignorar as táticas de combate daqueles guerreiros sertanejos, os militares se julgaram vitoriosos pela conquista da serra. Entretanto, no dia seguinte, mais um longo e sangrento combate foi registrado entre os conselheiristas e a tropa federal, nos sertões baianos, onde o major Febrônio, constatando não possuir condição alguma de continuar lutando – sua tropa estava faminta, com pouquíssima munição e aterrorizada pela inabalável disposição do sertanejo em continuar lutando, mesmo após cerca de doze horas de combate – ordena a retirada.

De volta a Monte Santo a expedição se encontrava extremamente debilitada, em frangalhos, fato que é, inclusive, mencionado num telegrama que foi enviado no dia 24 de janeiro, pelo major Febrônio ao Coronel Saturnino Ribeiro, comandante do Distrito Militar, relatando-lhe acerca dos últimos acontecimentos que envolviam a expedição que ele comandava. Leiamos, na íntegra, esse documento registrado por Henrique Duque-Estrada de Macedo Soares<sup>41</sup>, na obra **A Guerra de Canudos (1985)**, pois há nele certas questões que merecem algumas breves ponderações:

— Ao Sr. coronel Saturnino Ribeiro da Costa Júnior, commandante do 3º Districto Militar, Bahia.

Monte Santo, 24 de Janeiro de 1897.

No dia 16, tomei posição de frente avançada para o inimigo. A 17, fiquei de observação e fiz reconhecimentos. Modifiquei o plano de ataque simultâneo a diversos pontos por colunas, devido à impossibilidade de manobras, deformidade de terreno, depressões e acidentes invencíveis, além do numero de bandidos, consideravelmente crescido. As posições de Caipan, Cambaio, Várzea e Barracões, são gargantas impenetráveis, fortemente guarnecidas. A 18 pela manhã, concentrei forças, costeando a inacessível Serra do Cambaio em busca de desvio, encontrando ponto muito perigoso, mas de entrada relativamente mais fácil. O transito pela base da Serra foi feito debaixo de vivo tiroteio. As 10 horas da manhã, tendo já alguns feridos, coloquei a artilharia, rompendo ativo bombardeio, secundado por fuzilaria contra trincheira natural, aproveitada na rocha viva. O inimigo não cedia um passo; e à 1 hora da tarde, reuni oficiais, dividi colunas de assalto à direita e esquerda, desalojando o inimigo de serros íngremes, fazendo carregar o centro. Na trincheira abandonada, foram encontrados cento e poucos mortos, tendo à força 4 mortos, 1 oficial de policia, ferido gravemente, 2 do exercito, levemente feridos e 20 praças feridas, das quais 3 gravemente. De então, continuou o combate menos vivo, sendo os bandidos desalojados de

<sup>40</sup> No embate da Serra do Cambaio as tropas federais tiveram quatro baixas, incluindo um dos seus oficiais, o tenente Wenceslau Leal (MONIZ, 1987, p. 124)

<sup>41</sup> Henrique Duque-Estrada de Macedo Soares nasceu em Bananal, município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro, em 20 de outubro de 1870, e faleceu em 21 de fevereiro de 1906. Seguiu a carreira militar, na qual alcançou o posto de tenente de artilharia. Sobre a campanha contra Antônio Conselheiro, de que participou, escreveu a citada obra **A Guerra de Canudos**, publicado originalmente em 1902.

pequenas trincheiras no prolongamento da vereda, colocadas contíguas e paralelamente. A ação durou 5 horas. Às 3 horas da tarde, acampeei a menos de légua de Canudos, sendo reunidos e pensados os feridos.

Às 6 da manhã de 19, empreendi marcha para assaltar o foco dos celerados, quando repentinamente as avançadas e toda coluna foram envolvidas por numero de cerca de 4.000 bandidos, produzindo indecisão nas fileiras nos primeiros momentos. Restabelecida a ordem, embora a falta de terreno para as manobras, a artilharia e fuzilaria causaram de estragos medonhos, enquanto grupos de canibais se refaziam prodigiosamente. As forças e animais já se não alimentavam desde 17; os ferimentos se multiplicavam; mais 6 mortos contava a guarnição da artilharia, que já era puxada a pulso desde a trincheira, visto a falta de animais e fuga dos tropeiros, no dia anterior; munição esgotada; munição de fuzilaria a extinguir-se, o obrigaram adotar a forma de quadrado para resistir ao ímpeto da agressão por todos os lados. Os bandidos, não tão mal armados, como se dizia, vinham morrer agarrados á artilharia. Nunca vi tanta ferocidade. Compreendendo o perigo da situação, baldo de recursos materiais, a força se reduzindo, já havendo mais de 60 feridos e contusos, reuni oficiais em plena luta; e da opinião unânime deles, foi resolvida a retirada, na impossibilidade de continuar a ação. Oportunamente, remeterei a ata da resolução. Tendo sido mortos muitos animais, reduzi a bagagem e organizei a retirada.

Oficiais a pé, cedendo cavalos a feridos, puxavam canhões a pulso, sobre pedreiras invencíveis, no percurso de 2 léguas. Comecei então o penoso trabalho de romper linhas inimigas à retaguarda. O combate se prolongou até 6,30 horas da tarde, quando pude salvar tudo e adquirir posição defensiva. Mesmo em ação, foram contados cerca de 700 bandidos mortos. Retirada efetuada na melhor ordem; salvo tudo; inutilizado o armamento e munição que se encontravam com os bandidos, tive presente a cena da retirada do general Bourbaki, na fronteira suíça, excluída a derrota. No dia 20, alimentei ligeiramente as praças e empreendi penosíssima marcha para esta Vila. Si eu tivesse meios rápidos de mobilidade e pessoal suficiente, seria inevitável o triunfo.

A força chegou dolorosamente extenuada, maltrapilha, quase nua, incapaz de qualquer trabalho. A artilharia e metralhadoras tinham muitas peças e parafusos de elevação inutilizados. Os únicos homens que informaram verdade foram o tenente-coronel Antônio Reis e vaqueiro Joaquim Calumby, que afirmaram que Conselheiro tem 8.000 homens. Pela média posso garantir que o numero é superior á 5.000. Rogo comuniquéis ao chefe de segurança. As forças tiveram lances de verdadeiro heroísmo.

Fatigadíssimo, com a saúde alterada, depauperado pelas vigílias, insônias e mal passadio, preciso recolher-me á Capital, para justificar a dignidade de homem e soldado, sacrificado, ou sacrificador. O próprio aguarda resposta. Saúdo-vos. — Major Febrônio de Brito. (MACEDO SOARES, 1985, p. 32-34)

Este documento apresenta algumas afirmações passíveis de questionamento, a exemplo dos conselheiristas não estarem tão mal armados, da possibilidade dos militares, mesmo em ação, conseguirem contar os conselheiristas mortos, estimando-os, inclusive, em 700, assim como afirma que foram atacados por um inimigo cujo quantitativo superava o seu efetivo em mais de seis vezes, aproximando-os em 4000.

Ora, era do conhecimento comum que os conselheiristas não possuíam armamentos outros, senão seus clavinotes, facões, foices, facas, armamentos rústicos, a exemplo dos que foram utilizados, no embate anterior, contra o exército, no confronto de Uauá. Há também que se questionar acerca de como os militares conseguiram a proeza de contar as baixas conselheiristas, “em plena ação”, estimando-as em 700, se até a sua retirada dali se deu, segundo o próprio documento, sob “fogo conselheirista”, isto sem contar com os 60 feridos e contusos que, certamente careciam de ajuda para se retirarem do local da batalha, assim como todos os armamentos que necessitavam ser transportados dali. Por fim, aproximar o número de combatentes conselheiristas em 4000 seria, de fato, um argumento bem interessante, na tentativa de justificar a derrota da expedição ao passo que atribuía à mesma, a condição de heróica, por ter sobrevivido a confronto tão díspar, não fosse o fato de que aceitar tal argumento implicaria em concordar que o ataque de 4000 homens, ainda que rudemente armados, possuidores da vantagem de conhecerem muito bem os “segredos” dos terrenos daquela região, em dois embates, somente conseguiram deixar cerca de 10 baixas fatais no exército inimigo, composto por 600 homens. Logo, é possível concluirmos, claramente, que as intenções do relato do major Febrônio de Brito era a de, tão somente, justificar a sua derrota, remetendo as possíveis culpas pelo insucesso na investida contra Canudos a fatores outros, não inerentes ao seu comando nem aos seus comandados.

A ata da resolução, citada no telegrama, acima, apresenta, de forma mais organizada, os argumentos que já haviam sido expostos pelo major Febrônio de Brito em seu telegrama-relato, e se destina, tão somente, a oficializar a retirada da sua expedição daquele combate. Entretanto, concordando com Macedo Soares (1985, p. 34), o qual afirma ser este documento “[...] um importante subsídio para a história”, transcrevê-lo-ei, a seguir:

— Ata — Aos dezenove dias do mês de Janeiro de mil oitocentos e noventa e sete, no lugar denominado “Taboleirinho dos Canudos”, a menos de légua deste local e onde os fanáticos de António Conselheiro, após o assalto às trincheiras da Serra do Cambaio, que foram tomadas à viva força no dia anterior, em combate que durara desde as dez horas da manhã até às três da tarde, atacaram repentina e inesperadamente as forças em operações ao Norte do Estado, isto às sete horas da manhã, quando se dispunham a marchar sobre o inimigo; pelo major Febrônio de Brito, comandante das mesmas forças, fora mandado, em plena ação tocar a reunir oficiais, depois de diversos lances de agressão vigorosa, repelida pela mesma força em resistência admirável: e pelo mesmo comandante ficou exposto o seguinte:

1.º) Que os fanáticos dispunham de forças numerosas, a avaliar-se pelo numero de atacantes, seguramente quatro mil, que, embora sem as mesmas condições de armamento e munição, todavia eram fortes pelo numero e

ferocidade em ação, com as vantagens do terreno, só por eles conhecido, e todos armados e protegidos ;

2.º) Que, apesar do numero de mortos que tinham, visíveis na zona de combate, não arrefeciam na luta, e antes se reduplicavam, como legiões que surgiam do solo;

3.º) Que, tendo o ataque, levado a toda linha, principiado às sete horas da manhã, ainda até aquela hora, uma da tarde, estava indeciso, só conseguindo as forças conservar suas posições, dizimando os bandidos, que vinham morrer à queima-roupa e agarrados aos canhões, sem nenhuma outra vitória que a ordem e a disciplina na ação, mas com a fraqueza do numero;

4.º) Que as forças, já desde dezessete, não se alimentavam e se viam ameaçadas de sede eminente; pois que uma pequena lagoa de águas pluviais, a quinhentos metros do acampamento, já dominada pelos assaltantes, estava entulhada de cadáveres destes, prestes a secar, enquanto que os mortos das forças eram em número de dez, tendo já quase sessenta feridos, não contando muitos contusos, todos sem alimentação e curativo;

5.º) Que a munição, da qual se deixou parte em Queimadas, parte nesta Vila, por falta de mobilidade, era pouca na infantaria e estava a esgotar-se na artilharia, da qual, devido à covardia dos tropeiros, uma carga de granadas vazias e outra de espoletas estavam em posse do inimigo, por terem disparado os cargueiros, sem que se os pudesse deter, sendo que aquela, à noite, estaria concluída, sem probabilidade de remonta e socorros, por falta de proteção e linha de comunicação;

6.º) Que os animais, inanidos por fome e sede de três dias, morriam em combate, ameaçando a artilharia ao abandono, com o resto do trem de guerra e bagagem, rodando em marchas e manobras, já desde dezoito, a artilharia a pulso;

7.º) Que, a persistir-se na luta, com a força em sitio, como se achava, poderia advir um desastre em sacrifício da mesma, sendo certo que, até a noite, com a probabilidade de agressão mais robusta, o numero de feridos, quando menos, seria incalculável, bem como a impossibilidade de romper o sitio e sustentar o combate;

8.º) Que, nestas duas emergências, apesar da coragem e bravura de todos, pedia a opinião dos ditos oficiais, declinando de si a responsabilidade da derrota, mas disposto a combater até o fim, si assim o entendessem:

E os ditos oficiais, em unanimidade, optaram pela retirada, tendo o mesmo comandante declarado ser com eles solidário nesta opinião; mas, impondo a condição de não serem abandonados os feridos e a mais insignificante peça de armamento e munição, sendo enterrados os mortos da força; o que se praticou, tendo-se efetuado a retirada na melhor ordem, em combate que durou até as seis e meia horas da tarde, carregados os feridos em padiolas e a cavalo, no percurso de duas léguas, aonde se acampou à noite; a artilharia a pulso e assim tudo até esta Villa, protestando o mesmo comandante ir pedir conselho de guerra, para justificar-se. E, para constar se lavrou este termo, aos vinte e quatro dias do mesmo mês e ano, nesta Vila de Monte Santo, escrito por mim, o segundo tenente Hilário Francisco Dias, e por todos assinado. (MACEDO SOARES, 1902, p. 34-36).

Apesar de, certamente, amargarem muito mais baixas que os militares visto que o seu poderio bélico era infinitamente inferior em quantidade e qualidade que o destes, aos conselheiristas é atribuída a vitória sobre essa segunda expedição, uma vez que estes

conseguiram, com bravura e resistência inimagináveis, impedir o exército de alcançar Canudos.

A derrota da segunda expedição produziu uma atmosfera de pânico e perplexidade em todo o país, além de provocar um grande acirramento do clima político entre as esferas civis e militares, agravado, principalmente, conforme afirma Arruda (2006, p. 194), pela imprensa, pois:

As manchetes dos principais jornais do Brasil, refletindo e contribuindo para aumentar o ambiente de tensão política, insuflavam a população e exigiam uma imediata e decidida intervenção federal contra as forças conselheiristas, insinuando que os monarquistas, com o apoio estratégico do Governador Luis Viana, colocavam em marcha, a partir da longínqua Canudos, um grande plano para desestabilizar a República e restaurar o regime monárquico.

Na Bahia, o major Febrônio de Brito, na tentativa de atribuir o insucesso da sua expedição a Luiz Viana, acusava-o, incessantemente, de não o ter ajudado de forma suficiente, no combate a Canudos. Do outro lado o governador defendia-se, argumentando que “Não houve expedição ainda contra Canudos que tivesse os recursos e os elementos para obtê-los que teve a do Major Febrônio” (VIANA FILHO, 1960, p.35). Entretanto, a questão Canudos avançaria para além daqueles conflitos, uma vez que “O governo federal começou a aceitar que Canudos era um antro monárquico, como insistia a imprensa jacobina<sup>42</sup> carioca” (VILLA, 1995, p. 156).

Assim, para comandar aquela que seria a terceira expedição contra Canudos, o presidente da República em exercício, Manuel Vitorino, designa o coronel Antônio Moreira César, recém chegado de Santa Catarina, no sul do país, onde “[...] destacou-se na repreensão à Revolução Federalista devido ao abuso da violência, ficando conhecido pela alcunha de corta-cabeças, pois ordenava a cruel degola dos prisioneiros” (VILLA, 1995, p. 157). A aprovação do nome de Moreira César não passou pelo crivo do presidente Prudente de Moraes. Foi Manuel Vitorino, presidente em exercício, quem o escolheu. Vitorino havia se ligado ao florianismo, e, com o apoio de Francisco Glicério<sup>43</sup>, planejava não devolver o cargo para

---

<sup>42</sup> Termo utilizado em alusão aos defensores radicais da República durante a Revolução Francesa, em 1789.

<sup>43</sup> Francisco Glicério Cerqueira Leite (1846-1916) foi um jornalista, político, general honorário do Exército brasileiro, e um dos artífices da Campanha Republicana, sendo, inclusive, um dos responsáveis por escolher os integrantes do primeiro governo provisório, do qual fez parte.

Prudente de Moraes, que estava afastado por recomendações médicas<sup>44</sup> (MONIZ, 1987, p.146).

O governador Luiz Viana, por certo percebendo o alinhamento das intenções político-militares que norteavam a indicação do coronel Moreira César para comandar a terceira expedição militar contra Canudos, manifestou, juntamente com alguns dos seus aliados políticos, total desaprovação ao nome deste, chegando, inclusive, a solicitar do então presidente da República em exercício, a substituição do seu nome, pelo que não foi contemplado em seu pedido.

O Dr. Munhoz de Góis, “[...] que ao tempo freqüentava as rodas do governo baiano” (VIANA FILHO, 1960, p. 36) emitiu alguns registros que nos informam acerca de como se encontrava a situação política na capital baiana, àquela época. Num deles, dias antes da chegada do coronel Moreira César àquela cidade, ele afirma que:

A situação agrava-se de minuto a minuto. Manuel Vitorino não ouviu Viana sobre a nomeação do M. César, oficiais e batalhões para a expedição dos Canudos. Ontem a deputação federal, o Governador e Severino pediram ao Governo a nomeação de outro general para comandar a força expedicionária: tiveram resposta negativa. A situação está grave: os militares insultam diária e publicamente ao Governo do Estado; fundam um clube militar; preparam magnífica manifestação ao M. César... A soldadesca diz que vai impor ao M. César a deposição do Viana... Parece que tudo é movido pelo Glicério descontente pela entrada na chapa federal do Dr. Seabra e Castro Rebelo. (VIANA FILHO, 1960, p. 37)

A vitória de Moreira César sobre Antônio Conselheiro era dada como certa: Ele “Voltaria da Bahia como herói nacional com o prestígio reforçado, e poderia desempenhar o papel decisivo na articulação política e militar do florianismo contra Prudente de Moraes” (MONIZ, 1987, p. 143). Assim, atendendo à designação que recebera, Moreira César seguiu, imediatamente, para a Bahia, onde desembarcou na sua capital, na tarde do dia 6 de fevereiro e partiu para Queimadas no dia 7, chegando lá no dia seguinte, de onde tratou de enviar um telegrama ao então Ministro da guerra, o general Francisco de Paula Argolo<sup>45</sup>, dando-lhe

---

<sup>44</sup> Em 1896, o presidente Prudente de Moraes se afastou por causa de uma cirurgia nos rins. Então o vice-presidente Manuel Vitorino assumiu o poder e foi tomado pela ideia de não devolver o cargo. Trocou ministros e transferiu a Presidência do Itamaraty para o Catete. Ciente da trama, o presidente Prudente de Moraes, que se tratava em Teresópolis (RJ), decidiu voltar de surpresa e Manuel Vitorino, sem tempo para concretizar o seu plano, não teve opção senão entregar a cadeira presidencial.

<sup>45</sup> Em 4 de janeiro de 1897, durante a interinidade de Manuel Vitorino Pereira como presidente da República, o general Francisco de Paula Argolo foi nomeado ministro da Guerra, sucedendo ao ministro interino general Dionísio Cerqueira.

notícias regulares da sua expedição, ao passo que inicia uma saga de desdêns acerca da capacidade combativa de Antônio Conselheiro:

Estou em Queimadas ativando a remessa de poucas munições para Monte Santo, para o mais breve possível seguir para Canudos. A força está muito animada, sem ocorrer caso algum de indisciplina. Há muita dedicação. O estado sanitário ótimo. O governador e mais autoridades do Estado têm sido em extremo solícitos em me auxiliar. Só temo - que o fanático Antônio Conselheiro não nos espere (MILTON, 2010, p. 70).

A expedição segue sertão adentro, enfrentando diversas situações críticas, para as quais o seu comandante nem a preparou, nem havia se preparado. Havia uma longa caminhada a ser empreendida em solo desértico, com pouca vegetação, sob sol escaldante e quase nenhuma água, e isso, para Moreira César e sua tropa, era um enorme desafio que somaria, de forma contundente, para o insucesso da sua missão. Muitos tentaram lhe avisar que vencer Antônio Conselheiro e os seus seguidores incluía vencer uma série de outros inimigos “visíveis e invisíveis” que os aguardava a caminho do arraial do Belo Monte, mas a sua arrogância o impediu de escutar tais conselhos:

[...] o Coronel chegando à Bahia, recusou terminantemente aceitar as judiciosas informações do major Febrônio de Brito, sobre as dificuldades quase insuperáveis a vencer no decurso da nova campanha a empreender; a pobreza de recursos, a aridez da zona a atravessar; os elementos de guerra fartamente acumulados em Canudos e o numero dos seus defensores. Nada quis ouvir nem considerar o inditoso comandante. Unicamente confiava em si, nos seus bravos comandados e ainda mais nos dominadores da situação no Estado, nos quais cegamente acreditou e confiou. [...] e marchou, altivo e sôfrego por combater, com a vitória antecipada e facilmente ganha (MACEDO SOARES, 1985, p. 37).

Moreira César cometeu vários erros, no comando da terceira expedição militar contra Canudos, porém, o erro que mais deve tê-lo surpreendido foi, certamente, subestimar a força de combate de Antônio Conselheiro e dos canudenses, chegando ao absurdo de afirmar que iriam “[...] almoçar em Canudos!” (CUNHA, 2009, p. 296).

Ao alcançar Canudos, “[...] a tapera enorme que as expedições anteriores não haviam logrado atingir” (CUNHA, 2009, p. 297), o ataque foi imediatamente iniciado e o arraial foi, durante horas, duramente massacrado pelos quatro canhões *Krupp*, os quais dispararam mais de 300 tiros em direção ao arraial (VILLA, 1995, p. 160).

Viram-se os efeitos das primeiras balas em vários pontos; explodindo dentro dos casebres e estraçoando-os, e enterroando-os; atirando pelos ares tetos de argilas e vigamentos em estilhas; pulverizando as paredes de adobes; ateando os primeiros incêndios... (CUNHA, 2009, p. 298).

Os canudenses, contudo, não esboçavam reação alguma àquelas duras investidas da força militar. Cunha (2009, p. 299) faz menção de um conselheirista que se aproximava de Canudos pela estrada de Uauá, para o qual todo o fogo da companhia do 7º Batalhão de Infantaria foi direcionado, porém, demonstrando a mesma indiferença que pairava entre os canudenses que já se encontravam dentro do arraial,

[...] o sertanejo não apressava o andar. Parava às vezes. Via-se o vulto impassível apumar-se ao longe considerando a força por instantes, e prosseguir depois, tranqüilamente. Era um desafio irritante. Surpreendidos, os soldados atiravam nervosamente sobre o ser excepcional, que parecia comprazer-se em ser alvo de um exército. Em dado momento ele sentou-se à beira do caminho e pareceu bater o isqueiro, acendendo o cachimbo. Os soldados riram. O vulto levantou-se e encobriu-se, lento e lento, entre as primeiras casas.

Diante de tal indiferença, Moreira César, dando continuidade à sua ignóbil saga de desdêns, afirma que o arraial seria tomado sem a necessidade de disparar um único tiro - ele seria tomado “[...] a golpes de baioneta [...]” (ARRUDA, 2006, p. 212). A arrogância de Moreira César era tamanha, contudo, já estava prestes a sucumbir, pois, os sinos da igreja velha começavam a tocar, convocando os guerreiros sertanejos à luta.

Alguns soldados que tentavam atravessar o Vaza-Barris eram abatidos pelos conselheiristas que estavam alojados nas trincheiras, construídas no entorno de Canudos, aguardando a melhor hora para atacar os inimigos. Outros, que conseguiam penetrar o arraial, se deparavam com os destemidos guerreiros sertanejos surpreendendo-os com tiros vindos de todos os lados, inclusive da igreja Nova - ponto de maior resistência do arraial. A tarde já se encaminhava para o seu fim e a resistência interna somente aumentava. Assim notou-se grande movimento de debandada dos militares que, carregando os seus colegas feridos, procuravam se afastar do embate por onde fosse possível. Esse movimento é assim descrito por Euclides da Cunha (2009, p. 309):

Apareceram sobre a ribanceira esquerda, esparsos, em grupos estonteadamente correndo, os primeiros contingentes repelidos. Em breve outros se lhes aliaram no mesmo desalinho, rompendo dos cunhais das igrejas e dentre os casebres marginais: soldados e oficiais de mistura, chamuscados e poentos, fardas em tiras, correndo, disparando ao acaso as espingardas, vociferando, alarmados, tontos, titubeantes, em fuga...

Este refluxo que começara à esquerda propagou-se logo à extrema direita. De sorte que, rebatida às posições primitivas, toda a linha do combate rolou torcida e despedaçada a tiros pela borda do rio abaixo.

Ao contemplar os soldados fugirem em debandada e atraído pela ideia de que conseguiria restabelecer o brio destes com a sua presença, Moreira César decide intervir, pessoalmente, no conflito, partindo para a zona de combate, afirmando que “Os homens do Conselheiro brigam, atiram bem e não se acham tão mal armados como diziam” (MONIZ, 1987, p. 158) - seria esse o reconhecimento extemporâneo de que havia subestimado a força de combate do sertanejo, o qual lutava para defender a sua gente, a sua terra, o seu sonho. Não cavalgou muitos metros e foi atingido por uma bala na parte inferior do seu abdômen. Retornou à sua base, em busca de socorro, e novamente foi alvejado, sendo conduzido para um local mais afastado do conflito, onde foi montado, às pressas, um hospital de sangue<sup>46</sup>, a fim de tratar os ferimentos que o colocavam em eminente risco de morte.

Limitado pelos ferimentos, Moreira César transfere o comando geral da expedição ao coronel Tamarindo. Euclides da Cunha conjectura que o coronel Tamarindo, diante das pressões advindas das responsabilidades que o envolviam, enquanto novo comandante geral, “[...] Maldizia talvez, mentalmente, o destino extravagante que o tornara herdeiro forçado de uma catástrofe” (CUNHA, 2009, p. 312). De fato, herdar um comando desmantelado pelas circunstâncias que aquela situação específica impunha, não parecia ser o sonho de consumo de oficial algum. Tanto é, que, ao ser abordado por um oficial que, certamente, desejava vê-lo reavivar as suas forças e se colocar à frente das impreteríveis decisões que urgiam serem tomadas, teria respondido, com melancolia inimaginável: “É tempo de murici cada um cuide de si...” (CUNHA, 2009, p. 312).

Sem condição alguma de resistir a Antônio Conselheiro e seus incansáveis guerreiros, o coronel Tamarindo, juntamente com outros oficiais se reúnem e decidem pela retirada. Moreira César, discordando de tal deliberação, chegou a protestar com veemência, argumentando que “[...] era um ato de covardia; que devia-se dar novo assalto ao arraial, que exigia que este seu protesto fosse registrado e que, se sobrevivesse a esse desastre, pediria a sua demissão do serviço do Exército” (BENÍCIO, 1997, p. 120). Entretanto, na madrugada do dia seguinte, o coronel Antônio Moreira César faleceu. Os oficiais se mantiveram firmes na sua decisão de retirada. Todavia, conforme Moniz (1997, p. 160) descreve,

---

<sup>46</sup> Moniz (2006) comenta que tamanha era a falta de planejamento da expedição, que, já contando com mais de uma centena de baixas, somente após a necessidade de tratar os ferimentos do coronel Moreira César é que foi providenciada a instalação do imprescindível hospital de sangue.

Não se tratava mais de uma retirada e sim de uma fuga desordenada. Não houve formatura nem disciplina. O exército tornou-se uma massa informe, assustada e sem comando em que predominava o delírio da fuga. Febrônio de Brito, na segunda expedição, conseguiu a retirada em ordem com as armas e os feridos depois de enterrar os mortos. Mas a retirada das tropas de Moreira César transformara-se em debandada.

Agora, aqueles que, há dias atrás empregavam extremos esforços para encontrar Antônio Conselheiro e os seus seguidores não mais desejavam alcançá-los. Muito pelo contrário. O que mais as tropas governamentais desejavam era fugir, o mais rápido possível de Canudos - a comunidade dos “*jagunços* que sabem vencer coronéis e generais” (CHIAVENATO, 1988, p. 107, grifo do autor).

A debandada dos militares da terceira expedição foi realizada sob fogo intenso dos conselheiristas, os quais, ao retornarem para Canudos, recolhiam os armamentos abandonados pelos militares daquela expedição. Era o coronel Moreira César, que se movendo ao sertão baiano com o objetivo de aniquilar Canudos, armou e municiou Antônio Conselheiro e os seus guerreiros, para que pudessem se defender daquele que seria o maior genocídio já registrado em terras brasileiras.

A notícia de mais uma derrota sofrida pelo Exército Brasileiro no enfrentamento a comunidade do Belo Monte obteve ampla repercussão em todo o país. Era complexo assimilar como uma força tão cultuada, bem armada e treinada, lograsse consecutivas e humilhantes derrotas, chegando até mesmo, neste último insucesso, a ter que se retirar do local do combate em debandada.

Por desconhecer a força que movia os guerreiros sertanejos nordestinos, para os quais, expostos às opressões desencadeadas pelo sistema que, impiedosamente, os esmagava, não restava outra opção senão lutar, a elite brasileira buscava ancorar as suas crenças na ideia de que havia uma trama monárquica que se avolumava contra a República. Cunha (2009) cita alguns jornais que, à época, cuidaram em reproduzir essa ideia:

[...] O que de um golpe abalava o prestígio da autoridade constituída e abatía a representação do brio da nossa pátria no seu renome, na sua tradição e na sua força era o movimento armado que, à sombra do fanatismo religioso, marchava acelerado contra as próprias instituições, não sendo lícito a ninguém iludir-se mais sobre o pleito em que audazmente entravam os saudosos do Império, francamente em armas.

[...] Não há quem a esta hora não compreenda que o monarquismo revolucionário quer destruir com a República a unidade do Brasil. (Gazeta de Notícias apud CUNHA, 2009, p. 324)

A tragédia de 3 de março, em que juntamente com o Moreira César perderam a vida o ilustre coronel Tamarindo e tantos outros oficiais briosíssimos do nosso Exército, foi a confirmação de quanto o partido monarquista à sombra da tolerância do poder público, e graças até aos seus involuntários alentos, tem crescido em audácia e força. (O País apud CUNHA 2009, p. 324)

O jornal **O Estado de São Paulo**, por sua vez, faz a seguinte afirmação: “Trata-se da restauração; conspira-se; forma-se o exército imperialista. O mal é grande; que o remédio corra parrelhas com o mal. A monarquia arma-se? Que o presidente chame às armas os republicanos” (O Estado de São Paulo, apud CUNHA 2009, p. 324).

Tais publicações, aliadas a tantas outras que surgiam pelo país, concorriam, de forma convincente, para que a população internalizasse o discurso de vingança, não somente contra Canudos, mas, contra todos aqueles que deixassem transparecer qualquer ato de simpatia aos ideais monárquicos:

No dia 8 de março, por volta das 17 horas, após o término de mais uma grande mobilização de protesto, as oficinas dos jornais *Gazeta da tarde*, *Liberdade* e *Apóstolo*, todos identificados com as ideias monárquicas, foram invadidas, saqueadas, incendiadas e seus proprietários perseguidos. Após esses empastelamentos, a massa furiosa se dirigiu à residência do coronel Gentil de Castro, proprietário da *Gazeta da tarde* e administrador do *Liberdade*, onde depredaram todas as suas instalações. Como o líder monarquista não se encontrava em casa, a massa recuou. Logo correu a notícia de que Gentil de Castro se preparava para deixar a cidade rumo a Petrópolis. Os manifestantes, incontinenti, se dirigiram para a estação de S. Francisco Xavier, onde gentil foi localizado e assassinado brutalmente (ARRUDA, 2006, p. 222).

Essa tensa atmosfera político-militar que envolvia o país, àquela época, gerada pelas sucessivas derrotas que o Exército acumulava contra Antônio Conselheiro, também é descrita numa carta de Joaquim Nabuco<sup>47</sup> a André Rebouças<sup>48</sup>:

Estamos outra vez neste desgraçado país sob o terror jacobino. Os monarquistas desapareceram da cidade por não se encontrarem com a

<sup>47</sup>Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo nasceu em Recife, Pernambuco, no dia 19 de agosto de 1849. Filho de José Tomás Nabuco de Araújo e de Ana Benigna de Sá Barreto, Joaquim foi um político, diplomata, advogado e historiador brasileiro. Foi o mais importante e o mais popular dos abolicionistas. Foi nomeado para a cadeira nº. 27 da Academia Brasileira de Letras.

<sup>48</sup> André Pinto Rebouças nasceu na cidade de Cachoeira – Bahia, em 13 de janeiro de 1838. Filho de Antônio Pereira Rebouças e Carolina Pinto Rebouças, foi o primeiro engenheiro negro a se formar pela Escola Militar e um dos mais ativos militantes do movimento abolicionista brasileiros. Rebouças faleceu na Ilha da Madeira-Portugal, no dia 9 de maio de 1898.

masorca Tiradentes, com *les bandes de massacreurs* que lincharam o pobre Gentil de Castro no trem de Petrópolis. [...] Os monarquistas que nada tiveram com o Antônio Conselheiro, que não são culpados do pânico da tropa nem de sua incapacidade para tomar um lugarejo defendido por fanáticos quase sem armamento, foram logo responsabilizados por tudo! [...] A nossa condição aqui é esta; ao menor contratempo da república, a cada inépcia que ela comete, asneira que faz ou que lhe sai mal sucedida soltam o grito de mata monarquista! E a rua do ouvidor (hoje Moreira César!) enche-se de ‘sans-culottes’ prontos para qualquer “serviço”. (VILLA, 1995, p. 165)

Para os simpatizantes do florianismo, associar o movimento de Canudos à restauração monárquica lhes era totalmente conveniente, uma vez que não se constatava outra iniciativa que, armada, justificasse a atuação do Exército em seu enfrentamento, tanto que Glicério afirmava, segundo Moniz (1987, p. 170), que “[...] veio a talhe de foice o negócio de Canudos”, ou seja, era nítida a intenção de certo grupo militar, ligado ao florianismo, em utilizar-se, politicamente, do massacre dos sertanejos do arraial do Belo Monte pelo Exército, na queda da ordem civil. Nessa perspectiva, o historiador Edmundo Moniz (1987, p. 170) assevera que:

Todas as vezes que se procura afastar o Exército de seus deveres constitucionais, levando-o a sair dos quartéis para participar na política, ele corre o risco de ser manobrado por uma facção minoritária, mas ativa e agressiva, que tenta ou que se apossa dos comandos, desviando-o de seus objetivos específicos. Nestas circunstâncias, inevitavelmente, alguns setores do exército entram em conflito com a nação e o povo. Foi o que aconteceu em Canudos. O grupo florianista tentou envolver o exército numa luta inglória que tinha como explícita finalidade a derrocada da ordem civil e constitucional.

Sendo assim, todo e qualquer argumento que pudesse assediar o governo de Prudente de Moraes a empreender solução definitiva sobre Canudos recebia destaque. Até as questões de ordem econômica, como a queda dos fundos brasileiros no exterior e a dificuldade de entrada de capital europeu no Brasil, concorreram, por consequência, para aumentar a conta dos sertanejos canudenses, que lutavam pelo direito de viver.

[...] A monarchia [...] traicoeiramente, perfidamente, premeditou e armou a lucta, que, afinal, rebentou. [...] Terão a guerra. Mas não se limitará á morte dos sonhos de Canudos, á extinção da rebeldia dos fanáticos de Antônio Conselheiro, a obra de que a Republica e o Brasil carecem.

Ao descredito do governo, accrescentaram os monarchistas o descredito financeiro do Brasil. A empreitada indigna da desordem, a elles se deve e eil-a ahi, na constante baixa dos fundos brasileiros, na depreciação da moéda

nacional e nas dificuldades creadas á entrada dos capitaes européus pelas notícias alarmantes adrede espalhadas na Europa pelos comités restauradores, a provar que á Republica corre o dever de impedir que esses resultados já graves tomem maior vulto e acarretem uma situação insolúvel<sup>49</sup>.

Na Bahia a pressão dos militares sobre o governador Luiz Viana se intensificava cada vez mais. Munhoz de Góis comenta, em mais um dos seus apontamentos acerca da tensão que envolvia o Palácio da Vitória, sede do governo baiano, que:

[...] na noite (7 de março) de ontem para hoje não se dormiu no palácio e no Quartel-General. Ontem, pela manhã, o conselheiro Luiz Viana chamou suas ordenanças e, dando-lhe armas, disse-lhes que se o Palácio fosse atacado pelo 16º batalhão matassem somente os oficiais. O Palácio tem somente 50 praças e as 4 ordenanças bem armadas... Às 2 horas da madrugada chegou o comandante do 16º que acompanhava Moreira César. O capitão Sales é quem comunica a (Luiz) Viana os passos dos conspiradores. A correspondência foi ativíssima esta noite. (MONIZ, 1987, p. 166)

O governador Luiz Viana não se encontrava alheio ao eminente perigo que rondava tanto o seu governo quanto a sua vida. Contudo, as evidências de que ele reagiria veementemente a uma suposta tentativa de depô-lo, aliadas às articulações do Governo Federal em favor da manutenção do Governo Baiano, acalmaram a tensa situação envolvendo Luiz Viana e os militares.

Por ter sido elevada à condição de “principal pretexto” dos florianistas que insistiam em associar os governos liberais àqueles que desejavam a volta da monarquia, a aniquilação de Canudos foi tratada como eminentemente necessária por Prudente de Moraes. Assim, a quarta expedição militar contra Antônio Conselheiro foi organizada, sendo o general Artur Oscar, comandante do 2º Distrito Militar, sediado em Recife, o escolhido para chefiá-la.

A tensão política, àquela época, alcançou níveis inimagináveis. O conceito de que “[...] bastava ser baiano para ser considerado monarquista e conselherista, portanto, inimigo da ordem republicana” (VILLA, 1995, p. 166) foi reproduzido de modo literal pelos militares que chegavam a Salvador para compor a expedição de Artur Oscar. Estes passaram a cometer inúmeros e lamentáveis atos de violência contra a população soteropolitana, ao desembarcarem na capital baiana, conforme nos relata Milton (2010, p. 97-98).

---

<sup>49</sup> O Estado de São Paulo. São Paulo: SP, p. 1, 11 de mar. de 1897. Disponível através no link: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18970311-6691-nac-0001-999-1-not/busca/monarchistas%20>. Acesso em: 18/07/2019

As praças, que passavam pela cidade de Salvador, de viagem para o sertão, cometiam verdadeiros desmandos, perturbando a ordem pública, levando o susto e o terror à população inteira, que aliás devia se reputar garantida com a disciplina e patriotismo do exército brasileiro.

A imprensa arquivou muitas provas da incorreção, com que grande parte da força expedicionária procedeu, enquanto se demorou na capital da Bahia. Conflitos com os soldados de polícia, assaltos a bondes, invasão de casas particulares, agressões a pessoas inermes, violência contra hoteleiros e vendilhões, desacato a senhoras indefesas, eis aí – numa síntese muito rápida – os frutos da prevenção infundada, com que desembarcou em terra digna de acatamento e de amor a quarta expedição contra Canudos.

Apesar de, conforme citado acima, a imprensa ter deixado de publicar muitas evidências que comprovariam o lamentável comportamento daqueles que, num plano interno, deveriam garantir “a lei e a ordem” no país, houve um jornal baiano que ousou registrar uma nota de repúdio aos vergonhosos atos praticados por alguns componentes do Exército Brasileiro, os quais seguiam para Canudos, no intuito de “restabelecer a paz nos sertões baianos”. E pela importância do protesto contido na referida gazeta baiana, transcrevê-lo-ei, a seguir:

Menos correto tem sido o procedimento de diversas praças dos batalhões recentemente chegados a esta capital, com destino a Canudos.

Na melindrosa emergência em que nos achamos, quiséramos só ter palavras de merecido elogio para enaltecer o comprovado valor do soldado brasileiro; acima, porém, dos nossos desejos está a compenetração do dever, que nos manda dirigir daqui solene apelo, em nome da própria disciplina do exército e da pacífica população desta capital.

No solo sagrado da pátria somos irmãos pelos vínculos da nacionalidade, e pelo gozo das garantias, que desfrutamos à sombra protetora da Constituição republicana; e nenhum motivo há para que hostilidades venham sobressaltar o espírito público, tornando suspeita à confiança popular a correção desse exército armado para defesa da pátria.

A farda jamais excluiu a bondade e a justiça, a polidez e obediência às leis, a elevação de sentimentos e a dignidade de caráter...

A Bahia não é uma população vencida, e pelo seu passado, pelo seu honroso presente, pela sua fidelidade à Constituição jurada, não é merecedora de semelhantes represálias, indignas na pessoa do adversário, quanto mais no seio de uma população ordeira, donde saíram os defensores da pátria, aquelas legiões de Alcides que, nos campos sanguinosos do Paraguai, *se tomaram, foi no chão da História*. Ela soube sempre, garbosa e entusiástica, pagar o seu tributo de sangue; ela jamais olvidou glorificar a memória dos heróis sacrificados nas aras da pátria; e ainda agora ela não recusa sacrifícios em prol das instituições republicanas.

Que o soldado brasileiro, dignificando a classe, também honre o nome da Bahia, não perturbando-lhe a paz em que alicerça as suas crenças democráticas. (A **Bahia**, nº 353, de 26 de março de 1897 apud MILTON, 2010, p. 98-99, grifos do autor)

O Exército já havia amargado três derrotas consecutivas contra Antônio Conselheiro, assim, cabia a Artur Oscar eliminar de vez com aquele problema que causava imensurável constrangimento às tropas federais. Certamente, de posse desse entendimento, Artur Oscar, ao desembarcar em Queimadas, no dia 21 de março de 1897, logo buscou se munir de informações acerca dos conselheiristas e suas táticas de enfrentamento, das condições das regiões onde haveria de empreender combate, das possíveis rotas alternativas para alcançar Canudos e de tantas outras informações julgadas importantes para obter vitória contra Antônio Conselheiro.

Nesse sentido, Artur Oscar adere à estratégia de ataque pensada inicialmente, pelo general Frederico Solon, dividindo a expedição em duas colunas, colocando a primeira sob a direção do general João da Silva Barbosa, com a qual viajava o próprio Artur Oscar, partindo rumo a Canudos pela estrada de Monte Santo, e a segunda comandada pelo general Cláudio do Amaral Savaget, o qual, partindo de Aracajú, avançaria em direção a Canudos pela estrada de Jeremoabo. Essas duas colunas, segundo Arruda (2006, p. 224), totalizaram “[...] um contingente de 6.581 homens, sendo 421 oficiais e 6.160 praças, incluindo os remanescentes da terceira expedição”.

Entretanto, mesmo possuindo os recursos financeiros, os quais foram disponibilizados pelo governo para esta missão, o general Artur Oscar não conseguia fornecedores que pudessem suprir as necessidades da tropa que se encontrava sob seu comando, ali mesmo, em Queimadas, e em todo o trajeto até a comunidade canudense. Galvão (2001, p. 85) entende que essa situação se dava, porque “[...] as feiras semanais, ao longo do trajeto, que ofereciam víveres e animais, se esvaziaram ante a suspeita de um possível recrutamento [...]”. Essa dificuldade concorreria contundentemente, para o mal desempenho da quarta expedição, assim como aconteceu com as expedições anteriores, sob o comando do major Febrônio de Brito e do coronel Moreira César.

A resistência dos terrenos acidentados, do sol causticante, dos cactos e das bromeliáceas se somava, harmoniosamente, à resistência conselheirista. Contudo, Artur Oscar, mesmo não conseguindo resolver satisfatoriamente as muitas questões logísticas que surgiam, parte com sua expedição, rumo a Canudos alcançando o local, por eles denominado de Alto da Favela<sup>50</sup>, em 27 de junho de 1897, data anteriormente combinada entre os comandantes das

---

<sup>50</sup> Este local recebeu esse nome devido a uma planta que era abundante ali. Galvão (2001, p. 89) comenta que “De volta ao Rio, as tropas receberiam permissão para edificar seus barracos nos morros desertos da cidade, ao primeiro dos quais dariam o nome de Morro da Favela, em lembrança do outro. Dali, o topônimo novamente se tornaria substantivo comum, mas mudando de significado, para designar todo tipo de aglomeração urbana de caráter precário”.

duas colunas para o assalto final a Canudos. Este local ficava distante cerca de 1200 metros do centro do arraial do Belo Monte. Essa posição, apesar de ser favorável aos disparos dos canhões, não permitia, contudo, que a tropa avançasse, uma vez que os conselheiristas a cercaram, desferindo intenso fogo, diuturnamente, contra os militares, tornando a defesa da tropa totalmente vulnerável, ao ponto do general Artur Oscar solicitar socorro à segunda coluna, comandada pelo general Savaget. Galvão (2001, p. 90, 91) associa essa questão da vulnerabilidade da tropa ao:

[...] equívoco gerado pela divergência de estratégias. Enquanto os canudenses se engajavam em táticas de guerrilha, o exército respondia com táticas de guerra convencional, mesmo porque não conhecia outras: avançar em esquadrões organizados, dar cargas de baioneta, fazer assaltos de cavalaria. Os canudenses, comportando-se como guerrilheiros e não como soldados de um exército formal, fustigavam sem cessar o adversário, mas não se deixavam ver: escondidos em cima de árvores, em buracos no chão, rastejando por baixo dos entrançados de macambira, utilizavam até o truque dos índios de cobrir-se com galhos de folhagens e avançar sobre essa cobertura. Raramente se ofereciam como alvo ou ficavam parados em um só lugar: atiravam de vários pontos, saltando e correndo de um para outro, tornando impossível alvejá-los e multiplicando ilusoriamente seu número.

De fato, o Exército havia empunhado combate contra um adversário que ele desconhecia totalmente, e pior, subestimava-o, em diversos aspectos, os quais variavam desde a sua eficiência estratégica no combate, à motivação que o impulsionava a lutar, o que fazia, aliás, a despeito da desproporção bélica, com espantoso destemor, sem jamais recuar. Para os conselheiristas, enfrentar o Exército jamais foi uma opção – era a única. Por isso é possível assimilarmos que grande parte do sucesso das estratégias empunhadas por eles se deve, indubitavelmente, à motivação que os impulsionava ao combate: defender a própria vida. A narrativa da Guerra de Canudos contém diversos relatos onde o destemor, com a qual os conselheiristas lutavam recebem destaque. Como exemplo dessa afirmação, transcrevo uma cena registrada em Cunha (2000, p. 181):

[...] Ninguém o podia distinguir. Os tiros rápidos da Manulicher que sopeava, dispensando a pontaria para um alvo enorme, caíam, repetidos, numerosíssimos, em cheio, dentro das fileiras. Era uma fuzilaria tenaz, impetuosa, mortífera, formidável, jogando em terra pelotões inteiros e feita por um único homem. Os soldados, estonteados, atiravam ao acaso, na direção provável dos tiros do maldito: uma saraivada de balas passava rugindo pela galhada do umbuzeiro; o atirador sinistro e nunca percebido abaixava apenas a cabeça e passada a onda de balas, continuava, de cócoras no fundo da trincheira, a tarefa espantosa.

Os melhores binóculos não o distinguiam: agachado na cova, olhando segundo uma tangente à borda do fosso terrível e atirando, atirando, atirando sempre, despiadado, terrível, demoníaco, num duelo de morte contra mil homens!

Ainda lá estão as cápsulas detonadas. Contei 361.

Trezentos e sessenta e um tiros deu aquele ente fantástico e talvez perdesse muito poucas balas.

E não morreu [...] (CUNHA, 2000, p. 181)

As estratégias de combate conselheiristas eram as mais diversas, inteligentes, originais, surpreendentes e inimagináveis possíveis. E foram essas estratégias, mesmo sob a acusação de serem covardes<sup>51</sup> ao adotá-las, que garantiram as diversas vitórias que eles obtiveram, sobre as tropas governamentais, antes da aniquilação que sofreriam em sua casa, no sertão baiano, por ousar sonhar com a libertação da extrema pobreza.

À medida que a guerra se intensificava, a linha de defesa do arraial do Belo Monte era fortificada pelos vários grupos de sertanejos que migravam de várias cidades baianas e até de outros estados. Esse movimento migratório para Canudos era tão intenso que alguns municípios nordestinos tiveram a sua população, praticamente, reduzida à metade. Alguns jornais, à época, cuidaram em divulgar inúmeras notícias que tratavam dessas migrações, a exemplo de **O Estado de São Paulo** (9 de setembro de 1897, apud ARRUDA, 2006, p. 241) o qual, dentre as muitas publicações registradas sobre o tema, afirma, em uma delas, que

[...] lugares remotos como Novo Mundo e Entre Rios, ficaram por assim dizer, desertos. As povoações relativamente mais próximas como Inambupe, Tucano e Cumbe perderam igualmente grande número de habitantes [...] sob uma atração irresistível, famílias inteiras mudaram-se para Canudos (O ESTADO DE SÃO PAULO, 09 de setembro de 1897, apud ARRUDA, 2006, p. 2410).

Ainda segundo o referido jornal, em edição do dia 14 de setembro de 1897, o maior envio de contingente para auxiliar Antônio Conselheiro se deu na cidade de “Queimadas, comarca de Bonfim, que em 1892 contava com cerca de 4.504 habitantes, em setembro de 1897, contava apenas três casas habitadas” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 14 de setembro de 1897 apud ARRUDA, 2006, p. 241). Essas informações revelam o nível de envolvimento do sertanejo com os ideais e a liderança de Antônio Conselheiro.

A quarta expedição seguia contabilizando inúmeras baixas. Moniz (2001, p. 86) afirma que, somente na batalha do dia 18 de julho, “Dos três mil e quinhentos soldados que partiram

---

<sup>51</sup> Galvão (2001, p. 91) comenta que o exército acusava os conselheiristas de covardes, por estes não enfrentarem a luta de “peito aberto”, escondendo-se em buracos e fossos.

para o assalto a Canudos, houve uma baixa de mil novecentos e quarenta”. Villa (1995, p. 192), por sua vez, nos informa que “[...] de 27 de junho a 18 de julho foram três mil homens colocados fora de combate [...]”. Com a expedição reduzida à metade e a derrota batendo à porta o general Arthur Oscar telegrafa ao então ministro da guerra, o marechal Carlos Machado Bittencourt<sup>52</sup>, em 23 de julho, solicitando o reforço de uma tropa de cinco mil soldados. Segundo Moniz (1987, p. 200), esse telegrama “Era a confissão oficial da derrota”.

Eis os termos da comunicação, segundo Milton (2010, p. 111):

Após minucioso reconhecimento hoje [23 de julho], constatei que ocupamos dois consideráveis núcleos de casas, dos cinco em que Canudos se divide, restando-nos ainda a maior e mais importante parte, onde se acham as igrejas nova e velha, sendo aquela o poderoso reduto central do inimigo. Declarou-me um jagunço, em depoimento que merece ser atendido, estarem as igrejas e as circunvizinhanças minadas com pólvora, pelo que não julgo prudente o assalto nessas condições. O sítio completo seria o aconselhado. Pessoal de que disponho é insuficiente. Tenho 2.600 homens para a luta, precisando ainda de 5.000.

Além da óbvia declaração de derrota, esse telegrama figura, também, como um documento que cumpre a função inequívoca de ressaltar a superioridade estratégica e combativa de Antônio Conselheiro e dos sertanejos que, junto a ele, compunham a defesa do arraial do Belo Monte, frente às forças do Exército. Portanto, aos que reproduzem o discurso de que as alcunhas de “fanáticos religiosos e loucos” definem Antônio Conselheiro e os seus seguidores, cabem ponderar acerca de como um senhor de sessenta e sete anos de idade, sem formação teórico-militar alguma, liderou milhares de sertanejos nordestinos, numa luta contra o tão respeitado e conceituado Exército Brasileiro, dispondo de armamentos bélicos infinitamente desproporcionais, em qualidade e quantidade, aos do seu inimigo, conseguiu resistir a uma guerra por quase um ano, desbaratando três expedições e, certamente teria desbaratado a quarta se não fosse o grande reforço recebido, registrando, assim, ao longo desse tempo a maioria das vitórias, reconhecidas, inclusive, pelo seu inimigo, em documentos.

Além da grande baixa de soldados que acometia o exército, outros motivos concorriam para a eminente derrota da expedição do general Artur Oscar, dentre eles o recorrente problema da escassez de víveres que acometia, indiscriminadamente, todas as expedições que

---

<sup>52</sup> Após a demissão do então ministro da Guerra Francisco de Paula Argolo, em 17 de maio de 1897, em virtude de um desentendimento com o presidente Prudente de Moraes, que, durante uma reunião de gabinete, mostrou-se insatisfeito com sua atuação à frente do Ministério da Guerra, o marechal Carlos Machado Bittencourt foi designado para o cargo.

avançaram contra Canudos. Fazer chegar mantimentos para os soldados que combatiam em Canudos envolvia uma logística bastante complexa e perigosa: complexa porque era preciso se submeter a negociar com os sertanejos que, sendo simpáticos a Antônio Conselheiro, demonstravam certa indisposição em comercializar seus produtos com as tropas governo; perigosa porque quando conseguiam, por fim, negociar os víveres, precisavam enfrentar os conselheiristas, que,

[...] postados em certos pontos da estrada, no Rancho do Vigário, em Jueté e no Rosário, faziam-lhes todo mal possível, atacando-os de lugares e elevados, e bem ocultos. Procuravam estabelecer a confusão, atirando nos cargueiros e no gado, deixando antes passar a vanguarda; quando esta perseguia, confiante, eram o centro e retaguarda hostilizadas. Parava o comboio, e eram tomadas as disposições para a resistência. Os jagunços emudeciam e estava produzido o mal: o gado internado na catinga, cargueiros mortos e soldados feridos, enfim, a marcha consideravelmente atrasada.

Na estrada ficavam cangalhas, fardos, caixotes, etc., que os jagunços mais tarde ajuntavam e queimavam, sem que de coisa alguma se utilizassem, salvo as munições de guerra. Matavam o gado, e a carne abandonavam. O seu maior empenho consistia em enfraquecerem-nos os recursos. (MACEDO SOARES, 1985, p. 154)

Assim, segundo Macedo Soares (1985, p. 117), a solução encontrada pelos militares para saciarem a fome foi atacar os rebanhos de gado que vagavam nas proximidades, e invadir as diversas plantações que os canudenses mantinham nos arredores de Canudos, onde cultivavam “[...] milho, mandioca, feijão, batata doce e cana, [...] abóboras e melancias”, além de poderem contar com o umbuzeiro – “a árvore sagrada do sertão” (CUNHA, 2009, p. 57), “uma providencia no tempo da seca, pelo fruto agradável, além da batata na base do tronco, constituindo com a mangabeira e várias espécies de palmitos e coqueiros, entranhados no espinheiral, o celeiro dos jagunços” (MACEDO SOARES, 1985, p. 117).

Entretanto essas investidas contra o “celeiro” de Canudos jamais se deram sob anuência dos canudenses. Muito pelo contrário. Ao perceber que os soldados estavam saqueando os seus rebanhos e alimentos, os conselheiristas logo tratavam de protegê-los, utilizando estratégias para surpreender os soldados quando estes se aproximavam para surrupiá-los. Cunha (2009) descreve algumas dessas estratégias utilizadas pelos conselheiristas, nessas situações:

Acaroado com o chão, rente da barba a fecharia da espingarda e avançando de rastros, quedo e quedo entre as macegas, e fazendo a cada movimento tanger o cincerro que apresilhara ao próprio pescoço, via-se, ao invés da

cabra, o cabreiro feroz. A caça caçava o caçador. Este, inexperto, caía, geralmente abatido por um tiro seguro, a não ser que atirasse primeiro sobre o vulto lobrigado ao último momento.

Outras vezes ante um grupo de famintos aparecia, num reveso de colina, uma mangueira fechada. Dentro, alguns bois, presos. Eram um chamariz ardilosamente disposto: e o cercado uma arapuca grande. Ante a imprevista descoberta, porém, mal desfechavam, aqueles, olhos indagadores em roda. Transpunham num pulo as cercas do curral. Arremetiam com os bois, abatendo-os a tiro ou jugando-os à faca... e espalhavam-se, tontos, alarmados, batidos de descargas envolventes, partidas das esperas, adrede predispostas aos lados...

No acampamento ouviam-se muitas vezes tiroteios nutridos e longos, com ecos de combates. (CUNHA, 2009, p. 387-388)

O marechal Bittencourt, ministro da guerra, havia enviado à Bahia, à revelia do general Artur Oscar, uma brigada composta por 1110 militares, comandados pelo general Miguel Maria Girard, que desembarcou na capital baiana em 18 de julho. Arruda (2006, p. 251) salienta que as comunicações entre o comandante Artur Oscar e as autoridades federais não mais se efetivavam desde o mês de abril, como parte da conhecida estratégia política adotada pelos florianistas, a qual consistia em vencer a guerra e retornar portando força política capaz de derrubar o governador Luiz Viana e o presidente da República, Prudente de Moraes, assumindo, assim, o comando político do país. Por isso, somente cinco dias após a brigada Girard ter chegado à Bahia é que o marechal Bittencourt recebe o pedido de socorro contido no telegrama de Artur Oscar e atenta para o fato de que a situação é bem mais complexa do que ele imaginava. Assim, além de enviar um novo reforço de 3.670 militares, ele decide se deslocar para o sertão da Bahia, para poder acompanhar de perto toda a situação.

Após sucessivas pejejas com os conselheiristas a brigada Girard alcançou Canudos em 15 de agosto, com cerca de oitocentos homens. Artur Oscar entendia que, para a operação final contra Antônio Conselheiro e seus combatentes lograr êxito seria necessário cerca de 6.000 homens, assim, cuidou em aguardar a chegada dos demais militares para alcançar o tal quantitativo. Durante esse período de espera, algumas ações foram determinadas pelos oficiais que cuidavam em organizar o confronto final contra Canudos, dentre elas a remoção do canhão *Withworth 32*<sup>53</sup> do Morro da Favela para um local considerado mais estratégico para o bombardeio ao arraial (ARRUDA, 2006, p. 259). Desse novo local escolhido, para infelicidade dos conselheiristas, foi ordenado dois disparos em direção à igreja nova, os quais

---

<sup>53</sup> O *Withworth 32*, apelidado pelos sertanejos de “matadeira”, era um artefato de uso da Marinha do Brasil, que acabou incluído no rol de armamentos destinados à guerra de Canudos. Pesando cerca de 1700 Kg, precisava de 20 juntas de bois para ser puxado.

atingindo, em cheio, o seu campanário fez cair o seu sino, emudecendo-o. Era o vaticínio acerca do que estava prestes a acontecer com Antônio Conselheiro e os canudenses, uma vez que desse momento em diante a destruição total do arraial do Belo Monte se tornara iminente.

Alguns dias depois, em 6 de setembro de 1897, um ataque ainda mais terrível se deu contra a igreja nova, destruindo as suas torres e parte das suas paredes laterais. Foram cerca de 6 horas de bombardeio ininterrupto, onde, em média, 700 tiros de canhão puseram fim àquela considerada a fortaleza-templo de Canudos. Esse ataque enfraqueceu o sistema de defesa do arraial, pois os conselheiristas não mais poderiam contar com a utilização estratégica desse local na defesa da sua comunidade.

Em um novo ataque, no dia 7 de setembro, os militares conquistaram a Fazenda Velha, local estratégico para posicionar a artilharia sobre a comunidade. Nessa mesma data chegava a Monte Santo o ministro da guerra, marechal Bittencourt, o qual não se demorou em empreender os esforços que julgou necessários para organizar todas as operações imprescindíveis ao sucesso da operação militar, em especial a instalação de hospitais e enfermarias de emergência em Monte Santo e Queimadas e melhorias no sistema de abastecimento da tropa em campo. De fato, a chegada do marechal Bittencourt, aliada às últimas manobras militares em Canudos, traria contornos peremptórios à guerra nos sertões baianos.

Com a ocupação da Fazenda Velha, e, posteriormente das estradas do Cambaio e Calumbi o cerco ao Belo Monte estava se fechando. Assim, já contando com grande parte do reforço militar que havia sido enviado pelo ministro da guerra, o cerco a Canudos se completa no dia 24 de setembro, quando a tropa, após intensa resistência conselheirista, toma a estrada de Uauá. Desse momento em diante, as dificuldades enfrentadas por Antônio Conselheiro se ampliaram bastante, pois as tropas do governo controlavam todos os acessos à comunidade, impedindo os canudenses de ter acesso às suas aguadas, às plantações, aos reforços dos sertanejos que vinham ajudar na defesa do arraial, e, a todos esses entraves se somavam as ausências de alguns dos seus mais valerosos guerreiros, como João Abade e Pageú, os quais haviam tombado em combate, e também Vila Nova que havia saído em busca de reforços, e se “[...] regressou foi para assistir de longe, imobilizado, a ocupação e o incêndio de Canudos (MONIZ, 1987, p. 237). Entretanto, conforme os relatos registram, Antônio Conselheiro reagiria até a morte. Jamais se entregaria. Contudo, agora

[...] via-se quase só para dirigir a campanha. Tinha de sair do santuário para traçar os planos de ataque e defesa. Percorria as trincheiras a fim de reanimar

os combatentes e não deixá-los fraquejar. Permanecendo de sobreaviso dia e noite, mal restava-lhe tempo para comer e dormir. Recaiá sobre ele todo o peso da defesa e do abastecimento da cidade sitiada (MONIZ, 1987, p. 237).

Nessa perspectiva, há um relato, registrado pelo tenente Henrique Duque-Estrada de Macedo Soares, em **A Guerra de Canudos** (1985), onde ele, enquanto oficial que combateu na Guerra de Canudos, nos revela um fato inusitado, que julgo pertinente transcrevê-lo aqui:

Pelas duas horas da tarde, o sol a pino e o calor fortíssimo, todos procuravam se abrigar dos seus efeitos: o narrador, atento, observando a latada e o santuário, em certo momento viu surgir um homem do meio d'umas casas, entre aqueles dois pontos; expunha-se á morte eminente. Contudo, adiantou-se em direção à vasta praça, andando sempre com lentidão, apoiado em comprido cajado, cujo ápice afetava forma de báculo. Um grupo de fanáticos apareceu a sua retaguarda, fazendo gestos desesperados, sinais para que voltasse, produzindo-se por fim grande reboiço, vendo-se também mulheres gritando e gesticulando como horrorizadas.

O homem, visivelmente um velho, não atendeu ao desespero dos jagunços; continuou a marcha. Era de estatura mediana; trajava comprida túnica duma fazenda escura. Os cabelos e barbas fartas e crescidas. A cabeça, trazia descoberta.

Adiantou-se ate o meio da praça: parou e fitou a linha avançada, numa distancia quando muito de 60 metros. Depois, com o bordão traçou no terreno e com larga movimentação de braços, diversos sinais. Olhou mais uma vez para a linha e sobre ela avançou.

O narrador, intrigadíssimo com aquilo, enviou sem tardança uma praça ao tenente-coronel Dantas Barreto, expondo-lhe o que ocorria. Mais um minuto e o velho mudou de rumo, e, lentamente embrenhou-se num amontoado de casas, uns 15 ou 20 metros distante da linha, no seu prolongamento, passando ai rente. O soldado, passado meia hora, voltou, tendo dado o recado.

Das trincheiras, ninguém vira o homem; si não, tê-lo-iam morto. E, era o *Conselheiro!* (MACEDO SOARES, 1985, p. 166, grifo do autor)

A pertinência da transcrição desse relato reside em expor a intrepidez do líder do Belo Monte, a qual revela o destemor do sertanejo face à necessidade de lutar pelos seus ideais. Tal atitude se mostra tão intrigante para o oficial que o observa, que este teme desferir-lhe um tiro. Antes comunica tal situação ao seu superior hierárquico, clamando por orientação acerca do que fazer.

Foi com essa mesma intrepidez, relatada, acima, que Antônio Conselheiro conduziu a liderança do Belo Monte, mesmo diante de uma cidade cercada, cerceada e impiedosamente bombardeada pelas armas e pelo ódio daqueles que assimilavam Canudos – um movimento social pela terra e pela vida – equivocadamente, reprimindo-o com ações truculentas

inimagináveis, as quais contrastavam, inclusive, com certos ideais do regime recém implantado no país que, ora, argumentavam defender.

O imensurável peso das responsabilidades que acumuladamente repousavam sobre os ombros de Antônio Conselheiro se não concorreu para gerar, certamente agravou-lhe a enfermidade que fazia o líder do arraial do Belo Monte desfalecer em náuseas. Esta, associada a um provável ferimento em sua coxa, causado por estilhaços de granada, poucos dias atrás, conduzia-o ao perecimento, em meio aos escombros da cidade erguida com varas entrecruzadas, barro, folhas de icó e inigualável consciência social. E era dia 22 de setembro de 1897, quando os seus olhos cerraram.

Paralelo ao luto pela morte do seu líder, os canudenses cuidaram em intensificar as ofensivas contra as forças militares, visto que, conforme lhes era sabido, não teriam destino diverso, caso decidissem se render, senão a degola.

O Belo Monte era o fruto da tomada de consciência daquele povo que, historicamente, sempre foi oprimido, e, a partir do discurso de Antônio Conselheiro decidiram se fazer livres. Assim, os embates continuaram a acontecer, deixando seu tenebroso saldo. Macedo Soares (1985, p. 202, 203) descreve algumas terríveis cenas que norteiam a situação em que Canudos se encontrava:

Divisavam-se nas ruas e nas casas do inimigo e nas longas valas onde se ocultava, montes de cadáveres. Feridos, ainda se agitando nos estertores da agonia, as armas ao lado, inda quentes do frenético tiroteio. Mortos, de ambos os lados, abraçados, caídos numa luta selvagem, a golpes de sabre e de facão, banhados no mesmo sangue. Crianças, algumas ainda se amamentando, sobre o peito quente das mães, também morrendo com os crânios varados a bala, os ventres rasgados a baionetadas. Ninguém pediu misericórdia e ninguém lha concederia. O que passasse ao alcance das carabinas, ou da arma branca, caía vitimado.

Entretanto, no dia 2 de outubro a ação inusitada de alguns conselheiristas deixou o Exército em estado de alerta. Antônio Beato, “o Beatinho” tentaria negociar com Artur Oscar a possível rendição de alguns conselheiristas. Essa atitude de Beatinho, entretanto, foi percebida com certa desconfiança pelos militares, fato que ficaria, inclusive, registrado como uma possível ação estratégica: “Consumado diplomata, do mesmo passo poupava às chamas e às balas tantos entes miserandos e aliviara o resto dos companheiros daqueles trambolhos prejudiciais” (CUNHA, 2009, p. 527). Uma hora após ter retornado ao arraial para informar aos conselheiristas acerca da conversa que teve com o general Artur Oscar, Antônio Beato

retornou para o campo inimigo trazendo consigo cerca de trezentas mulheres, crianças e velhos inválidos, para, junto com ele, se entregarem.

As tropas militares seguiram avançando sobre o arraial, exterminando toda a resistência conselherista que, heroicamente não cedia. E, em 5 de outubro de 1897, Canudos foi totalmente aniquilada. Nas palavras do jornalista-escritor Euclides da Cunha,

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente 5 mil soldados (CUNHA, 2009, p. 532).

Entretanto, a total aniquilação do arraial do Belo Monte não se mostrava plena àqueles que a efetuaram - era preciso desvendar o paradeiro de Antônio Conselheiro e alçar sua cabeça a troféu da República. Isso fica evidenciado quando o ministro da guerra, Marechal Bittencourt, o qual ainda se encontrava em Monte Santo, telegrafa ao presidente Prudente de Moraes, para informá-lo, acerca da vitória das tropas federais sobre Antônio Conselheiro e os canudenses, em dois telegramas, consecutivos, nos termos abaixo:

6 de outubro de 1897 – Tenho o prazer de comunicar a v. ex. que agora, 7 ½ horas da manhã, acabo de receber ofício do general Artur Oscar participando-me – que ontem às 4 horas da tarde, a cidadela de Canudos caiu definitivamente em nosso poder, e que os pormenores virão depois. Neste momento despacho um próprio, exigindo que o mesmo general me declare o que é feito de Antônio Conselheiro. Cordiais saudações – M. Bittencourt, ministro da Guerra” (MILTON, 2010, p. 133).

Monte Santo, 7 de outubro de 1897 – Urgentíssimo – Sr. Presidente da República – Parabéns a v. ex. e à república. Recebi agora ofício do general A. Oscar participando – que ontem foi reconhecida a identidade da pessoa de Antônio Conselheiro, no cadáver encontrado no santuário, o qual demonstra ter Conselheiro falecido há 15 dias. De tudo se lavrará um auto em Canudos, sendo o cadáver fotografado. Cordiais saudações. – M. Bitencourt.” (MILTON, 2010, p. 133).

Prudente de Moraes respondeu aos telegramas do ministro da guerra, nos termos abaixo, transcritos:

Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1897 – Ministro da Guerra.  
Monte Santo – A notícia da tomada de Canudos e da confirmação da morte de Antônio Conselheiro foi recebida com gerais aplausos pelo Governo e

população que, em suas manifestações de regozijo, aclama com expansiva alegria o exército nacional. Peço a v. ex. que transmita ao general Artur Oscar e às forças do seu comando minhas cordiais congratulações pela terminação dessa campanha excepcional, de modo tão honroso para a República quanto glorioso para o exército nacional, que, através de tantos sacrifícios, acaba de escrever mais uma página brilhante para a nossa História. Parabéns a V. Ex. a quem saúdo cordialmente.  
– Prudente de Moraes. (MILTON, 2010, p. 134).

Eis a celebração dos “vencedores”!

Milhares de homens, mulheres e crianças, brasileiros que perderam as suas vidas porque ousaram sonhar em libertarem-se dos cruéis ditames do poder, tem o trágico final da sua existência anunciado prazerosamente, entre “parabéns e aplausos”!

## 5 A AÇÃO DO COMITÊ PATRIÓTICO DA BAHIA

Os crimes contra Canudos não se limitaram à aniquilação dos seus moradores, do seu arraial e do vilipêndio do cadáver de Antônio Conselheiro. Há que se questionar ainda acerca de qual destino contemplou os prisioneiros da guerra, principalmente as crianças e as mulheres, visto que a maioria dos homens, até mesmo os que se renderam, como Antônio Beatinho<sup>54</sup> e tantos outros, foi submetida ao horrendo ritual da degola, chancelado pelo então ministro da guerra, marechal Bittencourt. Nesse sentido, há um valiosíssimo documento, intitulado **Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia** (1897-1901) que nos traz preciosas informações.

Coordenado pelo jornalista Lélis Piedade<sup>55</sup>, o trabalho desse comitê, formado por representantes dos mais diversos e influentes setores da sociedade baiana, os quais apreendiam como justa e imprescindível a ação do Governo Federal sobre os sertanejos, restringia-se, em princípio, a prestar auxílio às famílias dos soldados que haviam perdido as suas vidas na guerra ou aos que, por conta dela, se encontravam incapacitados. Entretanto, o referido comitê passou a incorporar nova e nobre função, quando este, ao se deslocar para as localidades interioranas que compunham o tenebroso circuito da guerra, pôde analisar os fatos, observando o “outro lado da história”. Assim, como fruto dessa nova percepção, é iniciado um programa de proteção aos tão desgraçadamente desamparados prisioneiros da guerra de Canudos, cuja saga amargava capítulos tão lastimáveis quanto os dos seus irmãos e irmãs que foram consumidos, a ferro e fogo, no arraial do Belo Monte.

O relatório do trabalho realizado pelo Comitê Patriótico nos revela as mais diversas humilhações, violências, atrocidades e degradações que os prisioneiros, em sua maioria mulheres e crianças, foram submetidos:

[...] evitando a uns a morte pela falta de conforto e à míngua de recursos, a outros a verdadeira escravidão em que se achavam e, porventura, a prostituição no futuro: e, é para lamentar que só tardiamente, com sói acontecer, chegassem ao conhecimento do Comitê patriótico, a prática condenável de certos abusos e o estado de verdadeira miséria e abandono em que se achavam as desgraçadas prisioneiras de Canudos muitas das quais mortas de inanição, sem que uma só alma caridosa lhes procurasse salvar a

<sup>54</sup> Conforme afirma Villa (1995, p. 208), “Antônio Beatinho foi degolado às 8 horas da noite do dia 3 com mais dezessete prisioneiros, na primeira turma de degolados entre os que se entregaram no dia anterior”.

<sup>55</sup> Amaro Lélis Piedade era farmacêutico e jornalista, tendo trabalhado no Diário de Notícias e Jornal de Notícias. Registra-se, em Piedade (1897-1901, p. 28-29), que Lélis Piedade dedicou-se, incansavelmente, ao trabalho de minorar as dores e sofrimentos das vítimas da Guerra de Canudos, através da coordenação dos trabalhos do Comitê Patriótico da Bahia.

existência. Eram assim tratadas como entes vis e abjetos, indignos de toda a piedade e clemência. (PIEDADE, 1897-1901, p. 215).

Nesse documento há pouca citação sobre a situação dos homens que foram feitos prisioneiros, uma vez que a maioria deles, como se sabe, foi vitimada pela degola. Contudo, o documento faz breve citação, acerca de doze homens que se encontravam presos, na cadeia de Alagoinhas, os quais argumentavam, inclusive, terem sido detidos fora da comunidade canudense. O referido documento cita, ainda, que havia oito garotos menores de quatorze anos, que se encontravam trancafiados no cárcere daquela cidade.

Entretanto, às crianças e mulheres caberiam os relatos mais horrendos que se possa imaginar, praticados pelos “vencedores” da guerra e de todos aqueles que, de tal situação puderam tirar proveito, a exemplo do caso da garota Maria Domingues de Jesus, de 12 anos de idade, que foi brutalmente estuprada pelo soldado José Maria, do 25º batalhão de infantaria. Segundo o documento, Maria Domingues era órfã de pai, que morreu defendendo Canudos, e sua mãe, Alexandrina Marques das Virgens, prisioneira de guerra, se encontrava detida, ao que tudo indicava, na cidade de Salvador. Havia, ainda, muitas crianças que eram adquiridas para serem negociadas, “[...] tendo-se dado até o caso do tráfico vergonhoso da orfandade desvalida!” (PIEDADE, 1897-1901, p. 212), enquanto outras, mesmo feridas ou doentes, jamais chegaram a receber cuidado algum, chegando, muitas delas, a serem abandonadas à morte, pelos soldados, nos caminhos que se afastavam de Canudos.

Nas prisões, a situação em que as mulheres e as crianças foram submetidas era, deveras, excruciante:

“[...] todas as mulheres e crianças, mal alojadas, sujas, quase nuas e doentes, representavam o quadro pungentíssimo desse padecimento ignóbil que lhes havia, a todas, reservado a condição humilhante e miseranda de prisioneiras da guerra (PIEDADE, 1897-1901, p. 212)..

Além das prisões, algumas mulheres desditosas foram encontradas, segundo o relato do Comitê Patriótico, em muitos outros lugares que, não lhes oferecendo o mínimo de dignidade possível, servia-lhes, entretanto, como local de lamentações:

Em uma casa pequena de porta e duas janelas, infecta e, mais adiante, debaixo quase de um telheiro pestilento se achavam elas; a impressão que recebemos foi dolorosíssima, sendo para comover o desespero em que se estorciam estas pobres almas desgraçadas, sobretudo as desventuradas mães, que suplicavam, genuflexas e até à lagrima, pelos filhinhos arrancados

barbaramente aos seus carinhos. Quase escabujando, muitas se arrojaram aos nossos pés, ardendo pelo regresso ao seio de suas famílias e, então, nos julgando poderosos, gemiam os seus pedidos, apelando pela nossa bondade (PIEDADE, 1897-1901, p. 215).

O desumano destino das crianças, chancelado pelo governo, foi o de serem afastadas de suas famílias, sendo remetidas para “[...] vários pontos do Estado [...] como uma lembrança viva de Canudos ou como um presente, sem que parentes ou o Governo lhes conheça o paradeiro” (PIEDADE, 1897-1901, p. 212).

A despeito de todo o sofrimento em que se encontravam as mulheres e crianças feitas prisioneiras de guerra, os seus honrosos comportamentos justificaram uma menção que o Comitê Patriótico faz questão de registrar no relatório:

[...] nenhuma, dentre todas as prisioneiras, era mulher de má reputação ou de conduta irregular, notando-se-lhes bons costumes, hábitos de trabalho e depois o sentimento de honra e esse recato, que são o apanágio e a maior riqueza da família sertaneja. Púdicas, forçando posições para esconder com os andrajos a nudez da pele, vimos raparigas e mulheres, ocultando envergonhadas o rosto entre as mãos. Mesmo dentre as crianças não conseguimos observar gestos nem palavras reprovadas, assim como modos grosseiros, nem coisa alguma que lhes desabonasse a educação doméstica. Era digno de vê-las, partilhando os sofrimentos umas às outras e socorrendo-se mutuamente, dividir o que se lhes dava sem a menos sugestão. Testemunhamos a nobreza de algumas mulheres distribuir pequenas quantias, que traziam escondidas consigo, no sentido de melhorar o “rancho” às mais indigentes; quase todas as que tinham maior cópia de recursos também assim o procediam [...] (PIEDADE, 1897-1901, p. 216).

Esse trecho do documento, ao mostrar que, mesmo em meio ao terrível sofrimento que as acometia, todas as mulheres e crianças, sem exceção, conseguiam chamar a atenção pela ausência de conduta irregular entre elas, acaba por tonificar o entendimento de que Antônio Conselheiro velava pela manutenção da decência e da ordem entre os habitantes do Belo Monte, demonstrando, com isto, um zelo que, certamente, um “grande homem pelo avesso” jamais se dedicaria a tê-lo.

**O Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia** (1897-1901), além de conter vários outros relatos acerca da desventura que envolveu os prisioneiros da guerra de Canudos, figura como incontestável documento acerca da lamentável rejeição à brasilidade destes filhos da terra, praticada pelo governo.

## 6 ANTÔNIO CONSELHEIRO E AS PRÉDICAS DO BELO MONTE

O discurso histórico-literário oficial, com evidência a obra **Os Sertões**<sup>56</sup> (1902), de Euclides da Cunha, se debruçou em pontuar Antônio Conselheiro enquanto um indivíduo portador de uma perturbação psíquica tal, que o incapacitava assimilar os benefícios que o dito progresso republicano traria aos brasileiros.

De forma mais específica, no capítulo quatro, da segunda parte d'**Os Sertões**, intitulada “Antônio Conselheiro, documento vivo de Atavismo”, o autor não economiza tinta nem malevolência para descrever o líder do arraial do Belo Monte com as mais desfavoráveis adjetivações possíveis: “[...] falso apóstolo [...] documento raro de atavismo<sup>57</sup>”, “[...] gnóstico bronco [...] Paranóico<sup>58</sup> [...]”, “[...] anacoreta sombrio<sup>59</sup> [...]”, “[...] grande homem pelo avesso<sup>60</sup>[...]”, e tantas outras. Entretanto, tal representação, assim como a descrição da sua oratória, vulgarmente caracterizada como “bárbara e arrepiadora, [...] desconexa, abstrusa, [...] misto inextricável e confuso de conselhos dogmáticos, preceitos vulgares da moral cristã e de profecias esdrúxulas...” (CUNHA, 2009, p. 162), encontram contraposição na sua voz, presente na obra publicada pelo professor José Carlos de Ataliba Nogueira<sup>61</sup>, **Antônio Conselheiro e Canudos** (1997). Trata-se, a referida obra, de um caderno, contendo um conjunto de manuscritos<sup>62</sup> atribuídos a Antônio Conselheiro, o qual foi encontrado nas ruínas do arraial do Belo Monte, ao cabo do massacre. Esta obra, precedida por uma revisão histórica com comentários críticos, realizados pelo professor Ataliba Nogueira, além de registrar as interpretações de Antônio Conselheiro acerca de alguns textos bíblicos, pontua

<sup>56</sup> Segundo Calasans (1997, p. 11) a referida obra de Euclides da Cunha “[...] marcou época, tornando-se obra-prima da literatura nacional. Monopolizou a temática conselheirista. A partir de 1902, o estudo do episódio Canudos passou a ser exclusivamente feito via *Os Sertões*”.

<sup>57</sup> Cunha (2009, p. 145)

<sup>58</sup> Cunha (2009, p. 146)

<sup>59</sup> Cunha (2009, p. 156)

<sup>60</sup> Cunha (2009, p. 170)

<sup>61</sup> José Carlos de Ataliba Nogueira, filho de João de Ataliba Nogueira Júnior e de Alexandrina Loureiro de Ataliba Nogueira, nasceu em Campinas (SP) no dia 29 de maio de 1901. Ele foi jurista, político, professor e escritor. Por suas obras recebeu vários prêmios, dentre eles, segundo relato do seu neto José Ernesto Lima Gonçalves, registrado em Nogueira (1997, p. 10) “o Prêmio Jabuti e o da Academia de Letras pela publicação do seu livro ‘Antônio Conselheiro e Canudos’. Ataliba faleceu em São Paulo no dia 22 de outubro de 1983.

<sup>62</sup> Há ainda outro conjunto de manuscritos mais antigos, datados de 1895, atribuído a Antônio Conselheiro, intitulado: “Apontamentos dos Preceitos da Divina Lei de Nosso Senhor Jesus Christo, para a Salvação dos Homens”. Esse conjunto de manuscritos, o qual, segundo Nogueira (1997, p. 36) pertenceu ao senador Aloísio de Carvalho, professor da faculdade de Direito da Bahia, apesar de possuir aspectos, externo e interno, idênticos, não possui as mesmas prédicas do caderno editado e publicado por Ataliba Nogueira. Essa obra foi doada ao historiador José Calasans, o qual, por ocasião da fundação do Núcleo Sertão da Universidade Federal da Bahia, em 1983, doou-a, juntamente com outras obras que versavam sobre a temática canudense. Em 2017 esses manuscritos foram publicados pelo professor e pesquisador Pedro Lima Vasconcelos, sob o título de Antônio Conselheiro por Ele Mesmo.

sobre o seu pensamento filosófico e sociopolítico, possibilitando-nos, assim, compreender acerca de como pensava o líder canudense, o qual teve o seu discurso sistematicamente subjugado pela legitimação do discurso hegemônico.

A obra **Antônio Conselheiro e Canudos** foi, inicialmente, publicada em 1974 e republicada quatro anos depois. A edição que analisaremos, nesse estudo, é a terceira e última, publicada em 1997, por conta do centenário de Canudos (1897-1997). Trata-se, portanto, de uma edição comemorativa, a qual difere das duas primeiras pelo acréscimo de uma nota sobre o autor<sup>63</sup>, cartas<sup>64</sup> e um capítulo intitulado “A economia na vida dos canudenses<sup>65</sup>”.

Ataliba Nogueira assevera que “A obra manuscrita é autêntica e do punho do Conselheiro” (NOGUEIRA, 1997, p. 36). O autor cita, inclusive, um manuscrito de João Pondé<sup>66</sup>, médico que, além de ter participado da exumação do corpo de Antônio Conselheiro, teria recolhido o livro de uma caixa, em meio aos escombros do santuário onde este habitava:

No dia 5 de outubro de 1897, em que as tropas legais sob o comando do general Artur Oscar de Andrade Guimarães se asseveraram vitoriosa e decisivamente do arraial de Canudos, dando busca no lugar denominado Santuário, em que morou o célebre Antônio Conselheiro, foi este livro encontrado em uma velha caixa de madeira, por mim, que me achava como médico em comissão do governo estadual e que fiz parte da junta de peritos que no dia 6 exumou e reconheceu a identidade do cadáver do grande fanático.

Submetido ao testemunho de muitos conselheiristas, este livro foi reconhecido ser o mesmo que, em vida, acompanhava nos últimos dias a Antônio Maciel, o “Conselheiro”. Bahia, março de 1898, João Pondé. (NOGUEIRA, 1997, p. 22).

A autenticidade do manuscrito, o qual Nogueira (1997, p. 65) assegura que foi “[...] fielmente copiado”, encontra força, ainda, no fato de que, tanto a caligrafia quando as assinaturas contidas neles são idênticas às de “[...] duas cartas emolduradas e suspensas da

---

<sup>63</sup> Trata-se de uma nota intitulada: “Uma notícia sobre o autor, um paulista importante”, assinada por José Ernesto Lima Gonçalves, onde o mesmo, definindo-se enquanto neto de Ataliba Nogueira, emite alguns comentários sobre a vida do autor/avô.

<sup>64</sup> São cinco cartas endereçadas a Ataliba Nogueira, nas quais os autores, após terem recebido um exemplar do livro **Antônio Conselheiro e Canudos**, tecem alguns comentários, agradecendo e elogiando a referida obra.

<sup>65</sup> Apesar do título, esse capítulo versa sobre alguns outros assuntos, os quais, de certo modo, já foram referenciados, ao longo do texto. Daí a certeza de que provocar quaisquer discussões sobre o mesmo incidiria em redundância.

<sup>66</sup> O Dr. João de Souza Pondé (1874-1934), pertencente a uma das antigas e ilustres famílias da Bahia, nasceu na vila de Itapicuru de Cima, onde, ainda criança, beijou a mão de Antônio Conselheiro. Ocupou elevados cargos e foi professor da Faculdade de Medicina da Bahia. (NOGUEIRA, 1997)

parede, no instituto Geográfico e Histórico da Bahia” (NOGUEIRA, 1997, p. 36) atribuídas ao líder do arraial do Belo Monte.

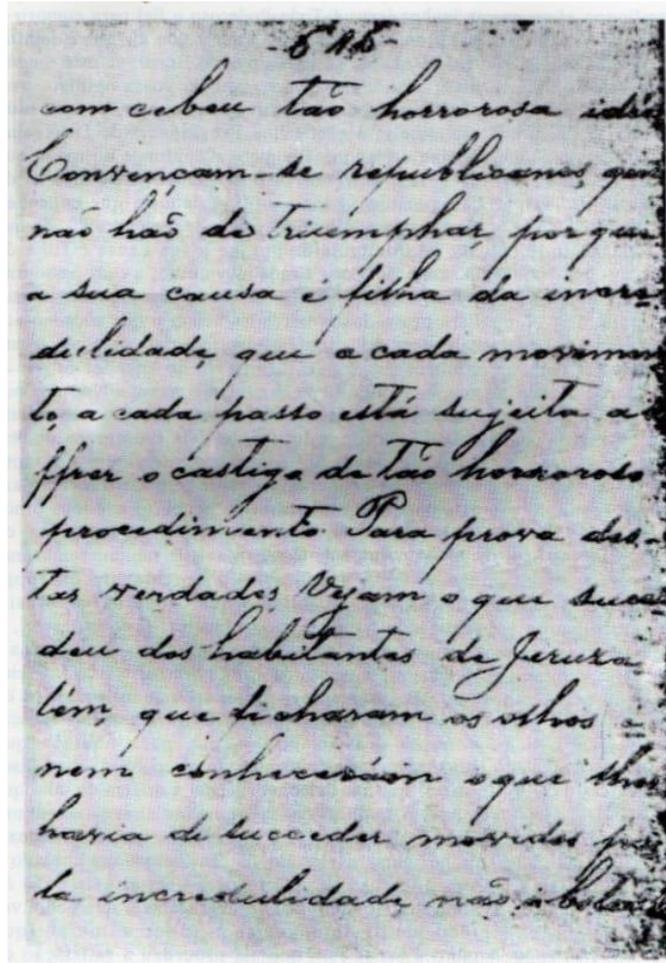
Até que chegasse às mãos do professor Ataliba Nogueira, o caderno contendo os manuscritos do Conselheiro submeteu-se a uma inusitada sequência de doações: encontrados por João Pondé foi doado ao seu colega de estudos, o médico Afrânio Peixoto, conforme nota em página anterior à sua folha de rosto: “Este livro foi-me oferecido pelo meu amigo e companheiro de estudos João de Souza Pondé, que no 6.º ano médico partiu para Canudos como cirurgião da expedição militar Artur Oscar (1897)” (NOGUEIRA, 1997, p. 35). Afrânio Peixoto, por sua vez, entendendo que o autor d’**Os Sertões** faria melhor proveito de tal documento deu-lhe de presente: “Passo-o a Euclides da Cunha, na esperança de lhe informar alguma nota dos seus miríficos “Sertões” (NOGUEIRA, 1997, p. 35). Entretanto, segundo hipótese defendida por Nogueira (1997, p. 35, 36), é possível que, motivado por problemas pessoais, Euclides “[...] nem tenha lido, sequer, a primeira página do manuscrito” de Antônio Conselheiro.

Acontece que, segundo Venâncio Filho (1944, p. 131), Euclides “[...] tinha a ansiedade assintótica da perfeição. Por isso, fez para mais de 1500 emendas<sup>67</sup>, no propósito de precisar pensamento, empregar vocábulos mais adequados, tornar mais exatas as imagens” n’**Os Sertões**. Sendo assim, mesmo diante das adversidades que, porventura o envolviam, à época em que foi presenteado com os manuscritos de Antônio Conselheiro, não se moveria este escritor de semelhante ansiedade por analisar documento tão revelador, o qual lhe possibilitaria corrigir um dos seus mais graves “equivocos”, praticados ali, n’**Os Sertões**?

Entretanto, alguns anos após a morte de Euclides, o importantíssimo documento apareceria, misteriosamente, num sebo, de onde o poeta Aristeu Seixas, então presidente da Academia Paulista de Letras, o teria adquirido, e, tempos depois, emprestado para Ataliba Nogueira, sendo, “Depois de fotografado e analisado [...] devolvido ao poeta, vindo a se perder novamente, com o seu falecimento” (NOGUEIRA, 1997, p. 7).

---

<sup>67</sup> Essas emendas produzidas por Euclides, *in loco*, num exemplar da terceira edição d’**Os Sertões**, a qual foi lançada em 1904, somente seriam conhecidas na quinta edição, em 1914, pois ele já era falecido à época do lançamento da quarta edição, em 1911, e ninguém sabia da existência do exemplar, devidamente corrigido, contendo, inclusive, a recomendação em manuscrito: “Livro que deve servir para a edição definitiva (4ª)” Venâncio Filho (1944, p. 130, 131).



Fonte: ANTÔNIO VICENTE MENDES MACIEL (1897)

O volume contendo os manuscritos “[...] é encadernado, conta 628 páginas<sup>68</sup>, numeradas e sem margem. Cada página com 14 linhas. Tinta preta, letra bela e sempre igual. Formato 10x14” (NOGUEIRA, 1997, p. 36), trazendo em sua folha de rosto a seguinte mensagem: “A presente obra mandou subscrever<sup>69</sup> o peregrino Antônio Vicente Mendes Maciel no povoado do Belo Monte, província da Bahia em 12 de janeiro de 1897” (NOGUEIRA, 1997, p. 36).

A obra escrita por Antônio Conselheiro está dividida em quatro partes: A primeira é composta por 29 meditações acerca do sofrimento de Maria, mãe de Jesus. Cada meditação é o conteúdo de uma prédica, e cada prédica é sempre subdividida em três pontos. Essa primeira parte avança até a página 223. Na segunda parte, intitulada **Exposição sobre os dez**

<sup>68</sup> O manuscrito contém, efetivamente, 598 páginas, pois, há um erro na paginação dele, que salta da página 569 a 600, suprimindo assim, 30 páginas. Esse erro, segundo nota de rodapé registrada por Nogueira (1997, p. 65), consta na obra original. De qualquer sorte não há interrupção no discurso.

<sup>69</sup> Sobre a expressão “mandou subscrever”, Ataliba (1997, p. 36) comenta que Antônio Conselheiro a utiliza em função da sua profunda humildade.

**mandamentos da lei de Deus**, compreendida entre as páginas 224 e 426, se verifica dez sermões sobre o referido tema. A terceira parte, que vai da página 427 a 485 é composta por uma série de textos extraídos da Sagrada Escritura, com suas respectivas referências, entremeados por citações em latim e comentários de Antônio Conselheiro. A quarta, que vai da página 486 a 628, é composta por nove prédicas que versam sobre diversos assuntos e são intituladas na seguinte ordem: **Sobre a cruz - Sobre a missa - Sobre a confissão - Sobre as maravilhas de Jesus - Construção e edificação do templo de Salomão - Sobre o recebimento da chave da Igreja de Santo Antônio, padroeiro de Belo Monte - Sobre a Parábola do Semeador**, e a seqüência de discursos, que, versando sobre: “A companhia de Jesus - O casamento civil - A família imperial - A libertação dos escravos” foi, por Ataliba Nogueira, intitulada **Sobre a República**<sup>70</sup>. A última prédica intitula-se **Despedida** e está registrada das páginas 624 a 628.

Após a conquista de Canudos, os militares, entendendo possuir tal direito, passaram a examinar, minuciosamente, tudo o que havia entre os escombros das casas do arraial destruído. Por lá encontraram aquilo que Cunha (2009, p. 195) descreve como: “desgraciosos versos”. Sobre essa questão, assim se expressa o autor:

Ora, no mais pobre dos saques que registra a História, [...] o que mais acirrava a cobiça dos vitoriosos eram as cartas, quaisquer escritos e, principalmente os desgraciosos versos encontrados. Pobres papéis, em que a ortografia bárbara corria parselhas com os mais ingênuos absurdos e a escrita irregular e feia parecia fotografar o pensamento torturado, eles resumiam a psicologia da luta. Valiam tudo porque nada valiam. Registravam as prédicas de Antônio Conselheiro; e, lendo-as, põe-se de manifesto quanto eram elas afinal inócuas, refletindo o turvamento intelectual de um infeliz. Porque o que nelas vibra em todas as linhas é a mesma religiosidade difusa e incongruente, bem pouca significação política, permitindo emprestar-se às tendências messiânicas expostas (CUNHA, 2009, p. 197)

Eis a fonte que Euclides da Cunha utiliza para aquilatar o nível do discurso de Antônio Conselheiro: papéis, que, possivelmente, os canudenses, de forma simples e resumida, escreviam sobre as meditações do seu líder. Estes papéis, contudo, figuraram como um argumento a mais para justificar o conceito que o autor d’**Os Sertões**, movido pelas teorias europeias<sup>71</sup> influentes à época, já havia formulado acerca da condição intelectual do líder do

<sup>70</sup> Conforme nota de rodapé, registrada em Nogueira (1997, p. 185)

<sup>71</sup> Segundo Galvão (2009, p. 424), Euclides procura combinar, n’**Os Sertões**, “[...] dois pontos de vista. O primeiro é nitidamente determinista, vindo da Inglaterra com Buckle e da França com Taine, influências hegemônicas no Brasil da viragem de século. Como se sabe, o esquema de montagem do livro obedece aos ditames analíticos da raça, meio e momento, tomados como determinantes dos eventos históricos. Concorrem

Belo Monte. Entretanto, a história se incumbiria de revelar tão lamentável equívoco, pois os textos de Antônio Conselheiro, conforme afirma Fonseca (1996, p. 128),

[...] têm um nível considerável de organização, com uma distribuição e uma sequência lógica dos assuntos. São gramaticalmente bem estruturados e o seu conteúdo religioso, longe de qualquer aberração, é equilibrado e bastante próximo do texto bíblico.

Nelas não se evidenciam, certamente, “[...] nenhuma das tolices ou credices ou infantilidade que se lhe atribuem, baseados em *simples papeluchos de algum ouvinte ignorante*” (NOGUEIRA, 1997, p. 42, grifo do autor).

Antônio Conselheiro é “Humilde, penitente, operoso, piedoso, [...] homem de fé [...] esclarecida e sólida” (NOGUEIRA, 1997, p. 48), o qual procura viver de modo que o seu exemplo pessoal sirva como paradigma para aqueles que o seguem. O prestígio e o respeito que o peregrino conquistou em meio aos sertanejos, se deram naturalmente, como fruto da sua dedicação àqueles desvalidos, fato que o colocava, naturalmente, em posição de destaque. Se houve, porventura, excesso de admiração, cega e veemente, foi por parte dos seus seguidores, o que, aliás, é comum, pois “O grande chefe suscita sempre, em todas as épocas e em todos os lugares, fanatismo em torno de sua pessoa. Tal fanatismo, porém, não é religioso” (NOGUEIRA, 1997, p. 48), como tratou de disseminar o discurso histórico-literário oficial. Aliás, conforme assevera Nogueira (1997, p. 49), o comportamento fanático era constatado, sim, entre os expedicionários, os quais, influenciados, principalmente, por seus comandantes, a acreditar que em Canudos combatiam um movimento pela restauração da monarquia, “[...] davam ‘vivas’ à república, provocando os canudenses a revidar com outros ‘vivas’, mas à monarquia. Era luta de republicanos contra monarquistas, sem dúvida. Não era, porém, peleja pela monarquia. Defendiam com guerrilhas somente as suas pessoas e bens”.

## 6.1 ANTÔNIO CONSELHEIRO: PALAVRA E FÉ NO SERTÃO

O sossego de um povo consiste em fazer a vontade de Deus e para obter-se a sua glória é indispensável que se faça a sua divina vontade.

---

para essa linha, extrapolados das ciências naturais e exatas para os fatos sociais, o evolucionismo spenceriano, o darwinismo racial e o positivismo de Comte e Littré. O segundo ponto de vista deriva da concepção dos heróis segundo Carlyle, justificados por este autor enquanto encarnações do espírito divino que levam a história avante”.

Antônio Conselheiro, 1897

Os textos que compõem a primeira parte do livro de Antônio Conselheiro são meditações que ele elabora a partir dos textos bíblicos, revelando, portanto, a sua interpretação acerca de tais escritos. Nesse momento inicial a preocupação do peregrino se debruça em descrever as dores de Maria diante das muitas situações de confrontos e adversidades que ela enfrenta, no intuito de que os seus seguidores/ouvintes reflitam, não somente acerca da importância da sensibilidade para com o sofrimento da mãe de Jesus, mas com o modo que ela se comporta quando é submetida às provações. Trata-se, portanto, de meditações de cunho religioso com aplicações diversas, àqueles que a escutam.

Euclides da Cunha afirma, n'Os Sertões, que Antônio Conselheiro portava, em suas jornadas pelos sertões nordestinos, “[...] um surrão de couro em que trazia papel, pena e tinta, a *Missão abreviada* e as *Horas Marianas*” (CUNHA, 2009, p. 157, grifo do autor), materiais que, certamente, utilizava para compor as suas considerações acerca do mundo que o envolvia, as quais, muitos anos depois, chegariam até nós, desvelando a sua voz.

### **6.1.1 Primeira parte: meditações sobre as dores de Maria**

#### **1. Tempestades que se levantam no coração de Maria por ocasião do mistério da Anunciação.**

Aqui os desígnios de Deus são apresentados à Maria, que não os rejeita, porém os teme, entendendo-se enquanto “obscura filha de Israel”. A prédica segue destacando certos valores defendidos por Maria, como o temor, face ao divino, a prudência nas respostas e a cautela no cuidado da sua virgindade. Antônio Conselheiro convida os ouvintes a meditar no comportamento de Maria e na provável dívida que teriam com ela por conta da sua cooperação, se permitindo ser instrumento de redenção para a humanidade:

[...] meditemos no muito que devemos à Senhora; contemplemos que, se neste bem como nos outros mistérios jubilosos aquele sublime Coração perturba-se pelo modo porque eles se operam, confunde-se por se ter na conta de insignificante serva do Senhor, e sente por ver que o seu Deus não pode redimir o gênero humano sem passar pelas maiores humilhações (MACIEL, 1897, p. 66)

## **2. Sentimentos de Maria por causa da pobreza em que se achava, por ocasião do nascimento de seu Divino filho.**

Maria se alegra pelo nascimento de seu filho ao passo que nutre certa tristeza em não poder oferecer o mínimo de conforto pra ele. Diante desse quadro, Antônio Conselheiro propõe que os seus ouvintes, limpando os seus corações do pecado, os ofereçam em consolo à Maria: “Consolemos, portanto, a Maria, ofereçamo-lhe o nosso coração, a fim de nele morar com Jesus, de hoje para sempre” (MACIEL, 1897, p. 67).

## **3. Dor de Maria na circuncisão de seu Filho.**

Diante da obrigação de circuncidar o seu filho, segundo a cultura judaica, Maria não hesita, porém sofre junto ao seu filho. Antônio Conselheiro convida, aqui, os ouvintes a meditem acerca dos seus pecados, os quais geraram a necessidade de que Jesus viesse a terra padecer, por amor: “[...] choremos com Jesus e com Maria, ou antes: choremos os crimes, que têm sido causa de tantas lágrimas (MACIEL, 1897, p. 69).

## **4. Humilhação de Maria no Mistério da apresentação.**

Trata-se da necessidade de obediência à lei, a qual instituía que o filho, após quarenta dias de nascido, fosse apresentado no templo, mediante ofertas. Maria, em face de suas limitações econômicas, oferece um simples par de rolas e une-se à Jesus, em oblação à Deus. Antônio Conselheiro exorta os seus ouvintes acerca da necessidade de entrega total a Deus, pois, “[...] se a Santíssima Senhora se oferece naquela ocasião juntamente com seu Filho, com este procedimento dá-nos a grande lição de nos oferecermos a Deus sem reserva e sem dilação. (MACIEL, 1897, p. 71).

## **5. Dor de Maria na profecia de Simeão.**

O profeta revela à Maria acerca das dores pelas quais ela passará, por conta dos maus tratos e da rejeição que o seu Filho será submetido. Antônio Conselheiro alerta os seus ouvintes devem consolar Maria em suas dores, se deter em obras que os conduza a pertencer ao grupo dos bem-aventurados: “Consolemos, portanto, a nossa Mãe amorosa, obrando de modo que sejamos do número dos predestinados” (MACIEL, 1897, p. 73).

## **6. Dor de Maria por ocasião de sua fuga para Egito.**

Há, aqui, uma instrução clara para que José, Maria e Jesus fujam da tirania de rei Herodes. Apesar das dificuldades que haveriam de enfrentar Maria não se nega a realizar a vontade de Deus. Antônio Conselheiro recomenda aos seus ouvintes que, aprendam, através do exemplo de Maria, “[...] a fazer a vontade de Deus, ainda sofrendo os maiores incômodos” (MACIEL, 1897, p. 74).

## **7. Dor de Maria pela morte dos inocentes.**

Maria chora com as mães que perderam seus filhos no massacre autorizado por Herodes, quando buscava atingir Jesus, temendo que este lhe tomasse o trono. E chorando, também, para que haja arrependimento no coração daqueles que praticaram ato tão cruel, Antônio Conselheiro conclama a atenção dos seus ouvintes para que haja igual prática de caridade entre eles, visto que Maria, “[...] deste modo [...] ensina a praticar a caridade” (MACIEL, 1897, p. 76).

## **8. Desolação de Maria durante o seu desterro do Egito.**

A dor em contemplar o culto às falsas divindades no Egito faz com que Maria anseie a morada celeste, sem deixar, contudo, de clamar ao seu Filho, Jesus, pelo arrependimento desses idólatras, aos quais ela não conhecia, porém movia-se de grande compaixão pela sua salvação. Antônio Conselheiro assevera aos seus ouvintes acerca da importância em adorar a Deus nesse mundo, sem, contudo, deixar de almejar a morada eterna, com o Pai.

“[...] porque, se neste mundo, que é o nosso desterro, podemos adorar a Deus, podemos contemplar seus atributos, estes piedosos sentimentos nascem de um coração peregrino que deve ardentemente suspirar pela pátria bendita” (MACIEL, 1897, p. 78).

## **9. Aflição de Maria na sua volta do Egito.**

Trata-se de uma ordem celeste pra que José, Maria e seu Filho, Jesus, retornassem à Judéia, pois Herodes, o qual buscava ferir Jesus, havia morrido. Entretanto, por conta do temor de Maria, pois a família de Herodes ainda se encontrava no poder, o anjo os direciona

para Nazaré. Maria não se nega a cumprir a ordem divina, porém, por se tratar de penosa viagem, ela se mostra bastante preocupada com o bem estar do seu filho e do seu marido, pois “[...] a idade de Jesus era ainda tenra e a de José talvez bastante adiantada para os rigores do caminho” (MACIEL, 1897, p. 78). Antônio Conselheiro destaca, aqui, a importância de cumprir a vontade divina, observando o desvelo para consigo e com os seus semelhantes, principalmente com aqueles de quem, por dever instituído, temos a responsabilidade de cuidar do seu bem-estar e segurança.

### **10. Dor de Maria na perda de seu Filho no Templo.**

A ausência de Jesus, no retorno após as comemorações da Páscoa, em Jerusalém, é notada por Maria, a qual não poupa esforços para encontrá-lo. Em analogia a tal situação, Antônio Conselheiro sugere aos seus ouvintes, que meditem acerca da importância de buscar a Deus com todo empenho e diligência. “Façamos, portanto, como nossa Mãe nos ensina, procurando a Deus com todo o empenho e diligência” (MACIEL, 1897, p. 78).

### **11. Sentimento de Maria na morte dos seus pais.**

Nessa meditação Antônio Conselheiro exorta os seus ouvintes acerca da necessidade de amar e cuidar dos pais, assim como Maria o fez: “Aprendendo da santíssima Virgem, tenhamos para com os nossos pais verdadeiro amor, respeito e dedicação” (MACIEL, 1897, p. 83). Quando chegou o momento da morte dos seus pais, os quais ela cuidou com tanto amor, Maria resignou-se, e também nessa virtude, segundo o peregrino, ela deve ser imitada. Em suas palavras ele diz: “[...] se a sua resignação foi exemplar, imitemo-la nesta virtude conformando-nos com a vontade do Senhor” (MACIEL, 1897, p. 83).

### **12. Dor de Maria durante a vida particular de Jesus de Nazaré.**

A obediência e a dependência de Jesus causam dores à Maria, visto que ela sabia que diante dela estava o Filho de Deus. Entretanto, de forma muito humilde, “com pena e dor”, Maria consegue mandar em seu Filho, ao passo que obedecer-lhe lhe traz muita alegria, pois pode honrar a Deus nessa atitude. Sobre a obediência Antônio Conselheiro afirma que “[...] motivo algum nos dispensa de praticar esta virtude, sabendo ser ela tão amada de Deus que por nosso amor se fez Filho de Maria (MACIEL, 1897, p. 84).

### **13. Sentimento de Maria quando seu Filho se retirou para o deserto.**

Grande foi o sofrimento de Maria quando viu se aproximar o tempo em que o seu filho, Jesus, iniciaria, definitivamente, a sua missão. Mesmo envolvida em tamanha tristeza, Maria manteve-se resignada para com a vontade de Deus. Antônio Conselheiro ao meditar sobre a resignação de Maria e, ainda, aludir ao fato de que Jesus, mesmo sendo um ser majestoso, colocou-se em posição de submissão à sua mãe, solicitando dessa o seu consentimento para tal missão, revela aos seus ouvintes que, mesmo diante das maiores dores possíveis, a melhor decisão é sempre obedecer aos mandamentos de Deus. Nessa perspectiva ele afirma:

Se nascemos para ser felizes e se para o conseguimento desta felicidade torna-se necessário o sofrimento, a tudo nos devemos sujeitar, contanto que se cumpra em nós as disposições do Senhor nosso Deus (MACIEL, 1897, p. 86).

### **14. Dor de Maria por causa das injúrias proferidas contra o seu filho.**

Os insultos e injúrias sofridos por Jesus fazem com que Maria sofra bastante. Entretanto, não se deve desenvolver perspectivas de vingança ou punição, só a compaixão e o perdão devem ser liberados. Nesse sentido o peregrino convida os ouvintes a observar Maria, a qual, mesmo em grandes sofrimentos:

[...] nunca se queixou de ser tão maltratada na pessoa de seu querido Filho, antes sempre teve um coração cheio de compaixão para com aqueles mesmos cuja impiedade lhe tem causado tantas amarguras (MACIEL, 1897, p. 88).

### **15. Dor de Maria por ocasião da permissão que Jesus lhe pediu para suportar a morte.**

Jesus conversa com Maria acerca do iminente sacrifício de morte que ele enfrentaria. Nesse ínterim ele solicita o seu consentimento para enfrentar aquela terrível dor. Maria consente, derramando-se em lágrimas com o filho. Antônio Conselheiro convida seus ouvintes a refletirem sobre os seus pecados, consolando Maria em seu sofrimento, no sentido de que a justiça divina seja aplacada:

[...] tratemos de consolar a Maria, chorando por nossos crimes, que foram causa destas contradições. Assim devedores à Senhora, tratemos de a consolar, desarmando a justiça eterna e interpondo o valimento desta grande Virgem, a fim de nos ser proveitosa a laboriosa carreira do Filho e os lagrimosos suspiros da Mãe (MACIEL, 1897, p. 89).

### **16. Dor de Maria na prisão do seu filho.**

Antonio Conselheiro descreve o sofrimento de Maria com a ingratidão e cegueira dos judeus e dos cristãos, que concordam em prender Jesus. Entretanto, vê nessa prisão o plano de libertação de Deus para a humanidade. Assim, Conselheiro convida os seus ouvintes a consolar Maria, no intento de que ela consiga, de Deus, o perdão para os seus pecados. Em suas palavras ele diz: “[...] nós a devemos consolar chorando com ela, e pedirmos-lhe nos consiga de Deus o perdão de nossos pecados” (MACIEL, 1897, p. 91).

### **17. Dor de Maria na flagelação de seu filho**

Diante do sofrimento de Jesus Maria quase sucumbe. Entretanto, de posse do conhecimento de que tal sacrifício era necessário para redenção humana, se mantém resignada com a ajuda divina. Nessa meditação Antônio Conselheiro enfatiza a necessidade de amar e seguir Maria, pois, apesar do sofrimento enfrentado, foi caridosa em cooperar para que se efetivasse o plano de salvação de seu filho, ensinando que somente pelo sofrimento é possível aproximar-se de Deus. Nesse sentido ele afirma: “Compreendamos, portanto, o plano da Providência Divina e, agradecendo ter-nos dado na Senhora um perfeito modelo de virtudes, tratemos de seguir os seus passos para sermos ditosos” (MACIEL, 1897, p. 93).

### **18. Dor de Maria quando seu filho foi apresentado por Pilatos.**

Maria sofre por ver seu filho sendo humilhado. Entretanto, mesmo diante de tamanho sofrimento, o qual poderia ser aliviado com a intervenção dos exércitos celestiais, Maria não clama por retaliação. Segundo conjectura Antônio Conselheiro, ela clama ser consolada:

Em seus suspiros ela nos fala, para nós lança seus braços pedindo-nos consolo no que está padecendo. E seremos nós tão ingratos para com uma Mãe tão carinhosa, que não atendamos o seu clamor, nem façamos o que nos pede? (MACIEL, 1897, p. 94).

Nesse sentido o peregrino exorta os seus ouvintes a confortarem Maria, reformando as suas vidas de pecado: “[...] tratemos de a consolar, reformando a nossa vida; choremos o ter pecado, porque o pecado deu motivo às angústias desta Mãe de misericórdia (MACIEL, 1897, p. 94).

### **19. Dor de Maria encontrando seu Filho com a Cruz aos ombros.**

Mãe e filho têm os seus corações dilacerados ao se encontrarem naquela cena inclemente, somente podendo se comunicar através da linguagem enternecedora do coração. O povo, ávido pelo sangue divino, não demonstrava piedade alguma com tamanho sofrimento. Antônio Conselheiro convida os seus ouvintes a refletir sobre as suas práticas, as quais culminaram em tamanho sofrimento de Maria e Jesus.

[...] consultemo-nos a nós mesmos, indagando o que se passa no íntimo dos nossos corações. Seremos porventura outros tantos Judas para trair o Filho e afligir a Mãe? Desejaremos fazer parte do proceder desta gente pérfida ou antes o amor é quem nos domina e nos faz aqui chegar? (MACIEL, 1897, p. 95-96).

### **20. Dor de Maria na agonia de Jesus.**

Antônio Conselheiro pontua a diferença entre Eva, a primeira mãe, e Maria, mãe de Jesus. Eva se sobressai em curiosidade e desobediência a Deus, enquanto em Maria o amor e a obediência a Deus a leva ao pé da cruz, onde cumpre a vontade divina. O peregrino ensina aos seus ouvintes que os que decidem obedecer à vontade de Deus, assim como Maria o teria feito, sempre receberão forças do céu para suportar as maiores tribulações da vida. Segundo ele,

Quando à força de marteladas os cravos iam penetrando as mãos e pés do Salvador, as dores que ele sofria se unificavam com as da Virgem Mãe, a qual só não sucumbe porque do céu vinha o esforço necessário (MACIEL, 1897, p. 95-96).

### **21. Dor de Maria quando os soldados repartiram entre si os vestidos de seu Filho.**

Antônio Conselheiro compara as agonias de Maria, durante a paixão de Cristo, às do personagem bíblico Jacó, o qual, informado de que seu filho havia sido morto por feras, somente pôde contemplar a sua túnica, enquanto Maria contempla não só a túnica, mas a vítima - seu filho Jesus, sendo, portanto, a sua dor maior que a de Jacó. A túnica de Jesus, segundo afirma o peregrino, “[...] era destinada a cobrir quem estava sem a veste da graça [...]” (MACIEL, 1897, p. 99). Nesse sentido, convidando os seus ouvintes a se colocarem no lugar de necessitados da graça de Deus, Conselheiro propõe que eles reflitam sobre os seus comportamentos, diante de tamanho favor imerecido:

Porém temos nós recebido dignamente e assim conservado a vista da divina graça? ou a temos trocado pelo vil interesse das cousas da terra? se a crueza dos soldados magoaram tanto o coração de Maria naquela ação cruel que praticaram, continuará a flagelá-lo o cristão que em todo terreno for indiferente à perda da luz divina, e nem se doer do que a Senhora padece e com seu procedimento fará pior do que aqueles homens no monte Calvário; porque eles não sabiam que Jesus era Deus e que a Mãe de Deus era aquela aflita criatura que ali estava. Consideremos portanto estas verdades; e se nos acharmos despidos da graça, peçamos a Maria que nos cubra com ela, conhecendo que, o que ali lhe servia de amargura, aqui tornar-se-á objeto de especial consolação (MACIEL, 1897, p. 99)

## **22. Compaixão de Maria na sede de seu Filho pregado na Cruz.**

Antônio Conselheiro descreve a sede física de Jesus como ínfima, se comparada à sua sede pela salvação dos filhos de Adão, também, por sua mãe, compartilhada. Maria, resignada por tão grande tão ingratidão dos homens para com o seu filho, Jesus, torna-se a complacência do céu e o assombro do mundo. O peregrino convida, assim, os seus ouvintes para que consolem Maria ao pé da cruz, por tão grande padecimento em contemplar o sofrimento de Jesus, o qual, mesmo recebendo fel quando teve sede, se doou como água da vida para toda a humanidade.

Mas Jesus, posto que estivesse ardendo naturalmente em sede pelo muito sangue derramado, dá-nos a conhecer contudo que a principal sede que tinha era a da salvação dos filhos de Adão; e a Santíssima Maria, sentindo o ardor da primeira, partilhava com seu Filho igualmente a sede ou o desejo da nossa redenção, desempenhando ali ao pé da cruz os altos destinos de co-redentora do gênero humano (MACIEL, 1897, p. 99-100).

### **23. Dor de Maria na agonia de Jesus<sup>72</sup>.**

A dor de Maria e do seu filho, Jesus, são, aos olhos do peregrino, confundidas em um mesmo martírio. Eles sofrem por amor aos homens, logo se faz necessário que os fiéis envolvam os seus corações de ternura, deixando-se dominarem por tão ardente amor, pois chegará o momento em que o fruto desse sofrimento exigirá dos homens “[...] estreitas contas” (MACIEL, 1897, p. 102). Assim,

Não percamos tempo, enxuguem as lágrimas da Senhora, protestemos-lhe o nosso amor e a nossa eterna gratidão, emendando o procedimento errado, apartando-nos do caminho pestilento, e considerando que a nossa vida está morta para o mundo (MACIEL, 1897, p. 102).

### **24. Dor de Maria quando seu Filho lhe falou da Cruz.**

Em seus últimos momentos de vida Jesus procura proferir palavras que confortem Maria, dizendo-lhe “Mulher, eis ai o teu filho” (MACIEL, 1897, p. 103). Esse ato inflama deveras o amor de Maria e aumenta-lhe o sofrimento, pois percebe que, mesmo partindo, o seu filho preocupa-se em ampará-la. Antônio Conselheiro convida seus ouvintes a apiedarem-se da dor de Maria, a fim de serem salvos da condenação eterna:

[...] devemos doer-nos do que nossa Mãe sofre para não cairmos na mais detestável ingratidão da qual nos pode vir a eterna infelicidade. Consolemos a Maria, protestemos-lhe o nosso amor e a mais firme disposição da nossa parte para merecermos o fruto da Redenção. (MACIEL, 1897, p. 104).

### **25. Martírio de Maria na morte de seu Filho.**

A providência divina assiste Maria em sua dor, pela morte do seu filho, Jesus, contudo não a poupa de sofrer com o desamor dos homens para com ele, que não choram com a morte do seu Salvador. Nesse sentido o peregrino convida os seus ouvintes à sensibilidade com o grande sofrimento de Maria, tendo em vista emendarem as suas vidas, para não serem alcançados por tão grande infelicidade.

---

<sup>72</sup> Aqui há uma repetição do título da 20ª prédica. Entretanto, como não houve redundância de conteúdo, é possível que tal repetição possa ter sido utilizada no sentido de enfatizar o sofrimento de Maria nas agonias de Jesus, ou pode também ter sido fruto de um lapso na transcrição dos manuscritos originais, ou, até mesmo um erro de Antônio Conselheiro.

A natureza humana, menos dura que as pedras, mais que estas devia sentir a morte do Salvador: contudo os rochedos mostram o seu sentimento e os homens não choram! Oh! quem não vê aqui a dureza, filha do pecado! quem não conhece que a culpa daquela gente obcecou-lhe o coração para não conhecer e amar a seu Deus? Justo é pois que nós, temendo a mesma infelicidade, nos apressemos a reformar a nossa vida, enquanto é tempo (MACIEL, 1897, p. 104).

## **26. Dor de Maria quando o lado de seu Filho foi aberto com uma lança.**

Maria continua sofrendo, mesmo após a morte do seu filho, pois, a dor física que Jesus, já morto, não pôde sentir ao ter o seu corpo transpassado por uma lança, certamente foi sentida por ela, que se derrama em lágrimas. Diante de tamanho delito Deus pedirá contas aos homens. Entretanto, segundo Antônio Conselheiro, “A impenitência de um cristão é mais ofensiva a Jesus que a lançada do lado; e mais dolorosa para Maria que a sua pena por aquela ação execranda” (MACIEL, 1897, p. 107). De forma mais detalhada ele explica:

[...] a Redenção é obra da caridade e da misericórdia do Filho e se esta virtude é a única recomendada de preferência a todas as outras, claro é que, sem haver emenda, transtornamos o plano da benéfica Providência, inutilizamos a morte do Salvador, desprezamos as dores da Senhora e, ao mesmo tempo que moralmente falando, atormentamos o Filho, arrancamos do coração da Mãe pungentes suspiros e de seus olhos mui amargas lágrimas (MACIEL, 1897, p. 107)

Nessa perspectiva, o peregrino exorta os seus ouvintes a se arrependem dos seus pecados, desejando que o “[...] sangue vertido do lado sagrado, unificados com os divinos sacramentos [...]” (MACIEL, 1897, p. 107) os exima de toda a culpa, e os restitua a amizade de Jesus e de Maria.

## **27. Dor de Maria no descimento da Cruz e funeral do cadáver de seu Filho.**

Grande é a dor de Maria, ao contemplar o corpo ensangüentado do seu filho, contudo mantém-se resignada com a vontade do Criador, pois o sangue que Jesus derramou é sangue de misericórdia e não de vingança. Antônio Conselheiro admoesta os seus ouvintes a não desprezarem esse tão grande padecimento, o qual se deu por amor às suas vidas. Assim, “[...] se o pecado é que motivou este mais que todo lamentável sucesso” (MACIEL, 1897, p. 109), é contra ele que os homens devem empreender a sua maior luta.

## 28. Dor da Senhora em sua Soledade

A saudade que Maria sente pela ausência física do seu filho, Jesus, é deveras pungente, capaz de comover os corações mais empedernidos. Ela recorda, com dores, acerca do quão grande foi o comprometimento do seu Filho, pela salvação da humanidade, desde sua infância até aquele fatídico dia. Assim, tentando mover os corações dos seus ouvintes a consolarem Maria, Antônio Conselheiro promove certa conjectura, acerca de como ela expressaria, em palavras, a necessidade de ser consolada:

[...] a Senhora lança para nós suas vistas lagrimosas, pedindo-nos que dela tenhamos compaixão: Ao menos vós, diz Maria, que sois meus filhos, tende de mim piedade. Como Mãe tinha o direito de o mandar, mas prefiro pedir-vos, para que os vossos corações se comovam e sintam comigo a morte do meu Jesus. Ah! privada daquele querido Filho, para quem estenderei as minhas mãos, senão para aqueles a quem ele me entregou antes de expirar na cruz? Tende portanto compaixão de mim, tende piedade do coração da mais aflita das mães (MACIEL, 1897, p. 110-111)

## 29. Maria, Rainha dos Mártires

Antônio Conselheiro afirma que Maria teria recebido esse título da igreja, não só pela crueza dos seus sofrimentos, mas, pelo seu longo padecimento: “Os outros mártires eram atormentados, mas o seu sofrer não se prolongava tanto, visto como os tiranos os mandavam logo executar recebendo assim a coroa do martírio (MACIEL, 1897, p. 111). De fato grande foi o sofrimento de Maria. O peregrino afirma que:

[...] desde o nascimento do seu Filho que ela padece; padece porque o viu nascer em desamparo; padece porque o viu derramar sangue na circuncisão; padece na profecia de Simeão; na fuga para o Egito, na mortandade dos inocentes, na perda de Jesus no Templo; padece em todos os seus trabalhos, fadigas e contradições; o que lhe serve como de preparativo para as grandes dores por que havia de passar na paixão e morte de Jesus: sendo desta maneira uma vida verdadeiramente martirizada, porquanto uma dor só cedia, para dar lugar a outra dor, e todas formando o seu rigoroso martírio (MACIEL, 1897, p. 111).

Além disso, Maria portaria esse título, também por ser considerada a “[...] mãe do Rei dos mártires, cuja grandeza é infinita, cujo poder é sobre todo o poder [...]” (MACIEL, 1897, p. 111). O peregrino destaca, ainda, que Maria deve ser considerada Rainha dos mártires,

[...] porque os horríveis padecimentos que sofria tinham como circunstância agravante serem algozes de seu Filho os de seu mesmo povo, que, apesar de depositário das promessas divinas, não só não conheceu o Salvador prometido, como, demais, o contradisse e caluniou, chegando o seu ódio a tal excesso que, livre e espontaneamente, declarou no pretório de Pilatos pouco se lhe dar que o sangue tão ardentemente por eles desejado a derramar viesse sobre eles e sobre seus filhos. (MACIEL, 1897, p. 112)

O martírio de Maria, contudo, não se finda com a morte do seu Filho, mas é estendido, ao passo que ela percebe a cegueira espiritual que acomete tanto os filhos de Israel, quanto os falsos cristãos que os imitam.

Nessa primeira parte da obra de Antônio Conselheiro, lançando mão de inferências e conjecturas, o peregrino imprime, nessas vinte e nove meditações, as suas interpretações sobre esse tema religioso, tornando-as conhecidas aos seus ouvintes, na perspectiva de comovê-los a regularem as suas vidas com base no exemplo de Maria e de Jesus, e alcançarem, assim, a salvação eterna. Para tanto o peregrino descreve a Mãe e o Filho enquanto figuras enternecedoras, benévolas, as quais, em momento algum, hesitam cumprir os desígnios divinos, mesmo mediante tamanho sacrifício. Quanto ao homem, este é identificado como pecador, portador de um comportamento indigno perante Deus, o qual precisa demonstrar arrependimento para ser alcançado pela Graça advinda do referido martírio. Nesse sentido, Antônio Conselheiro cuida em exortar aos seus ouvintes, admoestando-os a contemplar tamanha resignação de Maria e de Jesus, em face de tantos sofrimentos, desejando provocar nestes o desejo de que se concatenem a tais sofrimentos ao ponto de serem considerados merecedores desse indescritível amor.

Essas meditações figuram, para além de uma demonstração de fé no plano divino de salvação eterna, uma clara demonstração de amor e cuidado de Antônio Conselheiro para com aqueles que o seguiam, pois não se percebe, ao longo de tais mensagens, que o peregrino as tenha produzido com objetivo diverso ao de conscientizá-los acerca da necessidade de refletirem sobre os seus pecados, produzindo, assim, arrependimento e a adoção de um novo caminho, perante Deus e os homens: o caminho árduo da salvação.

Portanto, dessas primeiras prédicas, podemos inferir que Antônio Conselheiro era um homem de fé, que tanto temia e amava a Deus que não poderia conter tal amor em si, se vendo, sim, como portador da nobre missão de transmitir esse amor, aos mais longínquos sertões nordestinos, fosse através das ações sociais, como as tantas que realizou em seus muitos anos de peregrinação, ou através das palavras de paz e salvação, como as que

compõem essas prédicas, as quais, de modo algum, podem ser consideradas como frutos de uma produção intelectual turva, como a consideram aqueles que, não tendo a oportunidade de conhecê-las, se utilizaram desses termos para defini-las.

### **6.1.2 Segunda parte: os dez mandamentos da lei de Deus.**

#### **1º Mandamento**

Antônio Conselheiro vê esse mandamento como fundamentado no grande amor de Deus para com a humanidade. Para o peregrino não há como não amar a Deus diante da grande demonstração de amor que Ele deu, enviando seu filho Jesus para salvar os homens dos seus pecados. “Na antiga lei podia o homem duvidar se Deus o amava com ternura; mas, depois de o ter visto derramar o seu sangue num suplício e morrer, como podemos duvidar se nos ama com toda ternura do seu coração?” (MACIEL, 1897, p. 115). Na perspectiva de agregar forças ao seu argumento, Antônio Conselheiro cita vários padres e doutores da igreja, a exemplo de Santo Tomás, o qual afirma que “[...] entre os dons, o amor é o primeiro”. (MACIEL, 1897, p. 115). Nesse sentido o Conselheiro entende que:

Quando se nos dá qualquer cousa, o primeiro dom que recebemos é o amor que o dador nos ofereceu no objeto que dá, porque [...] a única razão de toda dádiva gratuita é o amor; quando a dádiva tem um motivo diverso do amor, cessa de ser verdadeira dádiva (MACIEL, 1897, p. 115, 116).

O peregrino expõe, assim, para os seus ouvintes, que todos são devedores desse grande amor para com o Filho de Deus, o qual, sem reservas, se entregou por amor a humanidade.

#### **2º Mandamento**

Antônio Conselheiro considera como ofensa grave, aquele que “[...] jura, invocando o santo nome de Deus em vão” (MACIEL, 1897, p. 115). De modo geral o peregrino desaconselha o uso de juras, vendo-a como aceitável, porém, somente para que se obtenha a verdade, se esta acontecer de modo que coisa alguma no caso seja aumentada ou diminuída. Nesse sentido critica o comportamento daqueles que prestam juramentos falsos, afirmando, inclusive, ser

[...] pecado mortal deixar de dar o juramento, sabendo a verdade, por remisso ou malícia. Razão porque se admite em direito que se possa obrigar a testemunha por justiça a dar o seu juramento pra se saber a verdade das partes e a decisão dos pleitos (MACIEL, 1897, p. 120).

Antônio Conselheiro expõe, aqui, a sua interpretação religiosa sobre a referida questão, reforçando-a, inclusive, com base em seus conhecimentos acerca dos trâmites legais das leis, vigentes à época, aconselhando aos seus ouvintes a se resguardarem de tal prática: “Penetrem-se, pois, vivamente dessa verdade, resistindo àquele que vos convida a prestar um juramento falso” (MACIEL, 1897, p. 120). Antônio Conselheiro expõe, ainda, nessa meditação, um posicionamento político bastante crítico àqueles que julgam com parcialidade: “[...] certos juízos com capa de virtude, os quais muitas vezes tiram a justiça a quem a tem para darem a quem não tem (MACIEL, 1897, p. 122). Na verdade, o Conselheiro não faz aqui, outra coisa, senão evidenciar uma das motivações que o leva a empreender tamanha luta social em defesa dos sertanejos nordestinos: a injustiça praticada por aqueles que, de posse da autoridade de julgar, o faz com parcialidade, conforme as suas conveniências pessoais ou interesses dos senhores da terra e do poder. Entretanto, segundo Conselheiro, “Eu tomarei tempo, disse Deus, para julgar as justiças” (MACIEL, 1897, p. 122), ou seja, o peregrino afirma que tais juízes haverão de responder, perante Deus, sobre seus atos. Por fim, Jesus é apresentado, diante dos ouvintes, como exemplo de justiça a ser seguido, pois o mesmo, sendo Deus, “[...] nem por isso deixou de ser o mais humilde, desprezando a soberba, reto em fazer justiça” (MACIEL, 1897, p. 123).

### **3º Mandamento**

Antônio Conselheiro entende como “ofensa gravíssima” não santificar o dia de domingo<sup>73</sup>. Para ele tal comportamento incide numa afronta a Deus, cuja majestade é infinita, por isso emprega esforços no sentido de aconselhar todos os seus ouvintes que “honrem ao

---

<sup>73</sup> O terceiro mandamento, registrado nas escrituras sagradas, aponta para a necessidade da guarda do sábado, enquanto dia santo. Entretanto, grande é a discussão acerca da observância do dia de domingo ser, para a maioria dos cristãos, o dia de guarda. Para defender tal modificação muitos embasam seus argumentos no decreto do imperador romano, Constantino, o qual teria definido, em 7 de março de 321, através do que a história registra ser o “Édito de Constantino”, que o dia de domingo (dia do Deus Sol, *Sol Invictus*, que era uma divindade oficial do Império àquela época), seria observado como feriado civil obrigatório, originando, assim, tal alteração. Contudo as discussões sobre esse tema se mostram muito complexas, necessitando, portando, de uma dedicação mais efetiva à sua pesquisa.

Senhor santificando o domingo e os dias santos de guarda<sup>74</sup>, ouvindo missa, lendo livros espirituais, rezando o rosário e assistindo aos atos da religião” (MACIEL, 1897, p. 123). É essa religião que o peregrino entende como único caminho capaz de conduzir o pecador ao caminho da salvação eterna. Nesse sentido ele enfatiza, inclusive, que Deus é paciente, porém a “[...] sua misericórdia tem enfim um termo onde há lugar à sua justiça para punir o pecador que não for penitente e que, depois de menoscabar a sua lei, despreza os seus avisos” (MACIEL, 1897, p. 126). Trata-se, portanto, de uma admoestação que busca conscientizar aos seus ouvintes, para que estes dêem a devida importância às observações dos mandamentos divinos, pois implicam diretamente na salvação eterna:

[...] não deixem para a hora da morte um negócio de tanta importância como é o da vossa salvação. Combatam contra o pecado para alcançarem os bens da glória, que são de valor preciosíssimo que não há quem possa aclarar sua grandeza (MACIEL, 1897, p. 126).

#### **4º Mandamento**

Antônio Conselheiro inicia a sua meditação sobre esse mandamento destacando o dever dos filhos em amarem os seus pais, “[...] respeitando, obedecendo e socorrendo-os em suas necessidades temporais e espirituais: pobreza, velhice, enfermidades e qualquer trabalho” (MACIEL, 1897, p. 127), no intento de receber a bênção e a Graça de Deus. Ademais ele discute a importância do zelo que os pais devem ter para com as suas famílias. Segundo o peregrino,

Os pais devem cuidar muito na educação dos filhos, dando-lhes o sustento e o necessário para se vestirem, além da boa doutrina [...] E sobretudo devem ter muito cuidado e zelo na guarda de suas famílias como jóias de grande valor precioso, que Deus lhes tem encarregado, e que lhes há de pedir estreitas contas, se deixarem perder (MACIEL, 1897, p. 127).

Antônio Conselheiro enfatiza, aqui, que a responsabilidade dos pais é bastante ampla, não se limitando, portanto, à provisão do sustento material, mas, alcançando, também, a provisão

---

<sup>74</sup> Os chamados “dias de guarda” são considerados feriados religiosos de acordo com a tradição local. A Igreja Católica determina, segundo consta nos seus “Cinco Mandamentos”, que todos os seus membros são obrigados a irem à missa em todos os domingos e, também, nos dias de guarda, que no Brasil são quatro: Santa Maria, Mãe de Deus - 1º de janeiro; Santíssimo Corpo e Sangue de Cristo (Corpus Christi) - data variável entre maio e junho: 1ª quinta-feira após o domingo da Santíssima Trindade; Imaculada Conceição de Maria - 8 de dezembro e Natal de Nosso Senhor Jesus Cristo - 25 de dezembro.

espiritual, a qual deve culminar na salvação eterna de toda a família. Nesse sentido há uma preocupação bastante acentuada do peregrino, ao longo dessa meditação, em discorrer acerca da importância do filho ter nos seus pais ou responsáveis um exemplo a ser seguido. Para isso ele recorre ao comportamento de Jesus para com a sua mãe, Maria, no sentido de expô-lo como exemplo de obediência e respeito a serem seguidos. Conselheiro conclui a meditação convidando os seus ouvintes a se converterem, com a mais inabalável disposição, para merecerem, assim, a salvação eterna.

### **5º Mandamento**

Motivo algum, segundo Antônio Conselheiro, é capaz de justificar ato tão ofensivo à lei divina, como tirar a vida de alguém. Ainda que se considerem as injúrias e ofensas sofridas, mesmo assim tais argumentos não figurariam como motivos justos para tal crime. Nesse sentido o peregrino propõe que se observe o comportamento de Jesus, o qual, sendo “[...] justo por essência, sendo vítima de tantas afrontas, as sofreu pacientemente, oferecendo tudo a seu eterno Pai, para nos obter o perdão dos nossos pecados [...]” (MACIEL, 1897, p. 133), gerando, assim, inigualável exemplo a ser seguido pela humanidade.

A visão de Conselheiro sobre aquele que cometia tal pecado era, contudo, clara e objetiva: “Não se deve proteger o assassino que deve expiar o seu crime na cadeia para não sair dela, para servir de exemplo àqueles que o queiram imitar” (MACIEL, 1897, p. 133). Ele salienta, ainda, que este pecador poderia, de fato, ter recorrido à lei para tentar dirimir seu conflito, contudo não o fez, necessitando, assim, se submeter a tal privação, no sentido de que adquira consciência acerca do mal que produziu e se arrependa dos seus pecados, alcançando a misericórdia de Deus, mediante penitências.

O discurso de Antônio Conselheiro, nessa prédica, ao mostrar o seu compromisso com a observação dos mandamentos divinos, revela o nível do seu comprometimento com a manutenção da ordem entre os sertanejos que o seguiam. É sabido que, ao menos àquela época, nos sertões, os crimes de injúria e ofensas, costumeiramente, acabavam em morte, pois envolviam questões ligadas à “honra”, e nesse sentido o peregrino já havia experimentado, em sua família, tais consequências. Sendo assim ele admoesta os seus ouvintes a abrandarem seus corações, observando o que diz o apóstolo Paulo sobre a inquestionável possibilidade de vencermos o mal com o bem, mesmo porque, “O homem que verdadeiramente ama a Deus não pode ofender ao próximo; porque, conseqüentemente o ama” (MACIEL, 1897, p. 135).

## 6º Mandamento

Antônio Conselheiro inicia essa prédica meditando acerca da fugacidade da vida e do quão é importante para o ser humano buscar “[...] viver conforme os preceitos divinos, tendo por grande ventura os trabalhos de uma breve vida, os gozos da eterna glória, onde deve ter o pensamento e o coração” (MACIEL, 1897, p. 137), pois, inevitavelmente, logo se deparará com duas eternidades:

[...] a da glória, cuja grandeza é inexplicável, pelo incomparável bem de que gozam os que a ela vão; ou com a do inferno, a qual são Gregório papa chamou morte sem morte, porque morrendo-se sempre nela pelas penas, não acaba nunca de morrer por serem eternas na duração (MACIEL, 1897, p. 137).

O peregrino é incisivo em afirmar que a mancebia conduz o homem ao inferno. E para ele são poucos os que, vivendo em tal pecado, se dão conta disso: “Contemplem estas verdades aqueles que ainda estão dando ouvido à voz de suas paixões a ponto de darem escândalos ofendendo não só a Deus como à moral” (MACIEL, 1897, p. 137). Nessa perspectiva quem pratica esse pecado acaba despertando a ira de Deus e transtornando o plano da benéfica providência, devendo, portanto, “[...] fugir de semelhante vício, pelos horrendos, atrozes casos e sucessos que têm acontecido neste mundo por causa deste pecado, como são: doenças, mortes repentinas, desonra, descrédito e infinitas penalidades [...]” (MACIEL, 1897, p. 139).

Antônio Conselheiro admoesta a tais pecadores se movam da profunda vontade de se livrar de tal transgressão, para que sejam, de fato, alcançados pela graça divina, enquanto ainda é tempo.

## 7º Mandamento

Antônio Conselheiro condena veementemente a prática do furto. Para ele “Se o primeiro passo dado pelo ladrão na carreira do crime fosse logo rigorosamente punido, a ponto de não sair da cadeia, não haviam de se ver tantas desgraças” (MACIEL, 1897, p. 141). E mais adiante, incisivamente, ele afirma:

Um brado unânime se deve pronunciar contra os ladrões, pelos prejuízos que causam com tão enorme procedimento. Sim, não se deve protegê-los para

exemplo daqueles que os queiram imitar. Quem desconhecerá que a impunidade daquele que comete o furto serve de animação aos outros para cometê-lo? (MACIEL, 1897, p. 141).

O peregrino entende que qualquer pessoa, se achando sem meios de sustentar a si próprio e à sua família, deve pedir, jamais furtar, pois o furto é uma ofensa terrível, não devendo ser praticado sob hipótese alguma, por quem quer que seja. Antes, porém, deve o homem “[...] atirar-se ao trabalho para dali tirar o meio de sua subsistência e de sua família” (MACIEL, 1897, p. 141).

Citando Santo Agostinho, o qual afirma “que não se perdoa o pecado sem se restituir o fruto” (MACIEL, 1897, p. 141), e mais adiante santo Tomás, o qual declara que: “[...] o alheio convém que se restitua logo, quando o que tomou injustamente tem bens com que possa fazer” (MACIEL, 1897, p. 141), Antônio Conselheiro conclui que aquele que furta, assim como todos aqueles que concorrem de algum modo para efetivação dessa prática, só será devidamente perdoado mediante duas observações: a busca do perdão divino, por ter transgredido a santa lei, alcançada por meio da confissão e penitência, e a restituição do furto ao próximo, havendo disponibilidade de condições para tal.

O peregrino segue, voltando-se, principalmente, para a realidade sertaneja, revelando aos seus ouvintes, inúmeras situações onde se evidenciam a prática do furto:

Furta o negociante que oculta os defeitos da fazenda na vara, no côvado, no peso, na medida, misturam a bebida com água. Quando o objeto não tem pronta venda, deixa de vender para aproveitar a ocasião da falta, para exigir mais do por que pode vender. Aproveita-se da ignorância do vendedor e comprador. O juro excessivo que exige daqueles que estão na precisão. O marido furta da mulher para gastar na taverna, no jogo e outros vícios. A mulher furta do marido para gastar nos luxos e vaidades. Os filhos furtam cousas de casa. Furta o artista quando não trabalha com a precisa diligência, assim como furta aquele dono de obras, aproveitando-se da necessidade do operário não lhe pagando seu trabalho como deve. Furta o vaqueiro, quando não cumpre com seu dever, assim como também seu amo quando não faz a partilha como deve. Furta o criado e a criada, dizendo que lhe dá pouca soldada. Furta aquele homem que achando qualquer objeto alheio não o restitui a seu dono, ou não aplicou sua importância em missa por sua alma. Também é furto que comete aquele artista que, por exemplo, recebeu qualquer objeto concernente à sua arte para fazer uma obra e a fez com menos do que recebeu, e não restituiu o resto a seu dono, não havendo declaração de lhe dar este resto. Nas louvações, partilhas, repartições, quando há dolo, más intenções, desejo de vingança, graves prejuízos nesses tribunais, juízes, advogados, escrivãos, testemunhas, que danos cometem que são responsáveis por eles (MACIEL, 1897, p. 142-143).

Nesta meditação, Conselheiro critica também, a prática do acúmulo desnecessário de bens, à custa, inclusive, de grande sobrepeso de consciência. Nesse sentido ele convida os seus ouvintes a contemplarem, como exemplo louvável de quem deseja salvar-se, o procedimento de Zaqueu<sup>75</sup>, o qual, “sendo rico, deu metade de seus bens aos pobres, e naquilo que teve defraudado pagou quadruplicado! E assim alcançou o perdão dos seus pecados” (MACIEL, 1897, p. 142).

## 8º Mandamento

O falso testemunho é uma ofensa gravíssima capaz de produzir inimagináveis danos aos envolvidos, por isso todos devem se guardar de cometê-lo. Entretanto, caso tal pecado já tenha sido praticado, e

[...] Se com este procedimento ocasionou algum dano, deve satisfazê-lo, retratando-se à pessoa que sofreu essa calúnia, pedindo-lhe perdão: devendo também retratar-se aquele a quem manifestou semelhante calúnia, pois só assim pode satisfazer o dano (MACIEL, 1897, p. 143).

Antônio Conselheiro, compreendendo a dimensão de tal pecado, adverte os seus ouvintes a não murmurarem do seu próximo. Antes, caso este tenha cometido alguma falha, é preciso que esta lhe seja revelada por meio da caridade, pois, “A murmuração é tão contra Deus e contra o próximo que, ainda que não fosse proibida no Decálogo<sup>76</sup>, devia ser abandonada de toda criatura, pela grande vileza que a todos causa” (MACIEL, 1897, p. 143). Nesse sentido ele afirma, ainda, que Jesus sofreu mais com as murmurações dos judeus do que com as dores oriundas da sua crucificação: “[...] porque seu santíssimo corpo padeceu o tormento da cruz; porém a murmuração atendia a deslustrar-lhe a honra, e por conseguinte a alma era quem sentia essa pena” (MACIEL, 1897, p. 143, 144).

Antônio Conselheiro tece essa meditação com a vivência de quem já experimentou muitas das terríveis consequências que os falsos testemunhos, as murmurações e as mentiras podem causar na vida do caluniado. Certamente por isso o peregrino empenha-se em mostrar

---

<sup>75</sup> Zaqueu foi um chefe dos cobradores de impostos, na cidade de Jericó - Cisjordânia, que se tornou seguidor de Jesus Cristo. A sua história está registrada na Bíblia Sagrada, no livro de Lucas 19:1-10, e destaca o seu arrependimento genuíno, após ter se encontrado com Jesus.

<sup>76</sup> Decálogo são os Dez mandamentos da Lei Divina, dados por Deus ao povo de Israel, no contexto da Aliança, por meio de Moisés, no Monte Sinai. (A BÍBLIA, Êxodo 20, 3-17).

aos seus ouvintes o quão perigoso é o uso indevido da língua e as implicações que podem advir deste mau uso.

Que ruína têm padecido as famílias, que aborrecimento as gerações, que desgraça aos inocentes por causa da murmuração. Que honras, vidas e fazendas têm destruído as línguas dos murmuradores, por um falso testemunho. São tais os murmuradores que até das obras de Deus murmuram: queixam-se dos tempos, da pouca saúde e de serem pobres. [...] O murmurador com um golpe de língua faz três feridas, ofende a Deus, ofende ao próximo e ofende a si. Ofende a Deus porque quebra o seu divino preceito. Ofende ao próximo porque falta à caridade em declarar a falta alheia [...] Ofende a si porque todos fogem dele, vendo-se envergonhado diante dos que tem ofendido (MACIEL, 1897, p. 145-147).

Por fim, o peregrino utiliza-se do exemplo máximo de Jesus, o qual sendo atacado pelas muitas ignomínias proferidas pelos judeus, e mesmo sendo instigado por Pilatos a contestá-las, não as respondeu, para que não afirmassem que dava ouvido a murmuradores. É nesse silêncio, segundo Conselheiro, que se constata o melhor expediente contra a murmuração.

## **9º Mandamento**

Antônio Conselheiro percebe a prática do adultério como pecado irreparável. Diante dessa realidade ele se empenha em aconselhar que todos, homens e mulheres, fujam dessa transgressão.

Todos devem fugir deste pecado. Porque se bem considerasse um homem e uma mulher o dano que resulta desta culpa, por ser irreparável, nunca o havia de cometer pelos estragos, mortes e desamparo dos filhos (MACIEL, 1897, p. 148).

Nessa meditação ele cuida, também, em descrever aquilo que parece ser uma espécie de “padrão de vida desejável” para a mulher casada, no sentido de orientá-la a se afastar de quaisquer circunstâncias que possam corroborar para a prática dessa horrível transgressão, a qual, por consequência, poderia até ocasionar-lhe a morte, o que, de fato, não era tão raro acontecer àquela época, principalmente nos sertões nordestinos. Nesse sentido ele as adverte:

[...] fujam de todo trato de conversação com homem e de lhes aparecer, ainda que sejam parentes. Guardem-se, quanto for possível, de ter amizade com mulheres desonestas. Não digam mal de seus maridos em presença de

outrem para não incorrerem na nota de que os não amam como devem e são obrigadas. E se seus maridos lhes derem exemplo neste particular, nem por isso lhes venha tal tentação de os ofender com outra semelhante injúria; porque além da ofensa que fazem a Deus, põem as suas vidas em perigo de serem castigadas pela justiça ou mortas por seu marido. Porque destas desatenções e modo de vingança têm sucedido grandes males e desgraças lamentáveis. De nenhum modo aceitem dádivas sem causa muito urgente, de homem algum. Não queiram em suas casas aparatos, mais do que as suas posses alcançarem [...] Também devem ser muito honestas no vestir [...] ser fortes, discretas e prudentes: dentro em suas casas zelosas, fora delas recatadas; e em todas as ocasiões exemplares [...] (MACIEL, 1897, p. 149).

Segundo o peregrino, a mulher não deve dar, sequer, motivo para que o marido desconfie dela, pois, a “[...] maior parte todas as desordens que sucedem entre os casados são por falta de sofrimento e impertinentes suspeitas (MACIEL, 1897, p. 149). Deve, sim, resistir a qualquer convite a praticar tal pecado pelo bem da salvação da sua alma.

### **10º Mandamento**

A cobiça das coisas alheias é uma ofensa muito grave. Diante desse entendimento, Antônio Conselheiro busca orientar os seus ouvintes, citando-lhes situações que exemplificam acerca do grande mal que este pecado pode trazer às suas vidas, como o que aconteceu com Caim, o qual, movido por inveja, matou seu próprio irmão Abel, e depois ficou desesperado e Datan e Abirão, sentindo inveja de Moisés, foram engolidos vivos pela terra. Portanto, ao invés de cobiçar o alheio, o homem deve resignar-se da sua condição, por mais desprezível que seja aos olhos daqueles que morrerão impenitentes.

O peregrino afirma que os mandamentos precisam ser guardados com todo rigor, sem fingir dificuldades em cumpri-los:

E por isso convém e importa a todo cristão que, se se quiser salvar, ponha termo em seus pecados, pedindo muito a Deus que lhe dê forças para abraçar as suas santas inspirações, para se poder tirar da ocasião da culpa; pois para isso nos deixou Deus o livre alvedrio nas nossas mãos. Porque é certo que não querer largar a culpa é sinal de precito; e deixar-se estar nela é querer ir para o inferno (MACIEL, 1897, p. 151).

Não se trata de um aconselhamento simples de aplicar, mas totalmente necessário. E como instrumento de ajuda, o peregrino cita um poderoso expediente: a oração, a qual pode ensinar, muito mais que os estudos:

Nosso Senhor Jesus Cristo deixou aos homens o remédio na oração para os livrar das tentações, naquelas palavras do Padre Nosso. E não nos deixes cair em tentação, mas livra-nos do mal, Amém. (Mat. cap. 6, v. 13) [...] a tentação não se atreve a chegar à alma que tem oração (MACIEL, 1897, p. 151).

A oração que produz eficácia, aqui, está condicionada à guarda dos mandamentos, pois: “como será possível aceitar Deus a oração daquele que não guarda os seus mandamentos?” (MACIEL, 1897, p. 151). Sendo assim, as duas coisas precisam acontecer simultaneamente, para que o pecador seja livrado por Deus nas tentações: a oração a Deus e a observância dos seus mandamentos. Além dessas atitudes, é preciso fugir dos maus pensamentos que não procedem de Deus.

Quem se não quiser achar afligido de pensamentos desonestos tenha os olhos castos e faça concerto com eles de não olhar o que lhe não é lícito desejar. A muitos tem a vista sido causa de adultério, além de outros enormes pecados que por ela se têm introduzido no mundo. (MACIEL, 1897, p. 153).

Conselheiro explica que o pensamento e os sentidos, sobretudo a visão e a audição, corroboram na geração do pecado e admoesta que se deve controlá-los a fim de não incidir em culpa: “[...] fica claro que o pensamento é o primeiro móvel que faz ou deixa fazer a culpa. E que das vistas e ouvidos se gera no entendimento o pecado para depois se pôr em execução” (MACIEL, 1897, p. 153). Como exemplo do que afirma, o peregrino convida seus ouvintes a analisar o caso de Davi. Este era

[...] pasmo de força, assombro de saber, exemplo de virtude e tão amigo de Deus: bastou uma só vista de olhos, quando se deixou embelezar de Betzabé, para cair em tão enorme culpa. Se não fora repreendido por mandado de Deus pelo profeta Natan; se não tomasse o conselho e repreensão, vejam o que lhe sucederia. Porém Davi, como era homem de muito claro entendimento, conheceu o erro e logo se arrependeu, fazendo penitência e Deus lhe perdoou o seu pecado (MACIEL, 1897, p. 153).

Conselheiro expõe aos seus ouvintes, nessa meditação, um preceito bastante rigoroso, contudo, o objetivo maior deste justifica o rigor aplicado: somar-se na salvação eterna de todos aqueles que, arrependendo-se de tal pecado, buscam o perdão de Deus.

Nessa segunda parte da obra, Antônio Conselheiro nos mostra, com bastante clareza, o nível do seu comprometimento com o discurso religioso, ético, moral e político. Emerge

facilmente, das suas interpretações dos mandamentos divinos, um ser humano preocupado em orientar os homens a trilhar pelos caminhos do bem, os quais, para além de os conduzirem à eternidade ao lado de Cristo, os guiavam em harmonia, aqui na terra.

Antônio Conselheiro parece buscar reproduzir um comportamento similar ao de Moisés<sup>77</sup>, o qual, recebendo de Deus as tábuas da Lei, contendo os dez mandamentos para o povo hebreu, logo cuidou em transmiti-los, no intento de fazê-los entender o quão grande era o cuidado divino para com eles, pois enfrentavam as vicissitudes do deserto e careciam de preceitos para se manterem juntos e firmes no propósito de alcançar a terra prometida: Canaã. De semelhante modo o peregrino se empenha em promover meditações sobre o referido tema, orientando-os acerca da necessidade de observar tais preceitos para alcançarem a cidade celestial: a nova Jerusalém, e mais, corroboravam para uma convivência social harmônica, ainda aqui, na terra.

A estabilidade racional com que Antônio Conselheiro descreve as suas interpretações acerca dos mandamentos revela-nos, seguramente, um homem comprometido com o discurso que profere, uma vez que ele se submete às considerações que tece. De fato ele se coloca como exemplo do que fala, e não como interlocutor que somente deseja ver cumprir no outro o que diz – é a sua vida de penitência que afirma isso, ao passo que o autoriza, inclusive, a denunciar o colapso em que se encontra a sociedade sertaneja por não atentar para os preceitos divinos, pois o pecado não só põe em risco a salvação eterna, como se apresenta como a principal razão dos tantos danos causados à convivência entre aqueles homens.

Para Conselheiro o mundo é um lugar de tentações e seduções, e isso provoca nele a necessidade de recorrer à Graça e a bondade de Deus como auxílio para o homem, pois este é pecador, por natureza, e só pode salvar-se por meio da provisão divina, do arrependimento de seus pecados e da prática de boas obras. Nesse sentido, em momentos que percebe que há certa resistência por parte de alguns dos seus ouvintes em observar tais preceitos, ele sabiamente eleva o tom do seu discurso, mostrando-lhes, conforme o exemplo do apóstolo Paulo, que as suas meditações “[...] não se fundam em palavras vãs da humana sabedoria, mas sim em espírito e virtude. Nas quais palavras condena a eloquência humana e inculca a eficácia necessária para repreender os vícios e mover o coração ao santo temor e amor de Deus” (MACIEL, 1897, p. 162). Entretanto, mesmo nesses momentos mais incisivos, em que se viu constringido a enrijecer as suas palavras, o amor jamais deixou de ser o alicerce do seu

---

<sup>77</sup> Moisés é considerado um dos principais personagens bíblicos do Antigo Testamento. Ele foi o legislador por meio do qual Deus constituiu os hebreus como nação, e os conduziu até os limites da Terra Prometida.

discurso, visto que o seu objetivo maior era de que nenhuma alma se perdesse dos caminhos da salvação divina.

Assim, nestas meditações de Antônio Conselheiro, não evidenciamos outra coisa senão um autor que promove considerações conexas e nada abstrusas, totalmente pertinentes ao texto bíblico, realizadas com uma força argumentativa lúcida, moderada, dedicada a tornar a mensagem divina mais acessível, numa verdadeira atitude de amor ao próximo, a qual se dava naturalmente, como reflexo do amor de Deus que o peregrino nutria em si.

### **6.1.3 Terceira parte: textos extraídos da sagrada escritura**

Essa terceira parte dos manuscritos é iniciada com a transcrição de alguns excertos bíblicos em latim, com suas respectivas traduções para o português. Antônio Conselheiro certamente utilizava-se de tais fragmentos no desenvolvimento das suas prédicas, vez que é possível constatar a presença de muitos desses também em meditações anteriores, já discutidas aqui, nesse estudo. Esses fragmentos textuais não se apresentam de forma sistemática, contudo é perceptível que o objetivo do Conselheiro ao transcrevê-los, era apresentar o plano de salvação de Jesus, evidenciando os benefícios de segui-lo, apesar dos prováveis sofrimentos que incidiriam nesse passo, assim como os malefícios por não observar a sua palavra: a condenação eterna. Nesse sentido são apresentadas as implicações das duas decisões:

A palavra de Deus tem tanta eficácia de alumiar e esquentar as almas, que muitos ouvindo-a reformaram suas vidas e, abrasados do amor divino, havendo sido grandes pecadores, ficaram justos e acabaram santamente. E pelo contrário, tem acontecido a muitos que por não quererem ouvir e abusarem das inspirações divinas, experimentaram várias desgraças, e finalmente vieram a perder a mesma alma (MACIEL, 1897, p. 162).

Antônio Conselheiro não se cativa por outras coisas, senão as divinas. Assim, utilizando-se das palavras do apóstolo Paulo, ele afirma:

Os meus sermões [...] não se fundam em palavras vãs da humana sabedoria, mas sim em espírito e virtude. Nas quais palavras condena a eloquência humana e inculca a eficácia necessária para repreender os vícios e mover o coração ao santo temor e amor de Deus. (MACIEL, 1897, p. 162).

Dessa forma ele admoesta os seus ouvintes que não dispensem atenção àqueles que só pregam acerca das coisas temporais, deixando de lado as coisas espirituais, que, conforme a sua ótica, são os preceitos defendidos pela igreja católica:

E por isso vos advirto que vos não aconteça seguir os ditames de alguns presumidos de sábios, que só vão buscar aqueles pregadores de grande fama pelos subidos conceitos e floridos no estilo. Porque estes tais ouvintes, como não são homens de espírito, não gostam do espiritual e só tratam do temporal: como se a santa doutrina não fora cousa tão necessária para a salvação dos homens e a não ditara e ensinara o mesmo Nosso Senhor Jesus Cristo (MACIEL, 1897, p. 162).

Conselheiro concentra-se em mostrar aos seus ouvintes que a morte de Jesus, na cruz, é parte do plano de Deus para a salvação da humanidade, e, como tal, precisa ser valorizada por eles. Nessa perspectiva, ressaltando a grandeza de tal acontecimento, Antônio Conselheiro enfatiza o sentimento demonstrado pela própria natureza, quando da morte do seu Criador: “Tremeu a terra, quebraram-se as pedras, abriram-se as sepulturas, moveram-se os montes, cobriu-se de luto o mundo, eclipsou-se o sol e a lua [...]” (MACIEL, 1897, p. 163). Esses prodígios, segundo o peregrino, foram notados em muitos outros lugares da terra, e foram entendidos, até por pessoas que não professavam fé em Cristo, como manifestações de pesar pela morte de Cristo:

S. Dionísio Areopagita, famoso astrólogo e matemático, sendo ainda gentio, sem ter luz da fé de Nosso Senhor Jesus Cristo, estando em Hierópolis, cidade do Egito, e vendo uma cousa tão nova e prodigiosa, como foi escurecer-se o sol e eclipsar-se milagrosamente com a interposição da lua contra toda a ordem natural; admirado deste sucesso, exclamou: Ou Deus, autor da natureza, padece ou a máquina do mundo se desfaz! (MACIEL, 1897, p. 163).

Ainda alguns outros fatos são citados, sob o propósito de evidenciar aos seus ouvintes os prodígios que se deram quando da morte de Jesus Cristo:

[...] o centurião, capitão da gente de guerra, confessou a Nosso Senhor Jesus Cristo por verdadeiro Filho de Deus. Longuinhos, depois que feriu o lado de Nosso Senhor Jesus Cristo, vendo-se restituído da vista, por ter sido cego, se converteu e confessou a Nosso Senhor Jesus Cristo por verdadeiro Deus (MACIEL, 1897, p. 164).

O empenho do Conselheiro em fazer os seus ouvintes reconhecer Jesus como salvador e redentor é bastante considerável. Ele invoca o texto bíblico por várias vezes, citando passagens que entende corroborar com o seu discurso, afirmando que [...] só a sua santa lei devem guardar irrepreensivelmente todos aqueles que quiserem salvar: porque além de ser mui verdadeira, são suaves os seus santos preceitos [...] (MACIEL, 1897, p. 165), De fato Conselheiro vê, naquilo que ele denomina enquanto “livros espirituais”, a fonte do conhecimento de toda a verdade:

E por isso diz são João Crisóstomo que é mui importante a lição dos Livros Sagrados, pois por meio deles recebe a alma a santificação e graça do Espírito Santo (Homil., 31). E são Pedro Damiano afirma serem estas as mais fortes armas contra o inimigo infernal (Lib. 6. epist.3.). Finalmente, são muitos os louvores que dão os Santos aos livros espirituais. Santo Agostinho lhes chamou cartas que vêm aos homens do Paraíso. São Basílio lhes chama dons, que manda Deus do céu e sustento das almas. São João Crisóstomo diz que ao lê-los se abrem os céus aos homens. E Cassiodoro lhes chamou utilidade do cristianismo, tesouro da Igreja e luz das almas. De Santo Ignácio de Loiola sabemos que o ler ele o *Flos Sanctorum* bastou para dar princípio aos grandes progressos de suas virtudes e santidade. E outros muitos e inumeráveis Varões, pela lição dos bons livros vieram a ser tão grandes santos, como tereis lido e ouvido contar (MACIEL, 1897, p. 166-167).

O cuidado que Antônio Conselheiro dedica aos seus ouvintes, no sentido de conscientizá-los a perceber que reside no sacrifício de Jesus a motivação maior para que eles se voltem a Deus, arrependendo-se dos seus pecados e adotando uma nova vida em busca da salvação eterna é, indubitavelmente, uma clara demonstração de amor por estes. Os seus argumentos, embasados no texto bíblico, assim com as suas atitudes, em consonância com o que pregava, não permite outro entendimento senão o de que era um missionário que anelava ver a mensagem de salvação chegar àquele povo, a partir da observação dos preceitos divinos – nobre missão equivocadamente associada a fanatismo religioso.

#### **6.1.4 Quarta parte: prédicas de circunstâncias e discursos**

##### **Sobre a Cruz**

Antônio Conselheiro inicia essa prédica convocando o homem a assumir a sua cruz, sob quaisquer circunstâncias. E nisto ele deve jubilar-se, visto que em função de tal compromisso poderá desfrutar da vida eterna no céu, ao lado de Deus. Trata-se de um

benefício do Senhor pelo qual ele deve render-Lhe graças, uma vez que a rejeição à cruz implica em rejeição ao amor de Deus, pois, como “[..] podem crer que lhes têm verdadeiro amor aqueles que renunciam à cruz que o Senhor lhes envia?” (MACIEL, 1897, p. 171).

No intento de cativar o amor dos homens, Jesus suportou as mais perversas ignomínias que culminaram em sua morte na cruz, e sobre isso é crucial que se medite, pois segundo o Conselheiro, Jesus

[...] não buscou nem a sua vontade nem as suas comodidades, [...] mas sacrificou tudo isto e a própria vida para nossa salvação [...] pelo amor que nos tinha, não buscou os prazeres da terra, mas os sofrimentos e a morte, e, entretanto, era inocente (MACIEL, 1897, p. 171).

A mensagem da cruz é excepcional. Através dela Jesus doutrinou o mundo acerca da necessidade de sacrificar-se a Deus, em amor ao próximo. E é por conta desse incomparável amor exalado na cruz, que a sua mensagem deve ser observada, sendo indispensável “[...] associar-se a este grande sacrifício, morrendo a si mesmos, às suas paixões [...]” (MACIEL, 1897, p. 174), pelo bem da salvação eterna. Nesse sentido o peregrino convida os seus ouvintes a se concatenarem a mensagem da cruz, aceitando-a, tendo em vista que os sacrifícios advindos desta certamente se transformarão em triunfo. “Tu foste o fim de seus trabalhos, tu o começo de seu repouso, tu a vitória de sua batalha, tu a entrada de sua glória e posse de seu reinado” (MACIEL, 1897, p. 174).

Essa meditação revela-nos bastante acerca de como pensava Antônio Conselheiro. Em meio às muitas adversidades que enfrentava nos sertões baianos, liderando os milhares de sertanejos que o seguiam, seria plenamente admissível que ele não manifestasse resignação ante a situação tão calamitosa que os envolvia. Entretanto, é justamente no exemplo maior do sacrifício de Cristo em resignar-se a enfrentar a cruz, que ele encontra o alento necessário para suportar tais dificuldades. E, mais, ao passo que esse entendimento o envolve, ele o reproduz, envolvendo, de igual forma, os seus ouvintes a se moverem por tão grande exemplo.

### **Sobre a missa**

Nessa meditação Antônio Conselheiro apresenta a missa como liturgia fundamental na construção de uma identidade religiosa cristã: É ela...

[...] a melhor cousa e mais sagrada que Deus deixou à sua Igreja, por ser a representação da paixão e morte de Nosso Senhor Jesus Cristo para que, lembrando-nos do que por nós padeceu, nos seja essa repetida memória um despertador grande para amar a Deus e servi-lo (MACIEL, 1897, p. 175).

Segundo Conselheiro, é na missa que se dão os melhores momentos para oração. E a oração por ele é concebida enquanto uma atitude que aproxima o ser humano de Deus, pois destrói os vícios e alcança as virtudes do divino: “[...] faz abater a soberba, deixar a avareza, aplacar a ira, [...] extinguir a inveja e finalmente de túbios e preguiçosos nos faz diligentes no serviço de Deus” (MACIEL, 1897, p. 175).

Além desses, a missa apresenta, segundo o peregrino, muitos outros benefícios: pode ser ofertada pelas almas que estão no purgatório; também é a maior dádiva que se pode oferecer a Deus, visto que nela é oferecido o seu Filho, “[...] e Este e seus merecimentos excedem infinitamente a todos os bens da fortuna e da graça” (MACIEL, 1897, p. 175).

Conhecendo os posicionamentos de alguns santos da igreja católica sobre a missa, Conselheiro os cita, buscando enfatizar a importância desse mistério:

Diz São Lourenço Justiniano que agrada mais a Deus a missa, que todos os merecimentos dos anjos e santos da terra. E São Bernardo diz que em uma missa oferecemos muito mais a Deus que se déramos tudo quanto temos aos pobres, ainda que fôssemos Senhor do universo e déramos de esmola toda ao mundo, com suas rendas (MACIEL, 1897, p. 175)

De fato, para o peregrino, a missa possui valor imensurável, pois, conforme ele afirma, nela

[...] se acha para os aflitos alívio, para os tristes consolação, para os atribulados remédio, para os combatidos socorro, para os consolados esperança e toda mais paciência, fortaleza, graça por meio deste divino sacrifício se alcança porque é fonte, luz, graça, indulgência para os vivos, e também para as almas do purgatório (MACIEL, 1897, p. 176)

Para Antônio Conselheiro o alcance da missa é bastante amplo. E nessa meditação ele deixa claro aos seus ouvintes que só por meio da observância desse mistério o ser humano pode alcançar a benevolência divina com todos os benefícios que esta produz.

### **Sobre a confissão**

Nessa prédica Antônio Conselheiro enfatiza que é extremamente importante que o cristão examine, rigorosamente, a sua consciência, a fim de alcançar comunhão digna com Deus, pois, por conta do pecado original, há, no coração do homem,

[...] o germe de tudo que é mau, uma soberba ora atrevida e violenta, ora disfarçada e astuciosa, uma curiosidade desmedida, apetites insaciáveis, o ódio acompanhado da injúria, do ultraje e da calúnia, a inveja mãe do homicídio, avareza que diz continuamente: traze, traze; a dureza da alma, as alegrias culpáveis do espírito [...] (MACIEL, 1897, p. 176).

E apesar de cada ser humano desenvolver tais sementes de formas distintas, somente a Graça de Deus é capaz de domá-las e reprimi-las. Sendo assim, segundo Conselheiro, é necessário que o homem se confesse para alcançar o perdão divino, sendo regenerado pelo sangue do cordeiro e revestido da inocência primeira: “[...] a veste nupcial necessária para assistir ao banquete do Esposo” (MACIEL, 1897, p. 178). Nessa perspectiva ele admoesta os seus ouvintes:

Vós que andais oprimidos com o peso de vossos pecados, dai-vos pressa, ide, com dor sincera e amorosa esperança, aliviar-vos dele aos pés daquele que faz as vezes do Filho de Deus; ide e humilhai-vos, ide e chorai; a mão divina enxugará vossas lágrimas e, restabelecidos em graça com Deus, em paz convosco, cantareis com alegria o hino do perdão (MACIEL, 1897, p. 178).

Abençoados são aqueles que têm os seus pecados perdoados por Deus, pois participam da comunhão com o Pai, que é um “[...] dom que excede a todos aqueles que pode dar um Deus Todo-Poderoso” (MACIEL, 1897, p. 178).

A salvação dos homens foi conquistada por Jesus, sob intensas dores e ignomínias, por isso é necessário que estes atentem para a necessidade de se aproximarem de Deus, em comunhão, confessando-se, ao menos uma vez por ano, pois [...] a confissão é incontestavelmente necessária para a Salvação eterna; em virtude dela são perdoados os pecados (MACIEL, 1897, p. 179). Assim, com a finalidade de orientar os seus ouvintes, Conselheiro discorre acerca de como deve uma confissão bem feita:

[...] é necessário que preceda o exame de consciência: discorrendo pelos mandamentos da lei de Deus, pecados mortais, obras de misericórdia e pecados de omissão, que versam sobre aquele que não obra como deve em qualquer cargo ou poder em que se vir constituído. Devem declarar todos os pecados cometidos com as circunstâncias que os acompanharam, não

ocultando um só, por mais horroroso que seja. Também devem penetrar-se de viva dor de haver cometido tantas misérias, e daí por diante fazerem firme propósito de emenda, assim como satisfazerem a penitência que for imposta pelo confessor (MACIEL, 1897, p. 179).

Essa meditação nos evidencia bastante, acerca do cuidado que Antônio Conselheiro tinha com seus ouvintes/seguidores, principalmente nas questões espirituais, pois, para além de enfatizar a necessidade de cumprir o sacramento, ele expunha, em detalhes, todos os passos que eles deveriam seguir, para que obtivessem êxito nesse mistério.

### **Sobre as maravilhas de Jesus**

Nesse pequeno parágrafo, utilizando-se das suas palavras, mas mantendo-se fiel ao texto bíblico registrado nos evangelhos<sup>78</sup>, Antônio Conselheiro relata a entrada triunfal de Jesus Cristo em Jerusalém, a qual se deu sob intensa adoração dos seus discípulos, os quais diziam, em alta voz: “Bendito o reino<sup>79</sup> que vem em Nome do Senhor, paz no céu e glória nas alturas” (MACIEL, 1897, p. 179). O texto informa que alguns fariseus protestavam, pedindo para que Jesus contivesse os seus discípulos naquela manifestação, pelo que Ele respondeu “Seguro-vos que se eles se calarem, clamarão as mesmas pedras” (MACIEL, 1897, p. 179). Ao citar a resposta de Jesus, diante do pedido de contenção dos seus discípulos, Conselheiro mostra aos seus ouvintes que, além da adoração a Jesus ser inalienável, ela deve ser prestada sob quaisquer circunstâncias, até mesmo quando muitos a tem como impertinente.

### **Construção e edificação do Templo de Salomão**

Antônio Conselheiro inicia essa meditação destacando os consideráveis números envolvidos na construção do templo de Salomão:

Havia 70.000 operários carregadores de material e 80.000 a cortarem pedra nos montes e 3.600 feitores inspecionando as obras, e 2.000 israelitas andavam pelo Líbano, cortando cedro e faias. Assim se levantou aquele

<sup>78</sup> Trata-se dos quatro primeiros livros do Novo Testamento (Mateus, Marcos, Lucas e João), os quais são dedicados a relatar a vida de Jesus.

<sup>79</sup> Aqui acontece uma substituição do termo “Rei” por “reino”. O texto bíblico que registra essa passagem diz: “[...] Bendito é o **Rei** que vem em nome do Senhor! Paz no céu e glória nas maiores alturas” (A BIBLIA, Lucas 19, 38, grifo meu). Nesse caso, das duas, uma: ou houve uma substituição intencional do termo por Antônio Conselheiro, no sentido de uma melhor aplicação didática, ou houve um equívoco de Ataliba, na transcrição do seu manuscrito. De qualquer sorte, as ideias que se depreendem dos termos se aproximam.

majestoso e riquíssimo Templo, com 60 côvados de comprimento, 20 de largo e 30 de alto, sem contar os espaçosos alpendres que o cercavam e os grandes adros para os sacerdotes e para o povo. As paredes de dentro eram forradas de retábulos de cedro, de primorosa e finíssima escultura, representando querubins, palmas e flores variadas. Todas as alfaías do culto, entre as quais 10 mesas, candelabros e 100 taças ou cálices, eram de ouro puríssimo, e o Santuário e o Santo dos Santos, de alto a baixo chapeados de lâminas de ouro, pregados com cravos também de ouro (MACIEL, 1897, p. 180).

Trata-se de uma vultosa obra dedicada a Deus. Entretanto, Antônio Conselheiro sabia que a grandeza divina não caberia naquela construção, por isso, fazendo uso das palavras de Salomão, ele afirma:

Não há quem convosco se possa comparar, nem os céus dos céus podem conter vossa infinita majestade, quanto mais esta casa. E todavia a edifiquei para que ouvísseis as orações do vosso povo. Ouvi, pois, Senhor, a todos os que neste lugar orarem e sede-lhes propício (MACIEL, 1897, p. 180).

Adiante, em resposta à oração de Salomão, Deus afirma: “Ouvi a tua oração, santifiquei esta casa e meus olhos e meu coração aqui estarão sempre atentos para todos os que me invocarem” (MACIEL, 1897, p. 180).

Assim como o templo de Salomão, Antônio Conselheiro vê as igrejas, por ele construídas, ao longo da sua vida, como a casa de Deus - um lugar de oração ao Senhor. E ele cuida em transmitir esse entendimento aos seus ouvintes, inclusive ao afirmar que: “O Templo de Salomão é, como o antigo Tabernáculo, uma figura das nossas Igrejas” (MACIEL, 1897, p. 181).

### **Sobre o recebimento da chave da igreja de Santo Antônio, padroeiro do Belo Monte**

Com bastante humildade, Antônio Conselheiro atribui o término da obra da Igreja de Santo Antônio, padroeiro do Belo Monte, às virtudes do Filho de Deus, e é sobre elas que o peregrino se vê impulsionado a falar, nessa ocasião.

[...] Deus pela virtude de seu poder tirou todas cousas do nada; porque só a sua divina vontade é regra certa de toda virtude. Contemplamos com pleno júbilo as maravilhas que o Onipotente Senhor está fazendo aqui, por tanta glória, louvor e honra ao nosso amável Jesus, cujo nome [...] é sobre todos os nomes [...] Foi o Bom Jesus (nutro a mais íntima satisfação de declarar-vos)

que tocou e moveu os corações dos fiéis para me prestarem as suas esmolas e os seus braços a fim de levar a efeito a obra do seu servo (MACIEL, 1897, p. 181).

Antônio Conselheiro reconhece a participação daqueles que cooperaram com as suas ofertas e braços, afirmando que sobre estes viria a maior das recompensas: participar da glória divina. Entretanto, é ao Filho de Deus que o peregrino atribui a ajuda perfeita: “Impossível seria, fiéis, eu fazer a Igreja de Santo António se o Bom Jesus deixasse de prestar-me o seu poderoso auxílio” (MACIEL, 1897, p. 181).

Trata-se de um momento festivo onde Conselheiro comemora a construção do templo “[...] tão útil, tão aceitável e agradável a Deus” (MACIEL, 1897, p. 181), como uma vitória da sua religião, a católica. O peregrino comenta que a lei de Moisés foi aperfeiçoada em Jesus, por meio da Graça, “[...] indispensável para a salvação eterna”. (MACIEL, 1897, p. 182). Nessa perspectiva ele afirma aos seus ouvintes que:

Jesus é a única esperança da nossa salvação; fora dele não há salvação em parte alguma. Ele mesmo nos diz: [...] Eu sou a porta e se alguém por mim entrar será salvo. Acreditem pois, fiéis, na lei da graça, que é a verdadeira lei que devem observar irrepreensivelmente para vossa salvação. Considerem, portanto, que desta santíssima lei da graça a sua observância revela o amor de Deus [...]. Foi Nosso Senhor Jesus Cristo, fiéis, que fundou a sua Igreja e conseqüentemente só ela é a verdadeira, cujo ensino vem do mesmo Senhor: nela não há erro, porque o seu fundador é a fonte de toda sabedoria, santidade e perfeição (MACIEL, 1897, p. 183).

Conselheiro segue, convidando os fiéis a refletirem acerca dos benefícios advindos da construção de templos<sup>80</sup>, do quão tal atitude é estimada por Deus. “[...] se bem considerasse a criatura os merecimentos que em vida mesmo alcança de Deus, certamente não deixaria de concorrer com suas esmolas e com os seus braços para construção de tão belas obras” (MACIEL, 1897, p. 183-184).

Por fim, ele clama aos céus, que os seus ouvintes compreendam e saibam agradecer os benefícios que acabam de receber de Jesus, representados no término do templo, os quais atestam os tesouros da sua bondade e misericórdia.

### **Sobre a parábola do Semeador**

---

<sup>80</sup> Essa inclinação à construção de igrejas é ressaltada por Honório Vilanova, em Nertan Macedo (1983, p. 37): “O Peregrino disse a quantos o ouviram no Urucu que tinha uma promessa a cumprir: erguer vinte e cinco igrejas. Que não as construiria, contudo, em terras do Ceará.

Trata-se, aqui, de fragmentos retirados do texto bíblico neotestamentário, os quais reproduzem, além da própria **Parábola do Semeador**, a qual se encontra registrada nos evangelhos de Mateus 13:1-9, Marcos 4:3-9 e Lucas 8:4-15, também a **Parábola da Candeia**<sup>81</sup>, registrada no livro de Lucas 8:16-18; e a segunda parte da **Parábola dos primeiros assentos e dos convidados**, registrada no evangelho de Lucas 14:12-14.

Conjecturando que tais fragmentos foram extraídos do texto bíblico com a função de servir de base, para que Antônio Conselheiro construísse meditações sobre tais temáticas, é possível, a partir de uma interpretação prática dos seus conteúdos, buscarmos, neles, certas aproximações com a linha discursiva religiosa do peregrino. Assim, na parábola do Semeador, conforme, inclusive, explica o próprio Jesus<sup>82</sup>, a semente é a palavra de Deus, o semeador é aquele que anuncia a palavra e os diferentes solos por onde as sementes caíram, cada um com suas particularidades, representam os corações dos homens. Por analogia, vislumbramos em Antônio Conselheiro tal semeador, o qual se dedica em semear a palavra de Deus aos homens, conforme a concebe. Entretanto, diante da inconstância do homem, nem sempre ele vê essa semente frutificar, conforme gostaria. Diante de tal situação, o peregrino admoesta os seus ouvintes, na perspectiva de que estes tornem os seus corações férteis, ao ponto da palavra divina encontrar neles o ambiente propício para germinar, crescer e dar bons frutos, fazendo-os, assim, alcançarem a salvação eterna.

Na **parábola da candeia** Jesus afirma que: “Ninguém pois acende uma luzerna e a cobre com alguma vasilha, ou a põe debaixo da cama: põe-na sim sobre uma candieiro para que vejam a luz os que entram [...]” (MACIEL, 1897, p. 185). Quando alguém acende uma lâmpada sempre é com o propósito de expor a sua luz, nunca de escondê-la. Desse modo, uma das lições práticas, possíveis de ser extraídas dessa parábola, é que a mensagem de Jesus, enquanto luz, deve ser exposta ao máximo, para que ilumine o coração das pessoas, e estas alcancem a salvação, por intermédio dela. Informações presentes nos manuscritos do Conselheiro revelam que ele se empenhava nesse propósito. O peregrino, em suas andanças pelos sertões nordestinos, pregava a palavra da salvação divina, mostrando ao povo os benefícios de observar tal mensagem: teriam os seus corações iluminados por Deus, sendo, assim, salvos da escuridão dos seus pecados.

---

<sup>81</sup> O título dessa parábola não é transcrito por Antônio Conselheiro, nos fazendo, assim, lançar mão do texto bíblico a fim de nomeá-la.

<sup>82</sup> Após proferir a parábola Jesus é indagado pelos discípulos acerca do seu significado, e logo passa a explicá-la. Sua resposta se dá entre os versos 10 e 15.

Na segunda parte da **parábola dos primeiros assentos e dos convidados**<sup>83</sup>, Jesus revela certa preocupação com os princípios de conduta que as pessoas estavam a adotar, e faz um aconselhamento:

Quando deres algum jantar, ou alguma ceia, não chames nem teus amigos nem teus irmãos, nem teus parentes, nem teus vizinhos que forem ricos: para que não aconteça que também eles te convidem à sua vez e te paguem com isso: mas, quando deres algum banquete, convida os pobres, os aleijados, os coxos e os cegos: e serás bem-aventurado, porque esses não têm com que te retribuir: mas ser-te-á isso retribuído na ressurreição dos justos (MACIEL, 1897, p. 185).

Com esse conselho Jesus produz um grande ensinamento, chamando a atenção para a necessidade do amor desinteressado, da compaixão para com o próximo e do espírito humilde. Não se trata de proibir, literalmente, que se convidem os amigos, irmãos, parentes ou vizinhos ricos para uma festa. Trata-se de acolher, de dispensar cuidados também àqueles que não possuem condições de retribuir, entendendo que a recompensa por tal atitude de amor virá dos céus, conforme diz o texto, na ressurreição dos justos.

Esse era o entendimento do Conselheiro, por isso dedicou boa parte da sua vida aos pobres e necessitados, aos quais ele abraçava nas suas mais diversas necessidades.

### **Sobre a República**

É bastante evidente o teor político dessa meditação. Antônio Conselheiro a inicia expondo, claramente, o seu posicionamento em relação à República, o novo regime vigente à época: “[...] é incontestavelmente um grande mal para o Brasil [...]” (MACIEL, 1897, p. 185). Segundo Conselheiro, a República, fruto da incredulidade do homem, oprimia severamente a igreja e os fiéis, chegando, até mesmo, a proibir o trabalho missionário da Companhia de Jesus. Dessa forma ela fazia-se, portanto, “[...] o ludíbrio da tirania para os fiéis” (MACIEL, 1897, p. 185). Nesse sentido o peregrino vê, com bastante assombro, o posicionamento daqueles que corroboraram para efetivar essa nova forma de governo, ao tempo que lamenta

---

<sup>83</sup> Na primeira parte dessa parábola, registrada no evangelho de Lucas 14:8-11, Jesus se utiliza das circunstâncias de uma festa de casamento, para apresentar o ensinamento de que não é prudente que alguém se apresse em ocupar um lugar de grande honra, sem ter sido convidado a ocupar tal lugar, pois é possível que o anfitrião da festa tenha convidado uma pessoa ainda mais distinta, e, quando tal pessoa chegar à festa, pode não lhe restar outra opção senão convidar aquele que se sentou no lugar de honra para que saia e ocupe um lugar inferior. Obviamente essa pessoa ficará bastante envergonhada pela humilhação que sua própria soberba lhe submeteu. Jesus exorta, assim, que é muito melhor que a pessoa ocupe primeiramente um lugar inferior, para que, quando o anfitrião chegar, possa convidá-lo a ocupar um lugar de mais importância, sendo este então honrado diante de todos os convidados.

não haver homens que a contestem, o que seria, para ele, uma magnífica prova de fé. Entretanto, Conselheiro crê que a religião subsistirá à república, pois ela é uma “[...] obra-prima de Deus que há dezenove séculos existe e há de permanecer até o fim do mundo; porque Deus protege a sua obra [...]” (MACIEL, 1897, p. 186).

Para Conselheiro, o ideal seria que os homens reconhecessem as suas limitações e não afrontassem a Deus, tentando impor as suas vontades, ocupando, inclusive, lugares que, por princípios divinos não os pertencia, como o faz o presidente da República:

O presidente da república, [...] movido pela incredulidade que tem atraído sobre ele toda sorte de ilusões, entende que pode governar o Brasil como se fora um monarca legitimamente constituído por Deus; tanta injustiça os católicos contemplam amargurados (MACIEL, 1897, p. 186).

De fato, a posição contrária à República, defendida por Antônio Conselheiro, sustenta-se no fato dessa nova forma de governo estruturar-se à sombra de princípios laicos, os quais, por consequência, deslegitimavam a presença da religião católica, enquanto religião oficial do Brasil. Para o peregrino isso era inadmissível, pois entendia que:

Todo poder legítimo é emanção da Onipotência eterna de Deus e está sujeito a uma regra divina, tanto na ordem temporal como na espiritual, de sorte que, obedecendo ao pontífice, ao príncipe, ao pai, a quem é realmente ministro de Deus para o bem, a Deus só obedecemos. (MACIEL, 1897, p. 186).

Nesse sentido, todas as resoluções advindas da República, por mais que parecessem benéficas ao povo, precisavam ser, necessariamente, rechaçadas, visto que a mesma se estabelecia sobre princípios ilegítimos, de acordo com a Igreja:

É evidente que a república permanece sobre um princípio falso e dele não se pode tirar consequência legítima: sustentar o contrário seria absurdo, espantoso e singularíssimo; porque, ainda que ela trouxesse o bem para o país, por si é má, porque vai de encontro à vontade de Deus, com manifesta ofensa de sua divina lei. Como podem conciliar-se a lei divina e as humanas, tirando o direito de quem tem para dar a quem não tem? (MACIEL, 1897, p. 186-187).

Antônio Conselheiro entende que o direito de governar o Brasil, por princípio divino, pertence ao príncipe Dom Pedro III, o qual teve o seu direito suprimido quando o seu avô, Dom Pedro II, foi deposto, por conta da proclamação da República. Desse modo, entendendo

que a igreja estava sendo afrontada nessa situação, e compreendendo que era da vontade de Deus que esta fosse defendida, o peregrino convoca os seus ouvintes a lutarem contra a República:

É necessário que se sofra para obter a verdadeira felicidade, que é a glória de Deus. É necessário que se sustente a fé da sua Igreja. É necessário, enfim, que se faça a sua divina vontade, combatendo o demônio que quer acabar com a fé da Igreja (MACIEL, 1897, p. 187).

O casamento civil, estabelecido pela República, é visto por Antônio Conselheiro como uma das grandes afrontas dessa nova forma de governo, às leis divinas que o instituiu, e como tal deve ser implacavelmente combatido. Para ele:

[...] o casamento é puramente da competência da santa Igreja, que só seus ministros têm poder para celebrá-lo; não pode, portanto, o poder temporal de forma alguma intervir neste casamento, cujo matrimônio na lei da graça Nosso Senhor Jesus Cristo o elevou à dignidade de sacramento, figurando nele a sua união com a santa Igreja. [...] Assim, pois, é prudente e justo que os pais de família não obedeçam à lei do casamento civil, evitando a gravíssima ofensa em matéria religiosa que toca diretamente a consciência e a alma (MACIEL, 1897, p. 189).

Nesse sentido, utilizando-se das palavras do apóstolo Paulo, ele convoca os pais a defenderem a moralidade das suas famílias, mesmo sob circunstâncias que impliquem sofrimento: “Vamos com coragem combater os nossos inimigos com os olhos fixos em Jesus Cristo, que pelos merecimentos da sua paixão nos oferece a vitória e a coroa” (MACIEL, 1897, p. 192). Antônio Conselheiro acredita que a justiça divina incidirá sobre a República, fazendo-a cair por terra, envergonhando aqueles que conceberam ideia tão abominável, cujo alicerce se deu, segundo ele, sob o ódio à família real, por conta da princesa Isabel ter libertado os negros escravizados:

É preciso, porém, que não deixe no silêncio a origem do ódio que tendes à família real, porque sua alteza a senhora Dona Isabel libertou a escravidão, que não fez mais do que cumprir a ordem do céu; porque era chegado o tempo marcado por Deus para libertar esse povo de semelhante estado, o mais degradante a que podia ver reduzido o ente humano [...] (MACIEL, 1897, p. 193).

Segundo Antônio Conselheiro a libertação dos negros escravizados foi uma decisão divina, que se efetivou pelas mãos da princesa Isabel: “Chegou enfim o dia em que Deus tinha de pôr termo a tanta crueldade, movido de compaixão a favor de seu povo e ordena para que se liberte de tão penosa escravidão (MACIEL, 1897, p. 195). Nessa perspectiva o peregrino evidencia a crença de que a intervenção divina se move poderosamente, no momento oportuno, em favor dos menos favorecidos, libertando-os de toda a sorte de explorações sofridas, e concedendo-lhes paz (na terra e no céu): é nessa premissa que repousa a fé do Conselheiro.

### **Despedida**

Nesse discurso de despedida, Antônio Conselheiro promove uma breve, porém profunda, reflexão acerca da sua vida pública, a qual, pautando-se no amor a Deus, moveu-se, amplamente, em amor próximo.

Ele inicia o seu discurso desejando que os tantos conselhos que deu, ao longo da sua vida, possam, sob as bênçãos dos céus, frutificarem nas vidas daqueles que os escutaram e se empenharam em praticá-los, na esperança de alcançarem “[...] o prêmio que o Senhor tem preparado (se converterdes sinceramente para Ele) que é a glória eterna (MACIEL, 1897, p. 195). É a constatação dessa conversão sincera, que ele tanto desejou ver naqueles que escutavam as suas pregações, que o permite se despedir em paz. Antes, porém, ele pede perdão, não pelo teor dos seus conselhos, mas pelos possíveis excessos que talvez tenha cometido, no desejo de que estes alcançassem os corações de todos aqueles a quem endereçava a mensagem de salvação de Jesus:

Antes de fazer-vos a minha despedida, peço-vos perdão se nos conselhos vos tenho ofendido. Conquanto em algumas ocasiões proferisse palavras excessivamente rígidas, combatendo a maldita república, repreendendo os vícios e movendo o coração ao santo temor e amor de Deus, todavia não concebam que eu nutrisse o mínimo desejo de macular a vossa reputação. Sim, o desejo que tenho da vossa salvação (que fala mais alto do que tudo quanto eu pudesse aqui deduzir) me forçou a proceder daquela maneira. Se porém se acham ressentidos de mim, peço-vos que me perdoeis pelo amor de Deus (MACIEL, 1897, p. 195- 96).

O modo bondoso e generoso com que sempre foi tratado pelos sertanejos nordestinos que o acompanhavam, produz em Antônio Conselheiro, não um sentimento de medo da

morte, mas uma sensação de pena, por ver se aproximar o momento no qual teria que deixá-los.

Adeus povo, adeus aves, adeus árvores, adeus campos, aceitai a minha despedida, que bem demonstra as gratas recordações que levo de vós, que jamais se apagarão da lembrança deste peregrino, que aspira ansiosamente a vossa salvação e o bem da Igreja. Praza aos céus que tão ardente desejo seja correspondido com aquela conversão sincera que tanto deve cativar o vosso afeto (MACIEL, 1897, p. 197).

Ainda nas últimas palavras desse emocionante discurso de despedida, onde o peregrino poderia reclamar consolo, tendo em vista o sentimento desolador que certamente, o envolvia, é possível percebemos um gesto nobilíssimo: o seu cuidado em consolar os sertanejos nordestinos, face à sua despedida.

Assim, sob o anseio da salvação do seu povo, e também da sua, bem como do bem da Igreja, despede-se!

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Jamais almejamos, aqui, esgotar a análise sobre as prédicas de Antonio Conselheiro, mesmo porque isso não seria, de modo algum, uma tarefa possível, uma vez que os discursos têm o poder de se renovar diante de novas perguntas, novas investigações, novos olhares... Desse modo, ainda há muito que ser dito sobre o discurso do líder do Arraial do Belo Monte.

Esse trabalho se ateve em analisar as prédicas de Antonio Conselheiro, de modo prático e objetivo, no intento de evidenciar a sua voz, ante as representações histórico-literárias oficiais que tanto o depreciaram. Nesse sentido, buscamos nas meditações do peregrino, os aspectos que se mostraram mais relevantes no sentido de contrapor os argumentos oferecidos pelo discurso oficial que aborda a temática. Assim, pudemos assistir, claramente, nessa breve análise, a força do seu discurso confrontando, veementemente, todas as associações pejorativas que lhes foram desferidas.

Se por um lado o discurso oficial estabeleceu os mais terríveis aviltamentos contra o líder do arraial do Belo Monte, definindo-o enquanto: o anacoreta sombrio, o grande homem pelo avesso, o louco, o gnóstico bronco, o tumultuador, o retrógrado, o orador bárbaro, assombroso, truanesco e pavoroso, o fanático religioso que manipulava os sertanejos a se rebelarem contra o sistema político, religioso e econômico vigentes, e que necessitava, assim, ser destruído, por outro lado o próprio Antonio Conselheiro desmistifica tais depreciações, mesmo após a sua morte, através do seu testemunho, presente nas suas prédicas, as quais serviam de base para os seus discursos aos sertanejos, e que, pelos mistérios do destino chegou até nós, tendo passado, inclusive, pelas mãos daqueles que se dedicaram, demasiadamente, em depreciá-lo.

As prédicas de Antonio Conselheiro, como foi possível constatar, são formadas por textos apreciáveis, organizados e com uma seqüência lógica bastante clara e precisa, que muito nos revela acerca do que/e como pensava este célebre líder sertanejo. Trata-se de uma obra lúcida e competente, que se propõe orientar os sertanejos nos mais diversos aspectos, com essência, os religiosos. Alias, é, sobretudo, a partir do discurso religioso, evidentemente concatenado ao texto bíblico, que Antonio Conselheiro molda os seus argumentos na perspectiva de emitir os seus posicionamentos sociopolíticos.

É certo que seu discurso religioso apresenta, por vezes, certas divergências às concepções católicas, vigentes à época, no entanto, de modo algum apresenta distorções interpretativas acerca do texto sagrado. Muito pelo contrário. Os escritos realizados por

Antonio Conselheiro trazem propostas bem mais próximas a tal conhecimento, que as reproduzidas pela Igreja Católica, à época, principalmente no tocante à vida de Jesus Cristo e suas práticas sociais, ao pregar sobre o amor ao próximo, em todos os possíveis alcances da expressão.

Os manuscritos de Antonio Conselheiro revelam que o seu discurso sociopolítico não se fundamenta numa realidade alienada, conforme afirma o discurso oficial, pois os seus argumentos são totalmente tangíveis, e se pautam na sabedoria exalada pelos textos bíblicos nos quais meditava, e em sua vasta experiência de vida, pois já desde criança lhe era possível constatar a parcialidade da justiça, a imunidade dos poderosos ante seus crimes e a incomplacência feudal que operava nos sertões nordestinos, o que o tornava deveras crítico da situação política que, ora, combatia.

O livro de Antonio Conselheiro nos revela, ainda, outros importantes traços da sua personalidade: não demonstrava aversão aos riscos das suas atitudes, pois, entendendo-as como alicerçadas nos preceitos divinos, via tais riscos enquanto aceitáveis face às recompensas que o alcançaria, assim como aos seus seguidores: dias melhores em meio ao árduo caminho da salvação eterna. Era líder que amava os seus liderados e conhecia as suas necessidades, não por ouvir falar, mas por, de igual forma, vivenciá-las, fato que o levava a se posicionar com bastante propriedade no seu combate. Era persistente no que acreditava, e bastante otimista quanto ao alcance dos seus objetivos, sempre acreditando que era possível vencer as dificuldades atentando para os preceitos divinos. Era deveras generoso, tendo dedicado boa parte da sua vida a aconselhar sócio-religiosamente, milhares de sertanejos que o seguia. Era proativo, pois se posicionava de modo antecipado face aos enfrentamentos que estavam por vir, e deles não fugia: resistia. Estas são algumas das características que, emergindo das suas prédicas, compõem a integridade moral, intelectual, social e política de Antonio Conselheiro. Portanto, nem louco, nem fanático!

Desse modo, caso a República, instituição responsável por caçar os sonhos e os corpos de Antonio Conselheiro e dos milhares de sertanejos nordestinos que o seguiam, naquele massacre inominável, anseie reconhecer-lhe a justeza dos seus atos, que não se limite a adicionar o seu nome ao Panteão dos Heróis da Pátria<sup>84</sup>, como o fizeram há meses atrás. Antes empreguem seus esforços no sentido de reavaliar o seu olhar para com os brasileiros mais

---

<sup>84</sup> Trata-se da Lei nº 13.829, de 13 de maio de 2019, a qual inscreve o nome de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

carentes, sem voz nem vez, priorizando-lhes, inclusive, políticas públicas que os alcance em suas necessidades mais fundamentais, conforme fazia o líder do arraial do Belo Monte.

A voz do Conselheiro, que reverbera dos seus manuscritos, é, sem dúvida alguma, uma voz que, pautada no discurso religioso cristão, compreende ampla consciência social, e como tal deve ser comunicada aos homens, com evidência aqueles que carecem compreender que o seu local de fala e representação, aproximando-se daquele ocupado pelo peregrino e seus seguidores, requer posicionamento de luta e resistência, jamais de complacência aos ditames dos poderosos.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Adenilson de Barros de, & FLECK, Gilmei Francisco. **Canudos: conflitos além da guerra - entre o multiperspectivismo de Vargas Llosa (1981) e a mediação de Aleilton Fonseca (2009)**. Curitiba, PR Editora: CRV, 2015. 196p.

ARRUDA, João. **Messianismo e Conflito Social: Canudos**. 2. ed. Fortaleza: editora UFC, 2006.

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República. Das Origens até 1889**. Rio de Janeiro: São José, 1957.

BARTELT, Dawid Danilo. **Sertão, República e Nação**. São Paulo, Edusp, 2009.

BENÍCIO, Manuel. **O Rei dos jagunços: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Estudo Plenitude**. Barueri – SP; Sociedade Bíblica do Brasil, 2001. 1632p.

BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Lisboa: Editora Europa-América, 2000.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997.

CALASANS, José. **Canudos – Origem e desenvolvimento de um arraial messiânico**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA. Belo Horizonte, 1973.

\_\_\_\_\_. **O Diário de Notícias e a campanha de Canudos**. In: Universitas. Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia, set/dez 1987.

\_\_\_\_\_. **Cartografia de Canudos**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo EGBA. 1997.

\_\_\_\_\_. **Notícias de Antônio Conselheiro**. (1969) republicado in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Nº 33: 2000 – 2002. pp. 9-19.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. **O mundo como representação**. Revista Estudos Avançados, São Paulo, USP, v. 5, n. 11, 1991.

CHIAVENATO, Julio José; **As lutas do povo brasileiro: do descobrimento a canudos**. 10. Ed. São Paulo; Moderna; 1988.

- CUNHA, Euclides da. **Os sertões. Campanha de Canudos**. 3. ed. São Paulo: Ediouro, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Canudos: Diário de uma expedição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- DECCA, Edgar Salvadori de; LEMAIRE, Ria. (Org.) **Pelas margens: outros caminhos da história da literatura**. Campinas; Porto Alegre: UNICAMP; EDUFRGS, 2000.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. 3. Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. II. São Paulo: Globo, 2008.
- FERREIRA, Antônio Celso. **A fonte fecunda**. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: contexto, 2009.
- FONSECA, Aleilton. “Os sertões: as prédicas de Antônio Conselheiro e a poesia de Canudos”. In: **O olho da história**. Revista de História Contemporânea. Salvador, 1996. v.2, n.3, p.125-140
- \_\_\_\_\_. **O pêndulo de Euclides**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- GALVÃO, W. N. **No Calor da Hora: A Guerra de Canudos nos Jornais**, 4ª Expedição. 2. ed. São Paulo, Ática, 1977.
- \_\_\_\_\_, W. N. **O Império do Belo Monte – Vida e morte de Canudos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- \_\_\_\_\_, W. N. **Um livro Vingador**. Revista estudos de sociologia, Araraquara, 2009, v. 14, n. 27, ISSN 1982-4718. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/1946/1584>> Acesso em: 22 ago. 2019
- HESPANHA, Antônio Manuel. Senso Comum, Memória e Imaginação na Construção da Narrativa Historiográfica. In: CARDIM, Pedro (Org.) **Curso de Arrábida: A História entre a memória e a Invenção**. Lisboa: Publicações Europa-América/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
- HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- HUTCHEON, L. **Poética do pós-modernismo. História, teoria, ficção**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- ISER, Elvia Helena. **A lenda arrepiadora. Um estudo antropológico da renúncia a partir da biografia de Antônio Vicente Mendes Maciel** / Elvia Helena Iser; orientador: Roberto Augusto DaMatta. 2008. 77 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra. Jatahy. (Org). **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas: Unicamp, 1998.

LIMA, Luís Costa. **História, Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.  
LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MACEDO, Nertan, **Memorial de Vilanova**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renes/Pró-Memória; INL, 1983.

MACEDO SOARES, Henrique Duque-Estrada de. **A Guerra de Canudos**. Rio de Janeiro: Typ. Altina, 1902.

MILTON, Aristides Augusto. **A Campanha de Canudos**. Brasília: Senado Federal, 2003. (Edições do Senado Federal, vol. 05).

MOCELLIN, Renato. **Canudos: Fanatismo ou Luta pela Terra?** São Paulo: Editora do Brasil, 1989.

MONIZ, Edmundo. **Canudos: A Guerra Social**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elo, 1987.

\_\_\_\_\_. **Canudos: A Luta Pela Terra**. 9. Ed. São Paulo: Global, 2001.

MACIEL, Antônio Vicente Mendes. Prédicas: aos canudenses e um discurso sobre a República. In: NOGUEIRA, Ataliba (Org.) **Antônio Conselheiro e Canudos**. 3. Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1997. P. 63-171

NOVAIS FILHO, Joaquim Antônio. **Memória e Discurso nas narrativas sobre Antônio Conselheiro e a “guerra” de Canudos: a imprensa de Salvador (1876-1897)**. 2011. 109 f. Dissertação (mestrado – Programa de Pós Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

**O Estado de São Paulo. São Paulo:SP**, p. 1, 11 de mar. de 1897. Disponível através no link: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18970311-6691-nac-0001-999-1-not/busca/monarchistas%20>. Acesso em: 18/07/2019

PAES, Marleide Santana. **A memória do tio Antônio à sombra do Conselheiro de Euclides da Cunha**. / Marleide Santana Paes; orientadora Lúcia Ricotta Vilela Pinto – 2010. 110 f. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. Contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: LEENHARDT, Jacques e PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs). **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas-SP, Ed. da UNICAMP, 1998.

PIEIDADE, Lélis. (Coordenador) **Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia (1897 – 1901)**. 2. ed. (Organizada por Antônio Olavo) Bahia: Portfolium Editora, 2002.

ROCHA, Sabrina Magalhães. **Lucien Febvre, March Bloch e as ciências históricas alemãs (1928-1944)**. 2010. 160f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade de Ouro Preto, Mariana/MG.

SANTOS, Zeloí Aparecida Martins dos, **História e Literatura: uma relação possível**. Revista Científica, Curitiba, ano II, v.2, jan-dez/2007. Disponível em: <http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/RevistaCientifica2/zeloidossantos.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura Como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. **Os Sertões**. Revista Brasileira (Publicada pela Academia Brasileira de Letras), Rio de Janeiro, Ano IV, N.11, Outubro de 1944. pp. 125-140. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/139955/per139955\\_1944\\_00011.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/139955/per139955_1944_00011.pdf). Acesso em: 02 ago. 2019

VIANA FILHO, Luís. **À Margem de Os Sertões**. Salvador: Progresso, 1960

VILLA, Marco Antônio. **Canudos: o campo em chamas**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1992.

\_\_\_\_\_. **Canudos: o povo da terra**. São Paulo. Editora Ática, 1995.

WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. Trad. José. L. De Melo. 2. Ed. São Paulo: Edusp, 1995